

DAS FUNÇÕES E DO FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM: UM ESTUDO
DAS REFLEXÕES DE L. S. VYGOTSKY SOBRE A "FUNÇÃO
REGULADORA DA LINGUAGEM" E ALGUMAS IMPLICAÇÕES
LINGÜÍSTICO-COGNITIVAS PARA A NEUROLINGÜÍSTICA

POR

Edwiges Maria Morato

Este exemplar é a redação final da tese

defendida por EDWIGES MARIA

MORATO

aprovada pela Comissão Julgadora em

18 / 12 / 91

Mazhadell Coudry

PROF. DRA. MARIA IRMA HALLER COUDRY

ORIENTADORA

CAMPINAS - 1991

Dissertação apresentada ao
Departamento de
Linguística do Instituto
de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de
Campinas como requisito
parcial para obtenção do
título de Mestre em
Linguística.

M798d

15378/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ERRATA

1. Acrescentar, na página 12 (3ª linha): maneira a indicar uma discussão sobre a realidade neurofisiológica da função.
2. Substituir, na página 29 (ítems 2 e 3), conceito por noção e ítem 2 por ítem 1 (última linha do ítem 3).
3. Leia-se História onde se lê história (página 36, 7ª linha do 1º parágrafo).
4. Acrescentar, ao final do primeiro parágrafo da página 44, o seguinte texto: O trabalho, enquanto atividade não gratuita, é considerado "com seu contexto complexo, em particular com as condições sociais que lhe dão significação num mundo efetivamente vivido" (Granger, 1968/1974: 14).
5. Acrescentar a antes de reguladora na 8ª linha do 2º parágrafo da página 95.
6. Leia-se apresentando onde se lê apresentado, na 5ª linha do 1º parágrafo da página 127.
7. Leia-se há lesões que implicam onde se lê tais lesões impliquem, nas 7ª e 8ª linhas do 1º parágrafo da página 139
8. Leia-se afinariam-se onde se lê afinam-se; substituir o ponto final por interrogativo, na 6ª linha do segundo parágrafo da página 151
9. Leia-se, nas referências bibliográficas, em De Lemos, 1991 (página 158): "A Teleologia e as propostas construtivistas do Desenvolvimento" (seminário apresentado no evento "Seminários do Projeto de Aquisição de Linguagem", em 7/11/1991), IEL, UNICAMP.
10. Inserir, após Granger, 1971 (nas referências bibliográficas, página 159): Granger, G.G. (1989/1974) FILOSOFIA DO ESTILO, São Paulo: Editora Perspectiva



Maria Irma Hadler Coudry
PROFª. DRª. MARIA IRMA HADLER COUDRY
ORIENTADORA

COMISSÃO JULGADORA:

Mazhadul Gondoy
6/Jan
Ana Luiza Bonob

AGRADECIMENTOS

- A Maria Irma Hadler Coudry, com quem trabalho desde 1987 em investigações teórico-clínicas na área de Neurolinguística.
- A João Wanderley Geraldi, Sírio Possenti, Ingedore Villaça Koch, Adriana Friszman de Laplane e Benito Damasceno, pela leitura atenta de boa parte das primeiras versões deste trabalho e pelos comentários valiosos que não puderam, contudo, evitar as impropriedades.
- A Ana Luíza B. Smolka, pelo debate animado em torno dos temas vygotkianos.
- A Cláudia T. G. de Lemos, que lançou uma questão estimulante, quando do exame de qualificação deste trabalho: Por que vale a pena falar em função reguladora da linguagem?

RESUMO

A observação e a análise das perturbações afásicas, acompanhadas ou não por outros sintomas neurológicos e neuropsicológicos (como as apraxias, as agnosias, as discalculias, etc), bem como das doenças neurodegenerativas (como a de Alzheimer, por exemplo), tem impulsionado estudos específicos na área de Neurolinguística. As pesquisas sobre o agramatismo (Guindaste, 1991; Novaes Pinto, 1991), sobre as alterações de características constitutivas do processo de significação das línguas naturais (Coudry & Fossetti, 1991), sobre os mecanismos linguístico-cognitivos das confabulações e sua importância no diagnóstico diferencial das afasias e das demências (Morato & Coudry, 1991b) são alguns dos muitos temas que procuram, num quadro relacional, estudar as pontes conceituais e metodológicas estabelecíveis entre discurso mental e discurso verbal.

O estudo da Função Reguladora da Linguagem inscreve-se no interior de tais preocupações. Meu objetivo neste trabalho é justificar a pertinência teórica e indicar percursos metodológicos desta noção, depreendida dos postulados vygotkianos acerca do funcionamento da vida mental e redimensionada no contexto das teorias linguísticas do Discurso.

CANDIDATA: EDWIGES MARIA MORATO

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA IRMA HADLER COUDRY

INDICE

APRESENTAÇÃO.....	001
CAPÍTULO I	
A Obra em Debate: O rumo oblíquo aos fins e aos conceitos.....	019
CAPÍTULO II	
Função Reguladora da Linguagem: em busca da relevância perdida.....	043
CAPÍTULO III	
A questão levada ao paradoxo: Existe a função reguladora da Linguagem?.....	079
CAPÍTULO IV	
Das Interpretações da Função Reguladora da Linguagem...	113
CAPÍTULO V	
Das Funções e do Funcionamento da Linguagem (Conclusões e Apontamentos.....	143
BIBLIOGRAFIA.....	156

"Então, eu pensei pra mim: o que é isso, velho?"

(BA, 72 anos, afásico, comentando suas dificuldades linguísticas)

"O que me falta é... o nome... o nome das pessoas. Falta o nome em vão."

(AF, 38 anos, afásico, idem)

"Eu sei... você sabe. Não é falar (...) é escrever! Escrever não dá, né."

(P, 61 anos, afásico, idem)

"A palavra vem na cabeça. Parece que eu vejo ela. Ela tá lá na minha frente. Por que, heim? Por que ela não sai na boca?"

(BA, 72 anos, afásico, idem)

APRESENTAÇÃO

As relações entre o discurso e a cognição, e mais especificamente, as relações entre o discurso mental e o discurso verbal, tornam-se, a partir das últimas décadas, objeto de estudo crucial de várias disciplinas da Linguística. Os mais variados construtos teóricos levam-na à epistemologia, à psicologia ou à neurologia na tentativa de, a partir de seu próprio campo de referência (a especificidade da linguagem), investigar processos linguístico-cognitivos da atividade discursiva.

A Neurolinguística, assim como a Psicolinguística, tem apreciado teórica e metodologicamente o debate que envolve as relações entre discurso e cognição (linguagem e pensamento, cérebro e processos mentais) em meio a um incessante confronto crítico-interpretativo que advém do tipo de investigação a que se dedica, traduzida pela meditação cartesiana: Como é possível que a alma fale? Como é possível que signifique? Os impasses com os quais se defrontam esses dois domínios da Linguística, a julgar pelo tipo de desconforto apontado (refiro-me, especialmente, aos trabalhos mais recentes de Albano, 1987, 1990 e de De Lemos, 1986, 1990a, 1990b, 1990c, por exemplo, em *Psicolinguística e Aquisição de Linguagem*, ou os de Coudry, 1988; Guindaste, 1991, Francozo, 1987; Coudry & Morato, 1988, 1990, 1991, por exemplo, em *Neurolinguística*) indicam um núcleo comum de questões teóricas

que colocam em xeque os rumos atuais de suas escolhas epistemológicas, bem como suas justificativas metodológicas.

Em face das explicações apenas parciais para os "mistérios da significação" (tematizados por Lakoff, 1977), ou para o processo de aquisição da linguagem, ou ainda para a organização e constituição dos processos mentais e seus transtornos, que afinal, relacionam algumas das questões protagonistas que envolvem cognição e discurso, tanto uma disciplina quanto outra parece perguntar: o que seria uma ontologia psicolinguística, o que seria uma ontologia neurolinguística?

Se a interdisciplinaridade esvazia ou não a explicitação do funcionamento da linguagem, se as hipóteses cognitivistas ou interacionistas (ou ainda, construtivistas), em suas diferentes versões, apontam para determinada ontologia (cognitiva, linguística, ambas?), se a epistemologia básica deve ou não ter uma forma monolítica são questões que voltam a ter sentido e com um caráter de urgência inusitado se considerarmos que à "inflação panlinguística" apontada por Granger (1971) somou-se o interesse por inúmeros fenômenos linguístico-cognitivos que estão a exigir alguma explicação. Sem um mínimo questionamento sobre a articulação linguagem-pensamento (ou discurso-cognição), e o devido redimensionamento do quadro teórico face às incompletudes, questões como a gênese da linguagem interna, o modo de funcionamento da atividade mental (bem como as condições de sua emergência e desenvolvimento), a função reguladora e auto-reflexiva da linguagem, entre muitas

outras não menos relevantes, permanecerão consideradas sem muita parcimônia.

Embora não se saiba tudo sobre os mecanismos psicológicos que subjazem aos fatos da linguagem (ou precisamente por isso), esforços teóricos importantes são feitos na tentativa de verificar o que há de linguístico na cognição humana e qual é basicamente o seu estatuto. Não pretendendo ser um sistema fechado, cabal, as propostas de Françoise (1987) para a explicação da linguagem interna, de Albano (1990) para a aquisição da linguagem ("uma ponte conceitual entre o potencial inato e a conduta simbólica especializada dependente de contexto cultural", op.cit.p.91), de De Lemos (1990a, 1990b, 1990c) a propósito da significação e das mudanças que a linguagem implica no processo de aquisição ou de Coudry (1988), na tentativa de correlacionar discurso e cognição em Neurolinguística, são um exemplo de que linguagem e pensamento e a completa vida social dos homens continua um tema basicamente pertinente para a Linguística que trata de processos mentais. Investigar mais apuradamente como os processos cognitivos (mentais) emergem, se desenvolvem e se transformam na relação inter e intra-mental constitui um desafio que uma explicação que incide sobre as sanções externas (puramente sociais) ou sobre as formas internas aprioristicamente concebidas, que não dão conta, respectivamente, do processamento interno das funções mentais e do seu processo de desenvolvimento, mostra-se insuficiente.

Isso não implica necessariamente o abandono irreduzível de uma opção epistemológica ou a recusa da interdisciplinaridade

em favor de uma pretensa e ilusória autonomia da Linguística, enquanto modelo explicativo. Na verdade, creio que o esforço intelectual almejado é verificar se o construto teórico escolhido é capaz ou não de se colocar questões e respondê-las de uma maneira coerente. Tal postura retira de cena a crítica numa ou noutra vertente teórica e não zera as teorias contíguas (tome-se, como exemplos, a Análise do Discurso, a Linguística Textual ou a Pragmática Filosófica) de uma forma monolítica e, aparentemente, segura. Talvez Henry (1990:28) tenha razão ao afirmar que certas questões, como as tematizadas aqui, por convocarem arbitragens interdisciplinares, se tornam, invariavelmente, pouco delimitadas.

Precedida por trabalhos realizados há mais de cem anos, a Neurolinguística toma forma mais definida como ciência nas últimas décadas¹. As relações entre a Linguística e a Afasiologia remontam ao final do século XIX, na melhor tradição racional-empirista, quando se pretendia descrever e classificar os fenômenos linguísticos como naturais. Como nota Coudry (1988), a apropriação direta do material conceitual da Linguística, enquanto ciência auxiliar da Neurologia ou da Psicologia, não se deu sem consequências epistemológicas importantes até hoje.

Como consequência do dualismo ontológico, o fenômeno mental é primeiramente vinculado ao biológico. A relação entre linguagem e cognição, assim, ou é externa (na acepção de Dascal, 1983), em termos de que ambas são tomadas como logicamente independentes entre si, ou interna (op.cit.), por uma relação de instrumentalidade (na medida em que a linguagem desempenha uma

função instrumental frente à cognição). No entanto, tanto numa abordagem como noutra, a linguagem nada mais é que mera representação mental: ou as operações mentais representam ou produzem representações, atuando a partir de uma instância superior e anterior às experiências significativas dos homens com a coisalidade. Esta instância, da ordem do biológico (mental), assegura - ainda que a partir do concurso da linguagem - o acesso à coisalidade, ao real. Assim, a atividade do conhecimento se dá em termos puramente intrasubjetivos, isto é, na mente das pessoas que não têm como representar, apreender e categorizar as coisas do mundo físico a não ser pelo uso do instrumento simbólico (verbal) pré-concebido.

As implicações de uma oposição ao empreendimento cognitivista, forjadas no quadro de uma postura epistemológica mediacionista ou sócio-interacionista (ou, ainda, histórico-cultural), serão consideradas nos capítulos quatro e cinco, onde procurarei estudar os limites e as possibilidades da relação interna que Vygotsky mantém entre linguagem e pensamento (relação de constitutividade, no sentido de Daescal, 1983).

Ao atuar como ciência auxiliar num sentido de constitutividade e não apenas de complementaridade (e, portanto, sem muita parcimônia), a Linguística é capaz de mudar - pela condição híbrida - a reflexão sobre seu próprio objeto de estudo, a linguagem humana.

A Neurolinguística, a partir dos estudos recentes na área da Psicolinguística, da Pragmática ou da Análise do Discurso, consagrados aos processos interacionais da linguagem,

às relações entre os processos cognitivos e a linguagem e ao papel desta perante o desenvolvimento cognitivo, ao estudo linguístico das condições de produção dos enunciados ou à descrição das práticas de linguagem, deixa de ser o estudo meramente descritivo que vincula as zonas anatômicas do cérebro com as modalidades da linguagem patológica para ganhar um novo estatuto: o de um campo cuja condição híbrida pode proporcionar aos investigadores formulações teóricas que buscam prover a Linguística de condições de manter discurso e cognição num quadro relacional.

Em parte estimuladas pelas "lacunas" de ordem explicativa da abordagem interacionista em Linguística e Psicologia no tocante às condições internas da atividade discursiva, em parte pela ausência de uma teoria de linguagem explícita em Neurolinguística e Neuropsicologia clássicas, nossas investigações têm se dirigido (Coudry & Morato, 1988, 1990, 1991a; Morato & Coudry, 1990, 1991) a uma articulação teórica que vincule certa concepção do funcionamento da atividade mental, apreendida de alguns dos postulados vygotskianos sobre a contextualização histórico-cultural dos processos cognitivos, com certa concepção do funcionamento da linguagem, a qual temos chamado enunciativo-discursiva².

Os estudos que não dissociam da língua a atividade de quem fala e se interessam pelas instâncias discursivas que correlacionam diversos fatores de significação, introduzindo no sistema linguístico e no cognitivo as condições intersubjetivas da interação humana, representam um tal deslocamento conceitual

no tratamento das questões do sentido (que afinal, permeiam a evolução da Linguística como ciência) que acabam por transformar - em termos epistemológicos - a semiologia neurolinguística.

Como observamos num estudo sobre como a Neurolinguística tem concebido os processos de significação (Coudry & Morato, 1991b), alguns temas como textualidade (e seus critérios e julgamentos teóricos: argumentatividade, coerência, intencionalidade, etc.), relevância tópica e leis discursivas, trabalho inferencial, heterogeneidade, pressuposição interpretativa, etc, não sumariamente explicados como fenômenos de compreensão (como se faz no interior das dicotomias fundadoras da Afasiologia) só puderam ser desenvolvidos a partir das teorias enunciativas e discursivas.

A uma Neurolinguística assentada sobre parâmetros enunciativo-discursivos, a "construção da significação dependerá de complexas relações que são colocadas na mediação entre os interlocutores e a língua, como as instruções que ambos interpretam e que orientam a construção do sentido ou as imagens recíprocas que fazem os interlocutores" (op.cit.pp.2-3), a partir de determinados sistemas de referência.

É a significação, nessa abordagem, o fenômeno linguístico por excelência: o "feixe de sentidos", como diz Pêcheux (1969, 1975/1988, 1989/1990a), organizado (e reorganizado) por estratégias de gestão social, graças ao papel mediador tributário da linguagem.

Mais do que apontar para o fato de que uma linguística do discurso tem o que dizer sobre processos mentais, o objetivo

da Neurolinguística que buscamos desenvolver³ é, a partir da análise de aspectos linguísticos e cognitivos alterados em sujeitos com Afasia, Doença de Alzheimer e Síndrome Frontal (entre outros temas), estudar o papel da linguagem na constituição dos processos cognitivos. O contexto patológico mostra-se também, como muitos investigadores têm indicado, um lugar importante para se pensar a relação entre a linguagem e o pensamento (ou, como se prefere atualmente, levando em conta as modernas teorias de linguagem, discurso e cognição).

Com este trabalho procuro redimensionar a noção de "Função Reguladora da Linguagem", tal como a concebe Vygotsky (1934/1987), no contexto das novas tendências em Análise do Discurso. Meu interesse pelo psicólogo soviético, que teve o mérito de assinalar o papel constitutivo e estruturante (no sentido de Lahud, 1973/1979 e Franchi, 1976, 1977) da linguagem em relação aos processos cognitivos (sem, contudo, explicitar os termos dessa relação) se dá na medida em que ele toma a linguagem como a mediação - necessariamente simbólica - entre as referências do mundo social e as do biológico. Como mediação do real, a linguagem só pode ser apreendida como fenômeno mental em termos relacionais (representacionais), já que para Vygotsky aquilo que é interno não é espelho daquilo que é externo, salvo a natureza de ambos, histórica, dinâmica, não acessível diretamente.

Se o mundo se nos apresenta simbolicamente, parece intuir Vygotsky, não há condições de linguagem fora dos processos interativos humanos, nem de conteúdos cognitivos ou domínios do

pensamento fora da linguagem. Assim é que a linguagem surge num primeiro momento como construção da atividade consciente, e depois (num sentido reflexivo) como seu instrumento - o que coloca Vygotsky entre os que relacionam internamente (no sentido de Dascal, 1983) linguagem e pensamento. Mas que o faz estabelecer, à maneira das perspectivas interacionistas, uma reversibilidade entre as dimensões externa e interna da atividade linguístico-cognitiva.

A tese da mediação simbólica da vida mental pressupõe uma região de indeterminação, não apenas para o sentido linguístico, como também para os processos mentais, na medida em que estes dependem da significação.

Se ambos são contextualizados historicamente, sua sedimentação e sistematicidade pressupõem mudanças e autonomia apenas relativa do fenômeno linguístico-cognitivo. A função reguladora, que emerge no processo de aquisição da linguagem pela criança, inscreve-se no contexto das restrições de nossas operações (simbólicas) com o mundo social e com a própria linguagem.

Como nota Franchi (1986), "o homem estende sua ação pela ação simbólica da linguagem. Mas não há nenhuma razão para supô-la ilimitada" (op.cit.p.30).

Lembrando que inicialmente a restrição da significação é condição para a aquisição da linguagem (como afirma De Lemos numa conferência, 1990a), as regularidades da praxis histórica encontram nas instâncias discursivas o tensiomêtro fatal das relações humanas: sistematicidade X indeterminação⁴. Por isso, a

função reguladora da linguagem numa abordagem discursivamente orientada, só pode ser fluida. As atividades humanas que demandam ações reguladoras linguísticas e cognitivas - refeitas a cada instância discursiva - só podem ser apreendidas numa região de indeterminação e fluidez que confere à sistematicidade do linguístico (a língua) e do cognitivo (as operações mentais) um equilíbrio apenas provisório e contingente, porque histórico.

Assim, a atividade mental, derivada da mediação simbólica, só pode ser compreendida, se levarmos alguns postulados de Vygotsky às últimas consequências, a partir da significação, tal como a concebe Franchi (1986): "Uma prática quasi-estruturante e social" (op.cit.p.25).

Como as teorias enunciativo-discursivas não têm se colocado questões de ordem linguístico-cognitiva, e acreditando, como Mainueneau (1989), que todo fenômeno linguístico pode interessar à Análise do Discurso, algumas das idéias de Vygotsky podem ser articuladas com algumas das vertentes linguísticas atuais para que, como diz Albano, não deixemos as questões que relacionam discurso e cognição, numa "estagnante aura de mistério" (1990).

Desde que linguagem e pensamento não são uma mesma coisa, mas mantêm entre si uma relação (cf. Vygotsky, 1934/1987:46), o contexto patológico tem se mostrado, ao lado das pesquisas em Aquisição de Linguagem, um lugar apropriado para se estudar os termos dessa relação. A hipótese que subjaz a esse ponto de vista é que a quebra ou a ruptura da relação permite entrever especificidades linguísticas e cognitivas, praticamente

indissociáveis no discurso não patológico. Tomada como um instrumental teórico, a "função reguladora da linguagem" pode mostrar-se capaz de permitir reflexões sobre discurso e cognição, sendo as patologias responsáveis por certas seletividades que a atividade discursiva não exibe, a alteração e a reorganização da linguagem em muito contribuem ao estudo do funcionamento da vida mental, sobretudo se se pretende estudar a atividade estruturante da linguagem.

A análise experimental da "função reguladora da linguagem", presente inicialmente em meu projeto de pesquisa para o Mestrado, não chegou a ser efetuada: em parte pela necessidade de deter-me no complexo problema conceitual que a função reguladora representa, sobretudo entre aqueles que se dedicam aos temas vygotzkianos a partir das mais variadas perspectivas teóricas; em parte pela necessidade de proceder a uma "mini-exegese" dos temas básicos de Vygotsky para, através da consideração de suas intuições sobre a linguagem (e não apenas de categorias empregadas, digamos), aproximar-me de seu projeto intelectual; e finalmente, em parte pelo movimento teórico pretendido, ou seja, analisar as idéias de Vygotsky sobre a função reguladora em termos não de "funções", mas de funcionamento da linguagem.

Este trabalho, assim, pode ser resumido como a tentativa de tornar a "função reguladora da linguagem" um objeto de investigação pertinente à Linguística, em geral, e à Neurolinguística, em particular. Uma tarefa subsequente seria rever o percurso teórico alcançado tendo em vista as

investigações neuropsicológicas e neurolinguísticas que estudam seus aspectos mais cognitivos, o que foi feito aqui apenas de maneira a indicar a realidade neurofisiológica da função reguladora.

Se, ao final de tudo, ainda for de "função reguladora" que falamos, teremos de averiguar as consequências teóricas (e, por que não dizer, práticas) que se impõem à Neurolinguística. A mais evidente diz respeito à inteligência artificial, e não me furto de lembrar as palavras de Popper (1977/1991):

Eu realmente não acredito que consigamos criar vida artificialmente. Mas, depois de haver atingido a lua e de ter pousado uma ou duas naves em Marte, eu vejo que esta minha descrença significa muito pouco. Mas os computadores são totalmente diferentes dos cérebros, cuja função não é primariamente a de computar, mas a de guiar e equilibrar um organismo e ajudá-lo a continuar vivo. É por esta razão que o primeiro passo da natureza em direção a uma mente inteligente foi a criação da vida, e eu acho que se nós pudéssemos criar artificialmente uma mente inteligente, deveríamos seguir o mesmo caminho (op.cit.pp.261-2).

NOTAS

1. Para entendermos a configuração da Neurolinguística como ciência é preciso considerar sua emergência em meio à tradição científico-filosófica acerca da mente. Nesse sentido, indico a leitura de obras como as de Benton & Joynt, 1960; Hécaen & Dubois, 1969; Bouton, 1984; Popper & Eccles (1977/1991), por exemplo, para um percurso mais histórico e informativo, e as obras como as de Marx, 1966; Françoze, 1986, 1987; Dascal, 1983; Coudry, 1988, para uma reflexão mais centrada nas relações entre as teorias linguísticas e a Afasiologia.

Há quem prefira contar a história da Neurolinguística tomando-a como um ramo da Neuropsicologia (como o fez Luria, 1974a, 1976). Especificando-se em relação à Neuropsicologia, a Neurolinguística ganha um estatuto científico ao ser delimitada como um domínio de investigação que correlaciona as zonas anatómicas do cérebro com o comportamento linguístico do falante.

2. Refiro-me aos trabalhos que, nos últimos anos, inscrevem-se no que está sendo uma convenção chamar "novas tendências em Análise do Discurso" (Guilhamou & Mالدیدیر, 1989; Maingueneau, 1989; Henry, 1990, por exemplo), que recuperam a perspectiva histórica da enunciação como categoria de acontecimento

"constituído pelo aparecimento de um enunciado" (cf. Ducrot, 1984).

Aqui se deve considerar as condições sócio-históricas próprias desse acontecimento, no qual sujeito e sentido se constituem a um só tempo, por relações e processos enunciativos e discursivos. Lembro que os primeiros estudos da chamada Análise do Discurso francesa praticamente ignoravam (ou, pelo menos, não consideravam) o valor reflexivo da enunciação (ver artigo de Guilhamou & Maldidier, 1989, sobre a categoria da enunciação em Análise do Discurso, ou Pêcheux, 1983/1990b, sobre a desconstrução da "maquinaria discursiva" nas 2ª e 3ª épocas, especialmente).

Desses novos trabalhos temos que, ao privilegiar a heterogeneidade e o acontecimento discursivo, a Análise do Discurso permite a reinscrição da enunciação em suas preocupações teóricas, passando a se ocupar não apenas dos discursos institucionalizados ou da construção da corpora, mas também do estudo das regularidades enunciativas no processo discursivo.

Em seu estudo sobre as "3 épocas em análise do discurso", Pêcheux (op.cit.) atribui à 3ª época uma preocupação mais específica com as "operações de construção" dos objetos discursivos e a emergência de novos procedimentos de análise do discurso", através da desconstrução das maquinarias discursivas estruturais e fechadas sobre si mesmas, que operam com os conceitos de formação discursiva e formação ideológica.

Naturalmente, as novas tendências têm ponto de contato com a Análise do discurso 1 e Análise do discurso 2 (AD-1 e AD-2), através, por exemplo, da exploração dos conceitos de dialogismo e de heterogeneidade (como apontam os trabalhos de Authier-Révuz, Maingueneau, Roventa-Frumuzani, Henry; entre nós, Possenti, Geraldi, Villaca-Koch, Coudry, entre outros), estudados sob análises mais intradiscursivas.

OBS: Agradeço, especialmente, a João Wanderley Geraldi e a Sírio Possenti, a oportunidade de discutir estes aspectos.

3. Refiro-me, basicamente, ao projeto iniciado por Maria Irma Hadler Coudry que tem por fulcro a articulação teórico-clínica entre cognição e discurso em Neurolinguística, no âmbito das teorias linguísticas do Discurso e das concepções integrativas e sistêmicas acerca da atividade cerebral.
4. Franchi (1986) escreveu uma passagem que transcrevo a seguir, e que ilustra bem as possibilidades que se abrem a partir da consideração radical dos postulados vygotkianos acerca da contextualização signo-cultural dos processos mentais. Diz Franchi, nesse texto em que propõe a reformulação da hipótese da modularidade da mente em parâmetros sócio-interacionistas:

Um primeiro passo é reelaborar, nessa dimensão histórica e coletiva, as condições de sistematicidade da linguagem: explicar o fato de que a linguagem é uma atividade sujeita a regras sutis

de produção e interpretação, escapando à postulação de uma "gramática" na mente do sujeito. Mesmo assumindo alguns riscos, vale a pena citar Wittgenstein: "Seguir uma regra não é coisa que uma pessoa só possa fazer uma única vez na vida". Nem pode ser "que uma pessoa tenha uma única vez seguido uma regra". "Seguir uma regra é uma praxis. E acreditar seguir uma regra não é seguir a regra. E daí não podemos seguir a regra privadamente, porque, senão, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra" (Wittgenstein, 1945, itens 199-202). Chomsky conhece a passagem e a discute (Chomsky 1984b, IV) bem como as consequências para a noção "competência" dos paradoxos wittgensteinianos. De fato, esta noção é dependente de nossa compreensão de "como seguir uma regra": se no caso de Chomsky ela se baseia em um estado da mente/do cérebro individual, no caso de Wittgenstein ela é considerada crucialmente em termos de uma comunidade de usuários da linguagem. Para aquele, a concepção envolve asserções suscetíveis de verificação empírica e de critérios de verdade. Para Wittgenstein, essa avaliação depende sempre de um aqui e agora, por mais que se estenda no tempo e no espaço. E certamente Chomsky não oferece uma explicação que Wittgenstein aceitaria (...). De fato, o jogo da linguagem não se joga sem compromissos (...). A necessidade (contingente) de suas regras não é biológica nem lógica, mas histórica, cultural e antropológica. (...) Em primeiro lugar, não se podem ignorar essas restrições fortes à construção da linguagem: mas, em vez de situá-las em um módulo específico e inato, podemos derivá-las de outros aspectos da linguagem.

Suponhamos que o mundo exista (e não vou entrar na especulação contrária): um certo realismo crítico nos obriga também a supor que existimos nele e que esse mundo e nós mesmos nos organizamos com determinadas limitações físicas e biológicas. Isso impõe restrições a nossos modos de operar sobre o mundo e consequentemente ao sistema categorial em que o representamos. O próprio material concreto e físico, as articulações sonoras, os elementos discretos, a linearidade e a ordem sobre que operamos, em sua realidade cosal, impõe outras tantas condições a nossos modos de operar simbolicamente. Isto é, há limitações a nossas ações possíveis sobre o mundo; onde não chegam nossos braços e instrumentos, nossos olhos e binóculos, nossos ouvidos e megafones, o homem estende em sua ação pela ação simbólica da linguagem. Mas não há nenhuma razão para supô-la ilimitada. Uma última nota neste ponto: é também por aí que se podem explicar as "regularidades" nessa praxis coletiva e histórica. E se as expressões são, por força de sua forma de construção, indeterminadas em muitos sentidos, nem por isso elas deixam de orientar a interpretação, de modo muito preciso, para uma certa "regionalidade". A idéia vaga de que a significação se constrói em cada contexto não é só irrealista; é anti-histórica, anti-sociológica, anti-antropológica. É por isso que os "camelos" são camelos e não cabeças de alfinete.

Após esta longa (mas importante) citação, alguns comentários. Em primeiro lugar, parece-me que a reflexão de Franchi não comporta uma dicotomia entre o linguístico e o

cognitivo, ou o predomínio do cognitivo em relação ao discursivo (ou o inverso). Desde que as ações humanas demandam regularidades numa região de indeterminação pode-se postular a igualdade das funções comunicativa e reguladora da linguagem.

Ao por em pé de igualdade a função referencial e a comunicativa, Vygotsky o faz caracterizando-as a partir de uma mesma indeterminação: sua concepção histórica dos processos linguístico-cognitivos não é mero ornamento em seu construto teórico. Tal posição é mais forte, me parece, em "Thought and word", onde a indeterminação referencial se define em termos da impossibilidade de uma descrição unívoca dos fatos, sendo necessário sempre um ajuste - em instâncias discursivas - para preencher as não raras lacunas referenciais.

Em segundo lugar, as reflexões de Franchi (1986), como ele próprio aponta, requerem uma expansão que dê conta das relações entre "a organização funcional do sistema nervo-cerebral e as operações ativas ou cognitivas do sujeito (op.cit.p.17). Creio que, através de algumas idéias de Vygotsky, poderemos avançar nessa direção.

CAPÍTULO I

A OBRA EM DEBATE: O RUMO OBLÍQUO AOS FINS E AOS CONCEITOS

"Pode-se conhecer as coisas na medida em que as modificamos"

(B. Brecht: "Escritos sobre a política e a sociedade")

A) INTRODUÇÃO

Qual a relevância que podemos atribuir aos escritos de Vygotsky (1866-1934), depois de mais de meio século de sua morte? Que interesse suscita, para a Neurolinguística, uma obra inacabada, cujo sentido de urgência é capturável no estilo, nas poucas categorias com as quais o autor trabalha, na aptidão para abranger por meio delas, um grande número de preocupações teórico-práticas que assolavam a URSS pós-revolucionária num contexto remanescente do século XIX, bastante dominado pela atmosfera de apoio incondicional à confiabilidade da ciência?

O leitor de Vygotsky menos preocupado com as categorias expostas por ele, e mais com as suas intuições acerca da atividade cognitiva em geral, e linguística, em particular, certamente não encontrará um "sistema" acabado, completo, cabal. Vygotsky parece nos dizer que não há, pelo menos para ele, uma

solução final para o projeto intelectual a que se propôs, a saber, entender a natureza da consciência humana, cuja chave para a compreensão relaciona linguagem e pensamento à completa vida social dos homens. Em suas palavras:

(...) However, only an historical psychological, only a historical theory of inner speech, has the capacity to lead us to a correct understanding of this complex and extraordinary problem (...) If language is as ancient as consciousness itself, if language is consciousness that exists in practice for other people and therefore for myself, then it is not only the development of thought but the development of consciousness as a whole that is connected with the development of the word. In consciousness, the word is what - in Feuerbach's words - is absolutely impossible for one person but possible for two. The word is the most direct manifestation of the historical nature of human consciousness (1934/1987:284-285).

Creio que torna-se mais proveitosa a leitura crítica de seus trabalhos no momento em que compreendemos que Vygotsky parte de uma série de ~~indicações~~ de problemas, envoltos num invulgar talento para a polêmica. Este aspecto me parece mais importante do que tomar seus textos como decorrência das condições em que foram escritos, sob o perigo de resvalar na historiografia pura ou no caráter meramente especulativo que se pode atribuir a uma boa gama de autores que se dedicam ao legado teórico vygotkiano. Não por acaso, devido à insensatez dos extremos, Vygotsky permanece indefensável, de uma forma inaudita: a partir dos mais

variados argumentos sua obra é vinculada ao materialismo "vulgar", ao positivismo, ao estruturalismo, ao cognitivismo, ao cartesianismo, ao subjetivismo, ao materialismo histórico, ao behaviorismo, etc.

A variedade de temas que abordou busca um sentido unitário que, a despeito das contradições e incongruências teóricas que podemos identificar no percurso do seu pensamento, faz de seu construto um corpo cujas partes não podemos considerar isoladamente. Eis porque a insulação de algumas idéias ou a subordinação de uma em relação a outra, separada em perspectiva e tempo, impedem uma definição mais ou menos comum por parte dos estudiosos de sua obra. Estes, aliás, me parecem que circulam, quanto à abordagem, por uma simpatia pela exegese, pela formulação crítico-interpretativa, pela adesão desmesurada ou pelo simples frio remoer de textos.

Uma possível superação de tal impasse implica não ter como premissa, para os efeitos de uma análise crítica da obra de Vygotsky, apenas a sua cultura pessoal, e nem julgar esgotadas as "fontes" que testemunham seus trabalhos; antes, o crítico deveria levar em conta a atividade construtiva do autor. Do contrário, ele permanecerá indefensável.

Se minha intenção fosse uma obra de exegese, teria de me deparar com um grave problema prático: são poucas as obras publicadas em línguas que não o russo, e nem tudo está publicado na URSS. Situo-me, dadas as circunstâncias, num quadro conceitual no qual a análise crítico-interpretativa das questões de linguagem se une à consideração do que me parece ser o conjunto

de objetivos declarados do autor, levando em conta as condições culturais e históricas em que se desenvolveram. Meu objetivo é, sobretudo, prospectivo, já que pretendo salientar a importância da construção teórica de Vygotsky para a Neurolinguística em particular, e para a Linguística, em geral. Isso só será possível, imagino, se sua obra não for compreendida "in abstracto".

Três aspectos seriam necessários para a discussão de seus postulados: em primeiro lugar, ter o conhecimento máximo de seus textos, ou, pelo menos, os acessíveis; em segundo, apreciar as diversas produções que teriam, segundo muitos autores, influenciado explicitamente seu pensamento (como Marx e Engels, Spinoza, Piaget, Stanislavsky, Bühler, Jakubinsky, Potebnia e Humboldt, Dostoievsky entre os mais citados); finalmente, levar em conta os autores que se dedicaram/dedicam aos seus temas. Sei, no entanto, que minha tarefa somente teria êxito se pudesse contar com o conhecimento completo das obras de Vygotsky, sobretudo se pudesse fazê-lo no original. Ou verificar as inúmeras traduções e edições que surgem a partir de sua "recuperação", desde os anos 50. Como as três condições não podem ser plenamente satisfeitas no âmbito deste trabalho, resta-me o desafio de, associando o material disponível, julgar melhor o que me parece ser o provável espírito intelectual de Vygotsky.

Não deixa de ser surpreendente a análise extremamente parcial de suas idéias, em decorrência das razões mencionadas acima. Embora pareça paradoxal, decorre desses trabalhos uma espécie de hipertrofia das análises circunscritas, isto é,

restritas às palavras utilizadas ou às categorias empregadas pelo autor. Não há, como seria de se esperar, maior destaque de suas intenções, de seus objetivos. Um produto imediato desse fato é a multiplicidade de divergências, frontalmente oponentes, reivindicando cada qual o status de intérprete de Vygotsky, imputando aprovação e/ou reprovação aos postulados (uma visão bem ao gosto positivista, que procura o bem e o mal na obra dos autores, esquecendo a historicidade dos textos).

O que é realmente admirável nisso tudo é que Vygotsky não encerrou, com sua morte, a enorme vitalidade que se pode encontrar em sua obra. Em suma, não se pode dar a uma dinâmica elaboração teórica um sentido estático, o que se faz ao procurar um sentido formal para determinado conceito ou categoria. Penso que uma boa estratégia para escapar de tal postura seria perguntar: o que Vygotsky teria em mente quando se referia à linguagem? Qual a importância de suas idéias hoje em dia?

Sabemos que a pluralidade de pontos de vista deriva de amplas idéias. Nada parece assegurar um sentido, e apenas um, na obra de Vygotsky. Entender como foram elaboradas algumas idéias que, não raras vezes, aparecem como encerradas, é um desafio. Abordá-las com propriedade, e expandir alguns de seus conceitos tendo em vista minha área de interesse mais imediato, a Neurolinguística, já é uma ambição que acalenta o texto que se segue.

Instada a responder a pergunta com a qual abri esta introdução diria que, em relação à obra de Vygotsky, há sempre motivo para ir mais adiante. A leitura de seus textos, ao mesmo

tempo que nos incita a crítica ao próprio autor, permite que compartilhemos com ele uma curiosidade que o mundo não consegue aplacar. E por que? Como disse um autor do qual Vygotsky frequentemente está próximo, "cada vez que a questão da linguagem aflora de uma maneira ou de outra, isso significa que se está questionando uma série de outras coisas" (Gramsci, Cadernos do Cárcere).

Em termos de sua organização, todo este trabalho está dedicado à reivindicação da plausibilidade conceitual da função reguladora da linguagem (doravante, FR). A formulação proposta aqui deriva, por sua vez, da contribuição essencial de Vygotsky em sua análise da cognição humana, responsável pela manutenção da linguagem e do pensamento (ou discurso e cognição) num quadro relacional.

Ao organizar este trabalho dediquei os primeiros capítulos aos temas vygotkianos, dando relevância à análise dos fundamentos linguísticos de Vygotsky e ao quadro geral de estudos que vieram a se afirmar como inspirados em seu legado teórico. A articulação das idéias vygotkianas sobre a FR com uma linguística orientada discursivamente é precedida por essas discussões; o último capítulo busca um quadro conceitual básico em Neurolinguística que se articule com a interpretação obtida nos capítulos antecedentes. Uma linguística do discurso é aqui invocada não apenas como ciência auxiliar, mas pelo modo como trata as questões da significação,

A descrição do processo de internalização e o último capítulo de "Thinking and speech" (Thought and Word, 1934/1987)

são, talvez, as contribuições mais interessantes de Vygotsky aos estudos da linguagem. O percurso da internalização (linguagem externa - fala egocêntrica - linguagem interna) que ele aponta no desenvolvimento da criança indica uma dimensão inter-cognitiva (ou inter-mental, na tradução de Minick, 1987), que envolve um percurso social (linguagem e sociedade) e uma dimensão intra-cognitiva (ou intra-mental), que envolve um percurso cognitivo, que relaciona (no sentido em que constitui) a linguagem com outros processos mentais, como a atenção, a memória, o raciocínio intelectual, etc. Para dar conta da hipótese de que as funções sociais se constituem, no curso do desenvolvimento, como funções interiorizadas, Vygotsky lança mão dos processos semioticamente mediadores, que seriam responsáveis pela modificação das funções mentais. Dentre os processos semióticos (verbais e não verbais) ele destaca a linguagem, considerada uma função mental como outras, no entanto privilegiada, posto que é por sua natureza transformadora e mediadora que se constitui a relação do homem com o mundo social. Em suas palavras:

Any function in the child's cultural development appears on the stage twice, on two planes, first on the social plane and then on the psychological, first among people as an intermental category and then within the child as an intramental category (1930/1966:44 apud Shotter, 1987:5).

Como se dá esse movimento que vai da exterioridade para a interioridade?: Vygotsky dá maiores especificações em outro

texto ("O Instrumento e o Símbolo na Criança", 1930/1984):

Nossa análise atribui à atividade simbólica uma função organizadora específica que invade o processo do uso de instrumento e produz formas fundamentalmente novas de comportamento (pp.26-7).

Vygotsky ilustra essa afirmação com trabalhos experimentais cujos resultados demonstram que a fala da criança "é tão importante quanto a ação para atingir um objetivo(...) e que "quanto mais complexa a ação exigida pela situação e menos direta a solução, maior a importância que a fala adquire na operação como um todo" (op.cit.p.28).

A função organizadora, planejadora da linguagem emerge, assim, na relação entre a fala e a ação, no momento em que as duas se "deslocam": "Uma vez que as crianças aprendem a usar efetivamente a função planejadora de sua linguagem, o seu campo psicológico muda radicalmente. Uma visão do futuro é, agora, parte integrante de suas abordagens ao ambiente imediato(...) Assim, com a ajuda da fala, as crianças adquirem a capacidade de ser tanto sujeito como objeto de seu próprio comportamento" (op. cit.pp.29-31).

Para Vygotsky o caminho da criança até o objeto (e vice-versa), e a fala que acompanha a ação ou os apelos verbais diretos aos objetos do mundo "passam através de outras pessoas". Este trajeto do desenvolvimento da criança é, segundo ela, "o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado

nas ligações entre história individual e história social (op.cit. p.33).

Como a linguagem atua no desenvolvimento linguístico-cognitivo permanece uma questão crucial. Concluir simplesmente que Vygotsky não tinha resposta para esta questão não é tão interessante e construtivo quanto indagar como seria se hoje, tendo em vista as modernas teorias de linguagem, ele a vislumbrasse.

Se o caminho que julguei válido, ou seja, vincular suas idéias sobre FR com teorias ou reflexões atuais sobre a linguagem, mostrar-se pertinente, isso permitirá entrever as relações entre discurso e cognição numa perspectiva discursiva. Minha tese, afinal, pode ser compreendida como a tentativa de correlacionar as intuições de Vygotsky sobre a FR com o que hoje entendemos como atividade estruturante da linguagem (no sentido de Lahud, 1973/1979 e Franchi, 1976, 1977). Tal abordagem implica, devo dizer, uma perspectiva discursiva da atividade mental. Tentarei mostrar nos capítulos seguintes um movimento teórico que caminha da noção de função para a de funcionamento, que é como, afinal, Vygotsky concebe o modo de existência da linguagem.

Seu vaivém teórico, suas controvérsias e imprecisões, típicas de um quadro teórico inacabado, possibilitam uma leitura como a que proponho. Vygotsky assinalou o papel da linguagem frente ao pensamento em termos auto-reflexivos como não se fazia então. Por certo sua concepção do funcionamento mental se inscreve em grande parte no quadro de uma crítica e como

alternativa à Gestalt e à escola de Wurzburg, além do behaviorismo, que floresciam e se mantinham à época bastante fortes. As concepções globalista e localizacionista acerca do cérebro e dos processos mentais, é importante lembrar, eram tendências ainda poderosas no começo do século. No entanto, ao colocar a interação verbal, dentre as outras interações humanas, como representativa da relação entre linguagem e pensamento, Vygotsky marcou o papel da linguagem como constitutiva dos processos mentais.

O que teria ele em mente ao se referir à linguagem? Creio que vale a pena imaginar para onde iriam suas idéias fosse ele um linguista de nosso tempo. Por isso insisto em pensar em suas intuições e reflexões a propósito de seus temas básicos como consciência, linguagem, pensamento, como relevantes para a atualidade, especialmente para a Neurolinguística. Se ele conseguiu ou não explicitar seu projeto de acercar-se da natureza da consciência humana, se foi correto ao utilizar uma ou outra categoria ou se quis dizer isso ou aquilo é bastante salutar para as investigações ulteriores. Mas ter despertado reflexões que levaram tantos investigadores aos mais diversos caminhos é a maior evidência de um mérito autêntico.

Meu interesse por Vygotsky pode ser resumido como se segue:

1. observar as conseqüências de sua epistemologia histórico-cultural nos estudos da relação entre linguagem e pensamento, através do intercâmbio inter-intra cognitivo;

2. estudar o que parece ser um conceito fundamental, a função reguladora, que forjada em suas pesquisas, é importante na elaboração teórica e na via explicativa de dados empíricos que constituem o foco de minhas pesquisas, ou seja, o estudo das relações entre cognição e discurso em Neurolinguística;
3. sendo o item 1 um ponto de partida, não fornece comprovações, apenas "quadros ou referências", como diz Franchi (1976). Caso o conceito explorado no item 2 possa mostrar-se não apenas elucidativo das questões neurolinguísticas, mas principalmente compatível com o quadro teórico de uma teoria linguística do discurso, poderá funcionar como argumento para o item 2.

São dois os movimentos teóricos pretendidos por Vygotsky para apontar a natureza linguística da FR. O primeiro pode ser apreendido pela descrição do processo de internalização, em que o outro, e o discurso do outro, orientam as ações da criança, mediando discursivamente a referência (o percurso inter-mental). Internalizando a linguagem do outro, preservando em termos intra-mentais seu papel mediador, significativo e organizador, ao qual submete suas próprias ações, a criança passa da condição de interpretada para intérprete dos estados de coisas do/no mundo, da dependência do diálogo para, a partir da diferenciação dos papéis discursivos, uma certa "autonomia discursiva", da consciência dialógica para uma consciência monológica (que, no desenvolvimento linguístico-cognitivo,

resultará na dialogia interna presente no discurso interior, cf. Bakhtin, 1929/1981), da dependência do extra-textual para um progressivo apagamento da necessidade do contexto como indispensável fonte interpretativa - processos estes de objetivação da linguagem que têm sido tratados por De Lemos (1990a, 1990b) em Aquisição de Linguagem. A fala egocêntrica, que Vygotsky redimensiona a partir de Piaget, mais que um estágio transitório obrigatório, torna-se, na análise da internalização, indício das mudanças qualitativas nas relações da criança com a linguagem que, auto-reflexiva, permite a reversibilidade entre discurso e cognição. A FR, em suma, não pode ser considerada como algo subjetivado, administrado internamente pelo sujeito e seu cérebro que, através de operações internas, controlaria não apenas a linguagem mas a vida mental como um todo.

Integrada ao funcionamento discursivo a FR atua, numa espécie de praxis linguística (pelo viés da filosofia da praxis, em cujas águas bebe a concepção de Vygotsky do funcionamento da atividade mental), na relação entre linguagem externa e linguagem interna. Este é o segundo movimento teórico pretendido por Vygotsky nas reflexões sobre a FR, mais claras no último capítulo de "Thinking and Speech" (1934/1987), em que ele analisa o que chamou "diferenças estruturais e funcionais" entre linguagem externa e linguagem interna. Uma caracterização inadvertida, se considerarmos que sua argumentação mais aponta instâncias discursivas a diferenciá-las do que propriamente "estruturais". Contudo, são os elementos que ele elenca na sua construção argumentativa (contra-argumentação?) que tornam possível sua

aproximação com as teorias enunciativas e discursivas da linguagem. No primeiro momento, Vygotsky parece estar mais atento ao modo como o sujeito age com a linguagem; no segundo, ao modo como ele pensa sobre a linguagem. Creio que para entendermos melhor sua reflexão é preciso considerar os dois movimentos como partes integrantes de um esquema explicativo.

Se a FR emerge no processo de internalização, no curso do desenvolvimento e em meio a práticas sociais das relações humanas, resultando das contingências próprias das relações intersubjetivas e sociais, não será qualquer concepção de linguagem que poderá articular-se com essa noção de regulação. Da mesma maneira, como poderia uma linguística do discurso, que prevê uma região de indeterminação da linguagem, ser compatível com a idéia de FR? A quarta nota da Apresentação aponta um caminho para a resposta.

A FR, atuando de um lado com os processos cognitivos e de outro com as significações exerce precisamente esta função reguladora fluida¹, que explicita o funcionamento da linguagem. Ora, uma "regulação" que é fluida parece uma contradição em termos.

Os dados linguístico-cognitivos de sujeitos com afasia e Doença de Alzheimer têm indicado (Coudry & Morato, 1988, 1990, 1991; Morato & Coudry 1991a, 1991b) justamente um problema que tem por fulcro as tensões entre indeterminação e sistematicidade do processo de significação. Além de sugerirem, através do contexto patológico, a necessidade dessa regulação que, construindo-se discursivamente, só pode ser fluida.

Para estudar os termos da FR e da significação Vygotsky, na falta de uma teoria de linguagem, é impelido a ajustar as contribuições da psicologia, da literatura, do funcionalismo linguístico e do recorte materialista para que faça algum sentido colocar como protagonistas de seu projeto intelectual (a natureza da consciência humana) os interlocutores, seus sistemas de referência, o sistema linguístico e as condições de produção dessas relações. Isso o faz privilegiar, entretanto, alguns aspectos da linguagem e da cognição em detrimento de outros.

Uma clara e definida opção por uma abordagem comunicativa ou significativa da linguagem constitui um verdadeiro dilema para os estudiosos da obra de Vygotsky, especialmente para os que preferem as análises circunscritas, isto é, aquelas que se baseiam em algumas das fontes explicitadas por ele (como Buhler, Humboldt, Potbenia, Delacroix, Stanislavsky, Jakubinsky, Dostoiévsky, Piaget, entre outros) ou nas categorias que ele emprega (referentes à linguística de seu tempo, como as distinções sentido/significado ou sujeito psicológico/sujeito gramatical, seguindo as sugestões de H. Paul e Paulhan).

Entre o fogo cruzado de teorias que privilegiavam, de um lado, a função intelectual, representativa ou descritiva da linguagem (em detrimento de outras funções que, mesmo consideradas, não estavam inscritas na língua, sendo explicadas sumariamente por elementos extra-linguísticos), e de outro, as que a reduziam ao conjunto de reflexos verbo-motores, Vygotsky

tentou o que me parece ser uma saída que compatibiliza a FR e a função comunicativa da linguagem com sua epistemologia sócio-histórica básica². Sua contribuição digna de nota foi pôr em pé de igualdade a função comunicativa e a reguladora.

B) UM BREVE ESBOÇO DE UM RETRATO

No tempo em que viveu, Vygotsky participou intensamente de uma época revolucionária, em termos políticos, culturais e artísticos. Freneticamente ativo, como mostra sua bi(bli)ografia, passeou por temas como crítica literária, estética, psicologia da arte, linguística e filosofia da linguagem, psicanálise e educação, mesmo antes de iniciar seus estudos relativos à psicologia e ao desenvolvimento linguístico-cognitivo da criança. Foi, ao mesmo tempo - e principalmente - um homem político, cuja cultura enciclopédica, ao invés de trancafiá-lo num gabinete (ele também era um homem do século XIX, lembremos) o impelia com admirável perseverança na direção de problemas emergentes (como as questões transculturais, educacionais e diagnóstico-terapêuticas). Foi também professor, deputado e dramaturgo; fazia medicina quando morreu, aos 38 anos.

A linguagem (e a mediação simbólica) sempre esteve integrada aos trabalhos que ocuparam sua vida, tornando-se o tema central nos seus últimos dez anos, responsável pela manutenção de uma hipótese primordial: a atividade consciente e voluntária da cognição individual constitui-se pela interiorização das formas

sociais, dialógicas, das interações humanas.

Crítico atento da psicologia de seu tempo (especialmente da versão russa do behaviorismo, a reactologia de Kornílov e a reflexologia de Bechterev), Vygotsky identificou ao final dos anos 20 uma crise da Psicologia que passou a tematizar, e que lhe forneceu um lugar de destaque nas tendências alternativas que relacionavam a completa vida social dos indivíduos ao desenvolvimento dos processos cognitivos. A emergência da consciência surge como sua preocupação essencial. Desconfiado das antinomias e das dicotomias do século XIX, ele tampouco confiou ao marxismo a função de ser um modelo explicativo de todas as coisas.

Apesar de ser contemporâneo do marxismo, discretamente desprezou as exigências de tomar a linguagem como "superestrutura" (o que não implicou sua adesão às outras tendências de então, o formalismo e o futurismo). Com efeito, ao pretender estudar as relações entre a linguagem, a sociedade e a cognição individual - sob a noção de uma mediação simbólica concebida dialeticamente - ele não optou pela exterioridade das determinações sócio-econômicas ou pela interioridade da consciência. Tampouco a síntese representava a melhor e última saída para essa questão, ainda que tivesse chegado apenas até aí. Jamais saberemos os rumos de suas conclusões se, como Pavlov, Freud ou Piaget, tivesse morrido octogenário.

A "origem", me parece, nunca foi uma obsessão em Vygotsky; mesmo no caso das "raízes ontogeneticamente diferentes" da linguagem e do pensamento, mais que oposição, a tensão entre

as duas sugere dimensões compossíveis e processuais. Porém, o drama da aventura existencial não pôde ser capturado por ele: o que é a consciência, a subjetividade, o quiasma entre linguagem e cultura são perguntas que, como muitos filósofos nos mostraram com agudeza e emoção, duram toda uma vida.

O esforço teórico de Vygotsky não era apenas construtivo na medida em que ele precisava dialogar - não raras vezes, com virulência - com posições epistemológicas poderosas de sua época, um verdadeiro mosaico de inteligibilidades. Sua postura de não assumir que um saber particular possa totalizar o fenômeno geral do ser humano sempre teve qualquer coisa de herético, num tempo em que as posições eram tomadas apaixonadamente. Vygotsky parece-se muito com a concepção moderna do cientista ao apontar a interdisciplinaridade e a articulação de diferentes estatutos ontológicos como vetor epistemológico. O longo silêncio que praticamente eclipsou seu nome e suas reflexões durante vinte anos de um lado o salvou de um festival de afirmações bizarras sobre sua obra, de outro foi fatal para o que é chamado, inadvertidamente, psicologia soviética³.

Sua compreensão da atividade social e da atividade mental tem, desde o início de sua investigação, um caráter interpretativo (e não causal ou monológico). Isso o distingue, por exemplo, da tradição dedutiva instaurada nas ciências humanas, que privilegiava o trabalho com predicções. Ao mesmo tempo (algo que não seria perdoado), ele se distingue de seus patrícios, eles mesmos empenhados em gerar uma "psicologia soviética" ou marxista. Ele afirma (1934/1987) que a psicologia

não se deduz de uma outra ciência e não pode ser uma mera aplicação do materialismo histórico. O traço marxista de Vygotsky, entretanto, é inconfundível: vê-se, em suas explicações, a convicção animada de que a natureza social do homem lhe garante um espírito criador, artífice, transformador. Além de um ponto de saída fundamental no qual a história humana é determinada, em última instância, pelas condições materiais da vida em sociedade. Consoante ao marxismo, seu projeto científico pode ser visto como uma tentativa de explicar - no terreno dos estudos dos processos mentais - como a História muda. Um trabalho interessante seria trilhar suas aproximações com Hegel e Feuerbach, além das mantidas com Marx e Engels, no tocante às questões da filosofia da praxis.

Apenas como um exercício para esse tipo de debate (cuja dificuldade básica poderia ser creditada aos ainda poucos textos de Vygotsky disponíveis), observo que Vygotsky não se contenta, como Althusser, por exemplo, em explicar que a História muda. Ao tomá-la como um processo dialético das estruturas (recusando-se a ver nestas qualquer imobilidade), seu objetivo parece ser explicar como a história muda. Isso implica, de um lado, a não supressão do sujeito (o que não equivale a dizer que tome o homem como o "sujeito da História", ou o agente-sujeito de que fala Fêcheux, 1975/1988), e de outro lado, um olhar pousado sobre o movimento que a História é (contínuo-descontínuo), como se pode ver em seu primeiro capítulo de "Mind in Society" (1930/1978).

Podemos, a princípio, apenas vislumbrar uma ponte que os textos de Vygotsky estabelecem entre o chamado humanismo

marxista e o materialismo histórico através das citações tanto dos "Manuscritos Econômicos e Filosóficos", quanto de "O Capital", ou de "A Dialética da Natureza Humana".

Será que Vygotsky pensa mais teleologicamente quando mais inspirado pelo Marx materialista histórico que, como observa Cox (1989/81), não se livrou inteiramente das teleologias ao dizer que "o mundo de produção capitalista é o último a se findar no antagonismo das classes e que com ele se encerra a pré-história da sociedade humana"? Como diria Bertolt Brecht: Tantas perguntas, tantas respostas.

Não se pode acusar Vygotsky, pelo menos seriamente, de ter contraído e disseminado o vírus ideológico que confunde o que é reflexão e o que é juízo de valor nas obras de cientistas marxistas. Levando-se em conta o contexto no qual desenvolveu suas idéias, sua obra escapa dos rigores com que a ciência hoje em dia denuncia as caricaturas. Entretanto, é preciso lembrar que a "reabilitação" de Vygotsky coincidiu com o acirramento de importantes doutrinas oficiais, como o pavlovianismo (cuja premissa poderia ser resumida numa rejeição a qualquer individualismo, típico da psicologia ocidental), na URSS e o cognitivismo, no então mundo ocidental, além do velho behaviorismo, imune às turbulências ideológicas.

Vygotsky, que foi considerado há alguns anos atrás uma alternativa ao behaviorismo e ao construtivismo piagetiano (o que, em parte, explica o interesse de muitos psicólogos, psicolinguistas e educadores, como Bruner, Wertsch, Hickmann, Valsiner, Cole, etc.), hoje ainda é convocado para dar conta de

diferentes recortes teóricos. De qualquer maneira, o ostracismo a que parecia destinado está, por enquanto, afastado.

No prólogo da edição norte-americana mais recente de "Thinking and Speech" (por Minick, 1987), num elegante ensaio sobre os temas vygotkianos, Bruner afirma que ele não foi apenas um psicólogo, mas um teórico da cultura:

Man, who lives by his history, learns that history through language. In the end, man frees himself from that history through language. In the end, man frees himself from that history by the tool that history placed in his hand - language. It is a Promethean thread that Vygotsky weaves (Bruner, in Minick, 1987:15).

A construção signo-cultural da consciência como forma de vida mental dos indivíduos despertou a desconfiança dos que perpetravam a psicologia oficial na URSS de então e Vygotsky, ainda em vida (cf. Yarochevsky, 1989:123), passou a ser criticado, acusado de sofrer "influências burguesas" e "subjetivistas". A psicologia nessa época passava tão ao largo para os condutivistas quanto as formações sociais constitutivas da cognição humana para os behavioristas e cognitivistas... é curioso, mas não surpreendente, que a consciência tenha ocupado um lugar central nos estudos dos psicólogos soviéticos após a suspensão da interdição de Vygotsky, reabilitado via Pavlov:

(...) the battle of consciousness moved officially to center stage in Soviet psychology, with Vygotsky's followers arrayed against such orthodox Pavlovians as Ivanov-Smolensky. In time, with the acceptance of Pavlov's theory of "second Signal System", the atmosphere improved. Vygotskian theory could be restated in the language of the Second Signal System in a way that capture the distinction between stimuli acting on the nervous system (the First Signal System) and those that were mediated by language and concepts (the Second) (Bruner, 1987:2).

Algo digno de nota na concepção histórico-cultural da consciência assumida por Vygotsky é o fato de a comunicação não estar mais em primeiro plano nas questões sobre a linguagem. A função comunicativa - se levarmos a sério as noções de mediação e de transformação - só pode ser pensada mediante a reguladora, em meio a outras funções da linguagem.

Não por acaso as idéias de Vygotsky sobre a emergência da consciência absorviam o maior número de críticas oriundas de seus próprios colaboradores. Quando, afinal, ele considera a consciência um fato da história das relações humanas, impregnada significamente em meio a referências antro-po-culturais, foge das críticas que o tomam apenas como um psicólogo preocupado com os conteúdos da consciência (ver a esse respeito Radzikhovsky, 1985).

Colaboradores como Luria, Leontiev, Talízina ou Rublentein, ainda que respeitosa, chegaram a apontar um mais que suposto "idealismo e subjetivismo" do mestre, a quem

criticaram devido à "superestimação do papel da consciência". Leontiev e Rubinstein, por exemplo, ficaram conhecidos pelo fato de argumentarem que a consciência - o reflexo imediato da realidade (cf. Leontiev, 1972/1979) - pode desenvolver-se em função das tarefas que proporcionam as atividades humanas, sendo que estas determinam o desenvolvimento da consciência. Rubinstein, para dar mais um exemplo desse tipo de reação, propôs que a psicologia tivesse como objeto apenas a atividade (leia-se comportamento) do homem, sem suas "peculiaridades psicológicas" (cf. 1935, apud Talízina, 1984).

Tentando atestar sua concepção sócio-histórica, ou simplesmente reivindicar a leitura marxista mais "correta" do autor, tanto os críticos quanto os seguidores de Vygotsky raciocinam a partir de partes, instaurando uma questão de pertinência cada vez mais duvidosa hoje em dia. Usando livremente uma terminologia de Marx: ou analisam as árvores sem enxergar a floresta ou se apegam ao que seria a floresta sem levar em conta a especificidade das árvores.

A meu ver, os textos de Vygotsky são mais argumentativos que assertivos; mais sugerem que radicalizam suas posições; mostram que o interesse do autor se dirige mais às condições em que realmente acontecem as coisas do que às coisas mesmas. Para muitos marxistas, isto é história...

NOTAS

1. "Função reguladora fluida" ou "regulação com fluidex": Em conversa/discussão com João Wanderley Geraldi sobre o que seria a "função reguladora" na perspectiva discursiva ele usou esta expressão aparentemente inusitada. Justificada no contexto deste trabalho, tomo agora a liberdade de incorporá-la.
2. Esta compatibilidade vista em Vygotsky escapa, no entanto, às concepções comunicacionais encontradas em autores que enfrentam com maior ortodoxia o materialismo histórico. A concepção comunicacional presente nos escritos de autores de algum modo filiados a um quadro teórico sociológico mantém um equívoco ao elevar a comunicação à condição de princípio. Segundo Fêcheux (1975/1988), "o erro é autorizado pela definição dada por Marx e Engels, em "A Ideologia Alemã", da língua como "meio de comunicação entre os homens:

"Pierre Raymond chamou recentemente a atenção para o fato de que esse "meio" ou esse "instrumento" não é "instrumento técnico ou científico" e que essa "comunicação" não é a priori identificável às comunicações materiais fornecidas por diversos meios estudados em outros domínios", o que leva a pensar que a

expressão "instrumento de comunicação deve ser formada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse "instrumento" permite, ao mesmo tempo, a comunicação, e a não comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, em primeira instância, da comunicação de um sentido" (op.cit.pp.92-3).

3. Existe uma "Psicologia Soviética"? Creio que não, em vista da diversidade de influências e correntes que caracteriza o pensamento psicológico soviético, e que impossibilita qualquer idéia de unidade.

CAPÍTULO II

FUNÇÃO REGULADORA DA LINGUAGEM: EM BUSCA DA RELEVÂNCIA PERDIDA

"Is your brain really necessary?"

(título de um artigo de John Lorber,
neurologista inglês, Research News, 1980)

Apesar da crescente recuperação da obra de Vygotsky, interpelá-lo é uma tarefa difícil, se o objetivo for sair da crítica comum: teria ele cometido o que hoje entendemos por "erro categorial", em relação à Linguística ou à Psicologia? Seus experimentos não seriam, de fato, meras demonstrações? Suas noções e conceitos não foram esboçados de maneira vaga e prescritiva? Suas relações intelectuais com Husserl, Spinoza, Peirce, além da mantida com os filósofos franceses do século XVIII não ficaram pouco esclarecidas?

O que me parece interessante ressaltar é que, mais do que apontar a materialidade constitutiva dos processos cognitivos (algo que tem rendido toneladas de livros e artigos e contribuído muito pouco para o estudo do "gap" entre sujeito e sociedade), Vygotsky, ao tentar relacionar fatores biológicos e sociais, focalizando uma área particular de interesse, descobre na

História o cerne de sua concepção de linguagem enquanto atividade. Assim, ele relaciona a linguagem não apenas com o pensamento, mas com o trabalho e a consciência humanos.

É importante lembrar que a perspectiva pela qual se define a linguagem como prática social é um dos aspectos fundadores da chamada Análise do Discurso francesa (ver, por exemplo, Pêcheux, 1969, 1975, 1983a/1990, 1983b/1990; Robin, 1973/1977; Maingueneau, 1987/1989; Usakabe, 1979; Orlandi, 1987, entre outros). Como isso será importante para o meu trabalho, aponto, ainda, que a concepção de linguagem como atividade e trabalho encontra-se no que se convencionou chamar de "as novas tendências em Análise do Discurso" (ou "3ª época da análise do discurso": ver, sobre isso, Henry, 1990, Guilhaumou & Maldidier, 1989; Authier-Révuz, 1982, 1985; Maingueneau, 1987/1989; Possenti, 1988; Pêcheux, 1983/1990b; Geraidi, 1991).

Se para determinadas vertentes teóricas pensamento e linguagem ainda são palavras "congeladas" para a Linguística, Vygotsky já dizia, em seu tempo, que não se pode apreender certos fenômenos cognitivos, como a linguagem interna ou a função reguladora, apenas através da Filosofia, da Psicologia ou da Neurologia: só os estudos sobre a linguagem os põe a claro.

Cuidando para não cair nos erros do psicologismo (ver Henry, 1990:28 e, especialmente Riley, 1978:73), a Linguística sempre terá o que dizer sobre os fenômenos cognitivos a partir de seu próprio campo de referências. Se não raras vezes preferiu remeter os seus "mistérios" (de que fala Lakoff, 1977, sobre o mecanismo linguístico de produção e transmissão do sentido - e

sua construção) a outros campos teóricos como a sociologia ou a psicologia social (como faz Saussure) ou a biologia ou a psicologia cognitiva (como prefere Chomsky), não o fez sem consequências para a manutenção de um compromisso que apenas pode dissolver os mistérios, mas não pode resolvê-los. Vale lembrar que, com o programa estruturalista e o surgimento da Análise do Discurso (doravante, AD), da Pragmática ou das teorias enunciativas, ainda se vêem manifestações da continuidade não só da semiologia clássica no pensamento linguístico contemporâneo como também da prática de remeter "certos problemas" a outros campos, até mesmo quando se procura "proclamar rupturas radicais" (como diz Lahud, op.cit.) e propor modelos explicativos para os "mistérios da significação".

Creio que a Linguística foi impedida de se manifestar de maneira sistemática sobre as relações entre a linguagem e o pensamento por ter esbarrado em dois aspectos, pelo menos. Em primeiro lugar, o próprio impasse da metafísica particular com a qual se comprometeu, dualista e representacional; em segundo, a idéia de que a aproximação com a biologia ou com a psicologia seja necessariamente reacionária. A propósito, lembro o receio de Gadet e Pêcheux (1981) quanto a esta aproximação, num capítulo onde apontam acertadas críticas aos preceitos absolutizantes da psicologia soviética, em relação a um organismo pavloviano, baseado na metafísica do trabalho e revelador de um cartesianismo trivializado.

Vygotsky não chegou a ver suas reflexões reduzidas à eloquência fraseológica ao estilo soviético dos anos 30 a 50,

dedicada ao organismo pavloviano; qualquer leitor atento de sua obra verá, no entanto, que a interação entre os fatores biológicos e os sociais pode ser vista num sentido dialético (inter e intra-cognitivo), não determinista. Note-se que, para ele, a biologia não existe em termos de "forma pura", e tampouco é dissolvida "no social". Por ora, pretendo apenas indicar que há um esforço de Vygotsky de aproximar as referências do mundo social com as referências da linguagem, embora ele não tivesse particularmente interessado na ideologia nem tivesse elaborado uma formulação linguística do processo de internalização da linguagem.

Pode-se dizer que um de seus méritos foi fazer ou estabelecer uma íntima vinculação entre linguagem e sociedade sem, contudo, definir os termos linguísticos desta ligação, pela qual os processos cognitivos são contextualizados sócio-culturalmente e os homens interpelados como seres de consciência desde sua origem. Vygotsky não remete a explicação para a Biologia, nem para a Sociologia. é na relação entre ambas que ele vai construir suas hipóteses explicativas.

Como lembra Luria (1976:30), desde Vygotsky muito pouco foi feito para esclarecer a ação de elementos linguísticos responsáveis pela regulação da atividade consciente e voluntária. Luria, entre os que mais se ocuparam em ampliar e desenvolver conceitos e trabalhos iniciais de Vygotsky, forneceu um bom número de trabalhos empíricos sobre a função da linguagem na reeducação linguístico-cognitiva de sujeitos afásicos (1959, 1974a, 1974b, 1987) e sua alteração em outros estados patológicos

do cérebro, como a deficiência mental e a síndrome frontal (1980a, 1980b, 1949/1974a), mas pouco se preocupou com investigações linguísticas, indo estudar as bases neuropsicológicas e neuroanatômicas da "regulação do comportamento", e não exatamente propor uma explicação para ela.

A FR foi ignorada durante longo tempo e somente alguns investigadores ocuparam-se dela fora do paradigma da psicologia soviética, como Beisbenger, Berlein, Bronckart, Johnson, etc. A exemplo do que ocorre com estes investigadores, os trabalhos de autores soviéticos filiados à "escola de Moscou" (como Galperin, Khomskaya, Akhutina, Ushakova, Leontiev, Zaporethz, Sokolov, Anokhin, entre outros), não se dedicaram a sua elaboração linguística e sim a buscar evidências neurofisiológicas e neuropsicológicas para a sua sustentação.

Nota-se, a partir dos anos 70, que os temas vygotskianos tornam-se bastante populares na área da Psicologia e da Educação, principalmente. Entretanto, só mais recentemente a FR veio integrar o rol de temas preferidos, sob a égide dos estudos dedicados à mediação semiótica da vida mental, à zona potencial (ou proximal) de desenvolvimento, à reinterpretção da fala egocêntrica (e as relações entre Vygotsky e Piaget), à crítica ao conceito de linguagem interna, à construção da linguagem escrita pela criança, entre outros, como veremos no capítulo quatro.

Até onde pude verificar, não houve expansão de estudos que relacionassem a FR com perturbações afásicas, bem como com outras dificuldades neurolinguísticas, posteriormente a Luria e

colaboradores (pelo menos os que fossem conhecidos ou divulgados sistematicamente na Europa e EUA). Há, isso sim, um bom contingente de trabalhos filiados ao modelo luriano que tão somente atestam a existência da FR, e ainda sim, como uma noção post-hoc e, portanto, vaga. Sem dúvida, os estudos mais correntes se pautam pelo desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança.

A descrição do processo de internalização é uma das contribuições mais importantes de Vygotsky. Para ele, a fala egocêntrica é um estágio na evolução da LE (social, dialógica) para a LI, que guardaria daquela certas propriedades linguísticas. A presença da fala egocêntrica reflete a emergência de uma nova função, auto-reguladora, reflexiva, da linguagem. O fundamento da relação entre linguagem externa, fala egocêntrica e linguagem interna está na maneira como ele concebe a linguagem, ou seja, como atividade organizadora, transformadora, significativa da relação entre o sujeito e a realidade. Ou seja, a relação inter e intra-mental não se dá em termos de mediação "entre indivíduos", mas em indivíduos interpelados como seres sociais (ideológicos) desde sua origem.

Em poucas palavras, o processo de internalização concorre para a regulação e a organização da atividade humana e procede a uma análise evolutiva da regulação semiótica (nos termos de Vygotsky)¹, a partir dos processos sociais da interação humana, que se configuram em formas intra-cognitivas de regulação verbal (que seriam da responsabilidade da fala egocêntrica e da LI). Estas são responsáveis pela reorganização cognitiva da

criança, nas formas iniciais de regulação. No curso de desenvolvimento, as formas intra-cognitivas da regulação verbal refletem as propriedades "estruturais e funcionais" (semânticas, por seus efeitos; dialógicas, por sua natureza) das formas anteriores, inter-cognitivas, distanciando-se delas posteriormente.

Em contraposição às idéias de Piaget (1926/1976), as origens da linguagem egocêntrica se situam na linguagem social e permitem aquilo que será a linguagem interna, graças à diferenciação das funções da linguagem (cf. cap.1 de "Mind in Society", 1978). Aqui surge um dos maiores problemas de sua descrição, em virtude da afirmação de Vygotsky de que, uma vez internalizada, a LI fica "submersa". O que permite que Luria afirme que ela emerge apenas em situações patológicas (1987:113). Vygotsky reconhecerá - cf. "Thought and Word", (1934/1987), entretanto, que as características da LI aparecerão, "sob certas condições", na LE. Isso quer dizer que não há uma divisão de águas entre ambas.

Segundo Vygotsky, o desenvolvimento da linguagem e de outras funções cognitivas estão submetidas ao desenvolvimento sócio-cultural. Ele mantém, na explicação da regulação inter e intra-cognitiva, o elo genético que relaciona as duas formas (afinal, se a FR se constrói no processo de desenvolvimento, em meio a contingências intersubjetivas e sociais, linguagem e pensamento não poderiam ter uma mesma raiz genética).

Antes mesmo de encararmos seus fundamentos linguísticos, surge aqui uma premissa bastante problemática:

Vygotsky concebe duas raízes diferentes para pensamento e linguagem, cujo resultado é a independência original entre os dois, havendo um pensamento pré-verbal e uma linguagem pré-intelectual. Somos tentados a concluir que no primeiro caso a linguagem está excluída da gênese do pensamento e que no segundo ela é praticamente desprovida de sentido. Vejamos o que diz Vygotsky:

"Our conclusions can be briefly summarized in the following way:

- 1. As we found in our analysis of the phylogenetic development of thinking and speech, we find that these two processes have different roots in ontogenesis.*
- 2. Just as we can identify a "pre-speech" stage in the development of the child's we can identify a "pre-intellectual" stage in the development of his speech.*
- 3. Up to a certain point, speech and thinking develop along different lines and independently of one another.*
- 4. At a certain point, the two lines cross: thinking becomes verbal and speech intellectual" (1929/1987:112)*

A análise dos estudos de Kohler e Yerkes sobre os macacos antropóides feita por Vygotsky lhe permite, a princípio, nas derivações que faz em termos filogenéticos e ontogenéticos do desenvolvimento infantil, dirigir críticas às vertentes que identificam uma unidade entre pensamento e linguagem ou a antecendência do primeiro em relação à segunda em Psicologia, o que fazem tanto a reflexologia quanto o gestaltismo ou o que ele

chama de "psicologia subjetiva ou introspectiva" (escola de Wurzburg). Entretanto, mesmo num texto de 1929, o aspecto mais importante diz respeito à internalização das funções ou processos cognitivos, sendo a linguagem responsável pela reconstrução interna da operação externa, social.

Para dizer que a reconstrução dos processos cognitivos decorrente das diversas experiências com a linguagem implica "mudanças convulsivas e revolucionárias" (1930/1984:83) no desenvolvimento infantil, ele precisa opor-se, de maneira frontal e controversa, à noção evolucionária reinante na Psicologia de então. Ele precisa conceber alguma diferença para dizer que linguagem e pensamento não são uma mesma coisa pois, do contrário, como ele afirma (1934/1987:46), não teriam uma relação. No entanto, além da crítica passível de ser feita às suas afirmações de que ambos têm raízes diferentes, outras indagações, não menos contundentes, podem erigir as maiores ressalvas à Vygotsky: a linguagem pressupõe, afinal, uma articulação linguística ou cognitiva? Há conteúdos de pensamento fora da linguagem ou há apenas domínios de pensamento dentro da linguagem?

Vygotsky atribui as raízes de ambos ao desenvolvimento histórico da consciência humana; são antes um produto do desenvolvimento do que uma simples condição dela. Segundo ele, não há nada na filogênese e na ontogênese que as ligue, a priori. No entanto, ele vincula, posteriormente, tão reiteradas vezes linguagem e pensamento que torna-se difícil uma clara distinção entre ambos - e isso a partir do conceito de word meaning (cf.

cap.7 de "Thinking and Speech"), utilizado como unidade da relação².

É preciso considerar que quando Vygotsky relaciona pensamento e linguagem ele está se referindo ao pensamento verbal, não onde a linguagem (enquanto categorias linguísticas) tem lugar, mas numa forma de pensamento mediado e impregnado de linguagem, cuja unidade é o significado da palavra (word meaning), que garante a relação entre linguagem e pensamento, possível pela interação humana. Isso implica, entre outras coisas, que tal relação não é direta, mecânica e transparente. Antes, guarda as tensões, as negociações, as regulações dispostas na construção do sentido no decurso do desenvolvimento linguístico-cognitivo. Em suma, a transição de um para outro campo passa pela significação, segundo Vygotsky, o "princípio regulatório amplamente difundido no comportamento humano" (1930/1984:85). Vejamos o que ele diz:

(...) Only a limited portion of the processes of speech and thinking coincide in what is commonly called verbal thinking. Verbal thinking does not exhaust all the forms of thought nor does it exhaust all the forms of speech (1929/1987:115).

Mais adiante, no mesmo texto de 1929, ele dirá, sob forte influência de Bühler (1879-1963), que há grande parte do pensamento não diretamente relacionada com o pensamento verbal, como o "intelecto prático". Embora possamos identificar sua maior preocupação, qual seja, a de rejeitar a afirmação vigente que

considera todas as formas de atividade como derivadas do pensamento, podemos também observar os pontos cegos cuja intransponibilidade ele resolve em forma de contradição: não se vê tais afirmações em seus últimos textos.

As referências à escola de Wurzburg e à Bühler, ainda fortes, dão lugar às exigências de outras argumentações psicolinguísticas do capítulo 7 de "Thinking and Speech". Aqui não terá mais sentido, para os seus propósitos, identificar, tal como no texto de 1929, as "raízes genéticas distintas", nem tampouco a dicotomia interno-externo que a derivação da ontogênese, a partir da filogênese, acarreta. Ao aplicar a comparação genética pela noção marxista de que as raízes do intelecto humano ao mesmo tempo que obedecem a premissas biológicas fundam-se sobre a criação de instrumentos e sobre o trabalho humano, Vygotsky elabora o seu principal postulado (uma explicação não metafísica ou biológica, mas sim sócio-histórica do desenvolvimento) sobre o problema central da psicologia social: se a cognição humana é regida por "leis gerais da evolução histórica da sociedade humana", de que forma deve ser colocado o problema da linguagem e do pensamento?

Dentro de uma certa tendência determinista, este texto de Vygotsky ainda sugere alguma forma natural a ser "modelada" pela experiência social, em regime de "mão única". Porém, em textos como "Thought and Word", Vygotsky é mais incisivo quanto ao movimento dialético entre exterioridade e interioridade. A definição da palavra como o "microcosmo da consciência humana" segue de perto a inspiração marxista, sob a influência da

abordagem histórica de Engels em "A Dialética da Natureza humana". Vygotsky escreve, citando Engels: "A abordagem dialética, admitido a influência da natureza sobre o homem, afirma que o homem, por sua vez, age sobre a natureza e cria, através das mudanças provocadas por ele na natureza, novas condições naturais para sua existência" (1930/1989:70).

É preciso entender os termos em que Vygotsky reelabora a relação entre linguagem e pensamento e o papel da primeira frente a atividade cognitiva, dos primeiros textos aos últimos. Antes disso, porém, tentando nos aproximar das suas idéias linguísticas, vemos que, de qualquer maneira, a linguagem concorre - direta ou indiretamente - para a regulação da ação humana; é preciso verificar como isso é possível, desde os textos mais antigos, a partir da tese vygotekiana de que a efetuação do sentido segue, e não precede a compreensão da relação originária das palavras e do próprio ato comunicativo.

Vygotsky compartilhava muitas das idéias linguísticas de seu tempo, ainda que vez por outra superasse os modelos nos quais se baseava: são as contribuições essenciais de seu pensamento, capazes de despertar interesse até hoje.

Há um esforço nas reflexões de Vygotsky acerca da linguagem que se pauta por dois aspectos essenciais para as conclusões do capítulo 7 de "Thinking and Speech": um relaciona o desenvolvimento linguístico com o desenvolvimento da consciência; outro - não menos interessante - concebe a interação social (em especial, a verbal) como uma espécie de reguladora no fluxo da indeterminação, da incompletude, da ilusão (realista) necessária

para que ocorra alguma comunicação, isto é, a ilusão da coincidência entre as palavras e as coisas.

A criança, desde sua relação prática com os objetos e com outras pessoas, não tem nestas apenas um fator de excitação (como no behaviorismo ou no inatismo), mas um já complexo jogo de interpretações, capaz de engendrar e se dirigir para o que ele chama de "soluções de problemas", ou seja, a função reguladora adquire uma configuração cognitiva quando o pensamento encontra na interação verbal o seu conteúdo. A regulação, para ele, não é uma propriedade dos processos cognitivos, concebida aprioristicamente. Mesmo que em seus textos iniciais ele não explicita as formas linguísticas da regulação, esta é algo que se constitui no decurso do desenvolvimento linguístico-cognitivo, em que pese o valor social e significativo da linguagem. É a significação, em última análise, o que plasma linguagem e pensamento, para Vygotsky. Nossa capacidade de planejar, organizar e estruturar nossas próprias ações (e as de nossos interlocutores) adquire mobilidade e flexibilidade pelo concurso de inúmeros processos discursivos (verbais e não verbais) que vão caracterizando a atividade mental.

Veremos nos próximos capítulos as múltiplas interpretações que se imputam à regulação. A FR é uma "capacidade" que se adquire ou que se tem? A auto-regulação pode ou não ser facilitada (leia-se estimulada ou treinada) em contextos de interação social? Tudo, afinal, é regulador, em linguagem? É necessário, do ponto de vista teórico-clínico, formular e testar modelos de desenvolvimento das capacidades

auto-regulativas? A FR é superestrutural, em relação às outras funções da linguagem? Finalmente, e sem intenção de esgotar o repertório de indagações, se o discurso refere-se à função estruturante como própria da linguagem, vale a pena falar em FR? Ou FR seria um dos aspectos desta atividade estruturante (ou quasi-estruturante, nos termos de Lahud, 1973/1979)?

É preciso, no ponto em que estamos, determo-nos um pouco sobre a concepção de linguagem como atividade estruturante.

Franchi (1976), instaurando um paradoxo, concebe a linguagem como "uma atividade constitutiva pré-estruturante (ou quasi-estruturante)" que não se deixa apreender pelos "processos de uma análise que se limite a segmentar e classificar as expressões, resultados dessa atividade, produtos cuja modalidade e escopo são indeterminados" (p.63).

Para dissolver o paradoxo, ou melhor, para dar conta da "forma da atividade" ou das propriedades desse processo "em constituindo" que não se "institui nos constituídos", o autor acompanha as especificações de Lahud (1973/1979), que vê uma aproximação do processo criador da linguagem com as noções de "esquemas de ação" e de "função estruturante" elaboradas pelo Centro de Genebra (ainda que recuse a identificação de seu modelo como representação dos processos genéticos piagetianos).

Lahud (1973/1979) não vê obstáculos na articulação que propõe entre uma concepção de linguagem enquanto constitutiva do conhecimento (e neste ponto ele assume a abordagem de Franchi, 1971) com o modelo psicológico de Piaget, ou, pelo menos, com seus dados psicogenéticos. Ainda que ressalte a autonomia dos

domínios filosófico (o seu) e psicológico (de Piaget), ele encontra compatibilidade:

Primeiro, e sobretudo, porque a linguagem, embora tematizada diferentemente devido a heterogeneidade dos níveis interrogados (um epistêmico, o outro psicológico), encontra-se, aqui e ali, presa a uma concepção que evidencia seu caráter estruturante. Mas também porque a continuidade funcional acima indicada entre os esquemas de ação primitivos e a linguagem torna-se assim, não mais um índice de incompatibilidade entre a teoria de Piaget e a teoria da linguagem que sustenta nosso projeto, mas, ao contrário, uma razão a mais para que pensemos na primeira como uma referência possível para a segunda (Lahud, 1973/1979:37).

Isso quer dizer, vale observar, que Lahud rejeitaria qualquer tese que recusasse uma continuidade funcional entre o sensório-motor e o simbólico (ou representativo, em seus termos, cf.p.38). Como ele reconhece:

Várias outras pesquisas teriam igualmente servido a nosso propósito particular e poderiam, portanto, ter sido aqui invocadas. Restringimo-nos, no entanto, a certos alertas e precisões que nos pareceram importantes e que dizem respeito a autores e teorias aos quais não mais teremos, em seguida, a ocasião de fazer uma direta alusão (p.38).

Considerando que tanto Piaget quanto Vygotsky estariam, de acordo com Dascal (1983), entre os que mantêm linguagem e pensamento numa relação interna, uma teoria da linguagem que ressalte o caráter construtivo da linguagem como estruturante e organizadora da experiência "que se exprime nela e por ela" poderia considerar as diferenças e semelhanças entre os dois autores (em termos ontológicos, de justificativas teóricas e metodológicas, etc) a fim de observar as distintas consequências epistemológicas.

Não pude deixar de reconhecer - na leitura do livro de Lahud (1973/1979) - que ali onde ele procura um diálogo com Piaget, um interlocutor possível seria Vygotsky. Desde que para este último a linguagem não se apresenta apenas integrada à função simbólica, mas sim como a inserção do homem no mundo como "o animal semiótico", na expressão do mesmo Lahud.

Creio ser necessário ressaltar que, segundo Lahud, quando não relacionado a um sistema formal, o termo "estruturante" deve ser compreendido "num sentido bem largo (deveríamos, na verdade dizer pré ou que quasi-estruturante). Assim, quando falarmos, a título de abreviação, da linguagem natural como "estruturante", cumpre não confundir o resultado dessa atividade com "estruturas" no sentido preciso da palavra, que só as linguagens formais são capazes de produzir" (op.cit. p.30).

Voltemos, por ora às fontes linguísticas de Vygotsky. Em seu livro "Marxismo e Filosofia da Linguagem" (1929/1981: 73), Bakhtin diz, sobre as linhas mestras do pensamento filosófico e

linguístico de então, que alguns autores, como Wilhelm Humboldt (1767-1835), tornam-se iniciadores de "diferentes correntes", ultrapassando os limites que os encaixam numa ou noutra tendência, pela amplitude e complexidade de suas idéias.

Em relação às reflexões de Vygotsky sobre a linguagem, e especialmente sobre suas funções, os comentários de Bakhtin sobre Humboldt acompanhariam Bühler, Potebnia (representante russo mais próximo de Humboldt), Jakubinsky ou Peirce (ainda que faltem referências diretas, a noção de que um "signo vai a outro signo", além da concepção dialógica da LI, sugere a influência). Em que termos eles constituem a reflexão linguística de Vygotsky?

Sem a intenção de retomar o desenvolvimento teórico da Linguística, lembro que forjavam-se, à época de Vygotsky, as duas correntes mais poderosas na primeira metade do século, o estruturalismo e o funcionalismo, e sua combinação mais prolífera, representada pelo Círculo linguístico de Praga, que pode ser visto, ainda, como a "manifestação singular do funcionalismo no interior do estruturalismo" (cf. Lyons, 1981/1982). O que ambos tinham em comum, algo que seguramente exerceu enorme influência sobre Vygotsky, era a ênfase na multifuncionalidade da linguagem, ou seja, a idéia de que a sua variedade funcional obedece a objetivos e condições das diversas situações e ações linguísticas (Vygotsky, 1934/1967:270).

É preciso, para os propósitos aqui defendidos, lembrar também que a discussão sobre alguma "função fundamental" da linguagem remonta ao século XIX e motiva linguistas e filósofos que exerceram alguma influência sobre Vygotsky até os que, sob a

mesma influência, apresentam algum tipo de análise semelhante.

Como observa Franchi (1976), nas teorias concebidas a partir da "função comunicativa", a linguagem se situa relacionada a seu uso, em que pese a variedade de emprego e conceituação deste termo (Franchi chama a atenção para a importância de certas noções correlacionadas com a função de comunicação, cruciais para as teorias enunciativas, pragmáticas, ou discursivas). Vygotsky, por sua vez, refere-se à função devido à exposição do funcionalismo como tendência da Linguística, mas se distancia do emprego que dele se faz (e nisto não está sozinho), ao não limitá-lo a uma concepção puramente "instrumental"

Ao rejeitar uma concepção de linguagem como "faculdade" (num sentido biológico) ou como mera representação mental (metafísica), Vygotsky assume a noção de comunicação que conjuga diferentes funções da linguagem a diferentes usos sociais, que em última análise orientam a interação interpessoal em termos de atos e ações linguísticas.

Creio que a "porção" funcionalista de Vygotsky consiste no seu interesse pela base comum à linguagem e à sociedade, bem como pelos termos que regem sua interdependência. Para tanto, ele parte de determinados postulados em cujas teias tenta construir um argumento capaz de capturar o "centro virtual que faz pensar", de que fala Merleau-Ponty (1964/1991).

A distinção localizada por Buhler atinge Vygotsky de duas maneiras. Antecipando uma luta teórica aguerrida em nosso tempo, ele percebe que o estudo de um dos "planos" da atividade linguística exposto por Buhler, não por acaso escolhido pelos

funcionalistas, a ação linguística, deixa de lado, por assim dizer, o estudo do "ato linguístico", de sua forma ou estrutura.

O esforço de Vygotsky se dirige no sentido da diluição dessa dicotomia ou, pelo menos, da tentativa de entender os dois planos de uma mesma perspectiva (e não dar, segundo o que fazem tanto a Escola de Wurzburg quanto o gestaltismo, em relação à linguagem e ao pensamento, "a César o que é de César, ao Senhor o que é do Senhor", cf. 1934/1987). Do contrário, o que ligaria as expressões ao seu sentido permanece um mistério.

As consequências dessa distinção quanto às tentativas de descrever a forma linguística independentemente das ações verbais podem ser vistas nas reflexões de Franchi (1976, especialmente, e 1977). O autor critica tanto as posições que tomam a linguagem como instrumento lógico-simbólico construído sobre um "processo autônomo e formal" quanto as que se limitam à observação da face exterior da linguagem. Em suas palavras:

Mesmo ao sociólogo não interessaria uma perspectiva exclusivamente funcionalista, na medida em que lhe furta elementos essenciais responsáveis pelo comportamento social, que não se explica somente pelas "funções" aparentes das ações humanas, mas pelos esquemas estruturais da própria ação (...) se queremos imaginar esse comportamento como uma "ação" livre e ativa e criadora, suscetível de pelo menos renovar-se ultrapassando as convenções e as heranças, processo em crise de quem é agente e não mero receptáculo da cultura, temos então que apreendê-la nessa relação instável de interioridade e

exterioridade, de diálogo e solilóquio: antes de ser para a comunicação a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos e idéias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências (...). O funcionalismo tem examinado, com detalhes, as "ações" em que a linguagem safa, deixando à margem a ação que ela é (op.cit. pp.18-19).

As posições mediacionistas ou interacionistas, por um lado, e as cognitivistas, de outro, separam, não raras vezes, comunicação e representação.

Se de um lado Vygotsky tenta ofuscar, em seus trabalhos, as exigências dessa distinção, por outro ele compartilha algumas teses que Bühler conserva de Humboldt, como a de que a linguagem desenvolve-se a partir das práticas humanas.

Humboldt, segundo Ducrot (1972/1977), concede à linguagem uma importância bem maior que seus predecessores: ela não serve para designar uma realidade pré-existente; é antes a linguagem que organiza para nós o mundo circundante. Ele prossegue, entretanto, na distinção comunicação-representação, conferindo a esta última o status de função fundamental da linguagem. Resta saber, contudo, de que ordem é esta representação. Nas palavras de Humboldt:

The intellectual peculiarity and the linguistic conformation of a people are related by such an intimate fusion that, given the one,

the other could be entirely derived from it. For intellectuality and language permit and promote only mutually agreeable formations. Language is, as it were, the external manifestation of the minds of peoples. Their language is their soul, and their soul is their language (...). The activity of the senses must be synthetically combined with the intimate operation of the intellect, and from this association the idea is liberated. With respect to the subjective force involved, it then becomes the object, which is perceived anew, and which then reverts to the subjective force. For this purpose language is indispensable, for when in its intellectual striving it makes its way past the lips, its product wends its way back to the speaker's own ear. The concept is thus shifted over into a state of objectivity, without losing its subjectivity. Only language is capable of this. Without this feature, that is, without this continuous regression of objectivity to the subject, in which language collaborates, the formulation between one human and another, speech is a necessary condition for reflection in solitude. As a phenomenon, however, language develops only social intercourse (1836/1972:24-35-36).

Temos então que, para Humboldt, a essência da linguagem é a representação (o ato de representação) do pensamento; é antes um instrumento que o fim mesmo da vida em sociedade (cf. cap. 3 op.cit.). As consequências desse tipo de assunção também se refletem nas reflexões de Vygotsky sobre a formação do conceito na criança (capítulos 5 e 6 de "Thinking and Speech") e sobre os estudos transculturais (que lhe renderam, entre outras coisas, a

interdição de testes intelectuais e a alcunha de "o grande chauvinista russo").

Uma idéia semelhante sobre as representações encontra-se em Delacroix (1873-1937), também citado por Vygotsky, especialmente nos capítulos 3 e 4 de "Thinking and Speech", quando trata das diferentes raízes genéticas do pensamento e da linguagem e nas críticas a Stern (1871-1938) quanto à convergência que este estabelece entre linguagem e intelecto (cf. Vygotsky, 1934/1987, pp. 115 a 119, especialmente).

Como Bühler, Vygotsky assume que nós compartilhamos com os animais as duas funções do sentido, expressiva e comunicativa, sendo que a representativa (referencial ou cognitiva, para Jakobson), que guarda as relações entre a exterioridade e a interioridade da linguagem, caracteriza-se como especificamente humana (op.cit. p.96); as formas sociais de sua gênese e desenvolvimento colocam em xeque a afirmação de Stern (apud Vygotsky, op.cit. pp. 95-96) de que a criança adquire linguagem primeiramente através de pura operação lógica.

Para Delacroix (1924:602, apud Benveniste, 1966/1988:29) "todo pensamento constrói signos ao mesmo tempo que coisas (...) sua formulação é de imediato simbólica, uma vez que as imagens sob as quais constitui os grupos de coisas são os seus símbolos, uma vez que opera sempre sobre símbolos as coisas sobre as quais opera, mesmo quando parece operar diretamente sobre as coisas, não sendo no fundo mais que símbolos. E esses símbolos, ele os ordena num mundo de signos". Simbólico, nesse contexto, implica a construção de representações e a operação sobre elas,

transformando a experiência com o real em "conceitos", capaz de classificá-lo, categorizá-lo.

Assim é que a linguagem conjuga os dois planos de Bühler, tornando-se mediadora do plano físico (comunicativo, as ações verbais) e imaterial (os atos linguísticos, as representações). Naturalmente, a dicotomia, sob outras vestes, permanece. As relações se dão entre o sujeito e sua mente. É algum predicado lógico o responsável pela organização e estruturação da atividade linguística, graças a uma "capacidade simbólica" do ser humano.

Podemos entrever nesses autores, e no funcionalismo, de maneira mais elaborada em Benveniste, a consagração do projeto saussuriano da língua como um sistema de signos tipicamente humano, possível por símbolos capazes de conceitualizar e categorizar o real:

Por que o indivíduo e a sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua? Porque a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de simbolizar. Entendamos por aí, muito amplamente, a faculdade de representar o real por um "signo" e de compreender o "signo" como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de "significação" entre algo e algo diferente (1966/1988:27)

A linguagem distanciada dos contextos efetivos da comunicação, estará permeando o conceito de atitude categorial

utilizado por Jackson, Head e Goldstein em Afasiologia, como veremos no quarto capítulo.

A atitude abstrata e categorial, segundo o que Paulus (1969:86) depreende de Goldstein-Scheerer, "permet au sujet de se détacher du monde extérieur aussi bien que de l'expérience interne, de dominer l'objet et la situation en fixant à volonté tel ou tel aspect aussi bien qu'en les embrassent d'un seul regard, d'abstraire des propriétés communes en formant des concepts hiérarchiquement ordonnés, enfin de faire des plans relatifs à l'avenir réel ou possible, et de s'y conformer effectivement ou symboliquement".

A mesma idéia (e atento para o fato de que não estou tomando todos os aspectos da obra dos autores aqui convocados, mas tão somente a concepção de linguagem em sua relação com a cognição), pode ser vista em Benveniste, no interior das modernas teorias linguísticas:

A transformação simbólica dos elementos da realidade ou da experiência em conceitos é o processo pelo qual se cumpre o poder racionalizante do espírito. O pensamento não é um simples reflexo do mundo; classifica a realidade e nessa função organizadora (ênfase minha) está tão estreitamente associado à linguagem que podemos ser tentados a identificar pensamento e linguagem sob esse aspecto (op. cit. pp 29-30)

Vygotsky estaria de acordo com essa passagem de Benveniste, não fosse seu esforço em diluir a distinção com mais

ênfase em seus últimos textos, como num trecho de "Thought and Word", em que considera o significado (word meaning) um fenômeno do pensamento na justa medida em que este ganha corpo através da linguagem, e só é um fenômeno da linguagem na medida em que esta vincula-se ao pensamento. O significado, é, então, a unidade do pensamento e da linguagem (1934/1987:244). é, afinal, o que une comunicação e representação.

Creio que Vygotsky tenta resolver realmente a oposição, mas acaba apenas por dissolvê-la. Partindo de uma epistemologia semelhante (digamos...), Bakhtin é mais claro:

A atividade mental tende desde a origem para uma expressão externa plenamente realizada (...). Uma vez materializada, a expressão exerce um efeito reversivo (ênfase minha) sobre a atividade mental: ela põem-se então a estruturar a vida interior, a dar-lhe uma expressão ainda mais definida e mais estável. Essa ação reversiva da expressão bem formada sobre a atividade mental tem uma importância enorme, que deve ser sempre considerada. Pode-se dizer que não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, mas o nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão, aos seus caminhos e orientações possíveis.

(1929/1981:116)

Para Vygotsky, também é a expressão (enunciação para Bakhtin) exterior, e não a interior, que organiza - inicialmente - as interações humanas (em especial, as verbais). É neste espaço que se articula o ponto de interação da vida mental e da vida

sócio-cultural: a dimensão da linguagem é ao mesmo tempo o modo de existência e instrumento dessa interação.

Creio que por esse argumento Vygotsky tenta escapar da distinção (ação e atos linguísticos) que, ao definir uma nova função da linguagem que emerge durante o processo de internalização e que acarreta mudanças qualitativas nos processos mentais, as aproximações com Humboldt, Bühler, Delacroix, entre outros, determinam. Se de um lado podemos também identificar outras influências (como as dos formalistas russos, em especial Jakubinsky) nossa atenção deve-se dirigir aos vãos pessoais de Vygotsky.

Os formalistas se aproximavam em muito do espírito de Bühler em termos das "funções da linguagem"; é certo, porém, que identificavam outras funções - numerosas - que os enunciados, em diversos contextos, têm. Em relação às suas próprias iniciativas, dentre as várias aflições teóricas de Vygotsky, uma se aplica à assunção de que a função primordial da linguagem é a comunicação: se assim for, parece perguntar Vygotsky, e considerando a interdependência entre a semântica (em seus termos) e as intenções, mútuas percepções e expectativas dos interlocutores numa dada situação (que ele analisa no último capítulo de "Thinking and Speech"), como é possível compatibilizar a função reguladora da linguagem, capaz de expressar o pensamento de modo a dar informação ao interlocutor, com um sistema polissêmico - do qual o interlocutor deverá fazer conhecer ou reconhecer as intenções do locutor? E de que maneira as ações sobre a linguagem repercutem na atividade cognitiva como um todo? No limite, o que

ele poderia estar perguntando é: Como compatibilizar regulação e indeterminação, obrigações que o sistema linguístico (a língua) impõe e opções que ele propõe? Como compatibilizar estruturante com estruturado, exterioridade com interioridade, saída de si com entrada em si (afinal, uma meditação hegeliana, com a qual Vygotsky estava bastante familiarizado)?

Vygotsky aproxima-se e afasta-se seguidamente dos que tiveram alguma influência sobre suas reflexões sobre linguagem. Suas idéias sobre a formação de conceitos, sobre a relação entre LE-LI e especialmente sobre a internalização são indicativas de sua concepção de linguagem como atividade constitutiva e estruturante.

Se de Humboldt permanece em Vygotsky a consideração de que a linguagem influencia o pensamento e a experiência sócio-cognitiva das pessoas, especialmente em "Thought and Word" ele vai além, na medida em que para ele a linguagem organiza as experiências, e é organizada por estas.

Ao afirmar que o significado das palavras (word meaning) é praticamente a origem da ação reguladora da linguagem, Vygotsky sugere que todo pensamento verbalizado é (auto) regulador. Não se trata de algo puramente metacognitivo: a organização interna da linguagem é fundamentalmente estruturada pelas regularidades enunciativo-discursivas constantes nas interações humanas. Em muitas passagens, uma clara distinção entre "verbal thinking" e LI é bastante difícil (ver, por exemplo, 1934/1987:280):

Inner speech is speech. It is thought that is connected with the word (...) Speech does not disappear in its internal form.

A noção humboldtiana de signo como a unidade semiótica, bem como a da forma interna da linguagem (Innere Sprachform), presentes na elaboração vygotkiana, dão a indicação de que a palavra (ou antes, os sentidos que carrega) torna-se a ponte viva que vincula linguagem e pensamento, de maneira necessariamente indireta. O objetivo de Vygotsky não pode ir além de apenas indicar que este é um processo mediado:

Thought is not only mediated externally by signs. It is mediated internally by meanings. (...) The communication of consciousness can be accomplished only indirectly, through a mediated path (1934/1987:282).

Ao dizer que a unidade dessa relação, o pensamento verbal (verbal thinking), guarda a relação entre a interioridade e a exterioridade, constituindo-se uma atividade cognitiva (linguístico-cognitiva), ele estabelece, à maneira de Bakhtin, uma fronteira dialética de "duas esferas da realidade". Some-se o universo sógnico que as encobriria (concebido de modo semelhante a Peirce³):

é nessa região limítrofe que se dá o encontro entre o organismo e o mundo exterior, mas este encontro não é físico: o organismo e o mundo encontram-se no signo. A atividade psíquica constitui a

expressão semiótica do contexto entre o organismo e o meio exterior. Eis porque o psiquismo interior não pode ser analisado como uma coisa; ele não pode ser compreendido e analisado senão como um signo. (...) é preciso insistir sobre o fato de que não somente a atividade mental é expressa exteriormente com a ajuda do signo (...) mas, ainda, que para o próprio indivíduo ela só existe sob a forma de signos (Bakhtin, 1929/1981:51).

É necessário lembrar, se quisermos mostrar o esforço de Vygotsky em não opor comunicação e representação, nem linguagem e percepção, que as raízes da significação se encontram lá onde a dimensão perceptivo-cognitiva se impregna das "unidades-signos", na expressão de Lahud (1973/1979:17), constituídas pela aventura humana que é o processo de aquisição da linguagem.

Tomemos as palavras de Vygotsky em "O desenvolvimento da Percepção e da Atenção" (1930/1984):

"Nossa pesquisa mostrou que, mesmo nos estágios mais precoces do desenvolvimento, linguagem e percepção estão ligadas. Na solução de problemas não verbais, mesmo que o problema seja resolvido sem a emissão de nenhum som, a linguagem tem um papel no resultado (...) Um aspecto especial da percepção humana - que surge em idade muito precoce - é a percepção de objetos reais. Isso é algo que não encontra correlato análogo na percepção animal. Por esse termo eu entendo que o mundo não é visto simplesmente em cor e forma, mas também como um mundo com sentido e significado" (op.cit.p.37).

O interesse dessa passagem reside no fato de Vygotsky considerar a linguagem como constitutiva das experiências humanas - ao lado da percepção (inserida no quadro da semiose não-verbal).

O que todos os autores mencionados por Vygotsky têm em comum é o fato de tomarem a linguagem como "função simbólica" que desempenha um papel instrumental frente ao pensamento. Daí se desprende a natureza reguladora que ela teria sobre outros processos mentais (por meio, por exemplo, de condicionamentos absolutos e universais, como na chamada hipótese Humboldt-Sapir-Whorf).

A forma de Vygotsky relativizar certas assunções que acompanham as hipóteses desses autores é questionar a função comunicativa e os processos de regulação em termos semiológicos. Ele concordaria com uma passagem de Paulus em que este diz que "le langage permet donc, non seulement de communiquer mais de penser c'est-à-dire de remplacer l'expérimentation motrice sur les choses par l'expérimentation mentale sur les signes" (1969:126). Como diz Vygotsky (1934/1987), a FR não é algo já estruturado, prévia a qualquer experiência significativa ou fruto inevitável da ontogênese; é um processo que se constitui nas interações entre os homens através da interação verbal, e que se refaz nas contingências das ações humanas.

Afirmar sobre o processo de internalização que a regulação "linguístico-cognitiva" desenvolve-se num contínuum estruturado-estruturante é conceber a FR, afinal, como uma praxis

linguística. Algo bem diferente, por exemplo, dos "esquemas de ação" piagetianos, ainda que epistemologicamente, seja semelhante o papel atribuído à linguagem por um e à inteligência, por outro.

Vygotsky postula uma natureza linguística para a TR; para ir além é necessário propor uma formulação linguística para ela. A proposta de uma formulação discursiva implícita, a princípio, uma suspensão da distinção entre o que seja LI e LE. Parece-me que uma clara distinção entre as duas não é absolutamente possível (como afirma Emerson, 1983:248), se levarmos em conta a pluralidade de processos enunciativos que constituem o discurso (a rigor, a LE).

Se for possível definir momentos de distinção, e isso me parece certo, esta dar-se-á pela ação reguladora e autorreflexiva da linguagem, cujo desdobramento envolve sempre uma prática linguística. O desdobramento mostrará a ação reguladora da linguagem, que de acordo com este enfoque não é uma substância, a força propulsora, nem mesmo uma função em si ou o produto de uma ação: entendo a TR como um dos aspectos da atividade estruturante da linguagem.

Ho buscar alguma coerência epistemológica para o meu estado no âmbito da Linguística sou levado às teorias enunciativo-discursivas da linguagem e às integrativas da atividade mental, desde que a coerência e o resultado da dependência comum - pelo tipo de objeto de minha investigação - de questões que focam de perto estes campos.

Espero, com a delimitação de interações entre estes campos não compartilhar a atitude daqueles que tomam a noção de

discurso como um coringa categorial, ou, numa expressão ainda mais picante, utilizada por Authier-Révuz em relação à noção de dialogismo, um "albergue espanhol" (1982:102).

NOTAS

1. Não é raro encontrar autores que reconhecem um traço ambíguo em Vygotsky quanto à questão do método. De um lado, critica-se sua visão "desenvolvimentista" no estudo da ontogênese, centrada em estágios lineares e mais ou menos estáveis, cujo objetivo é meramente ascender à condição do adulto, etapa final do desenvolvimento humano. De outro lado - uma posição mais cuidadosa - reconhece no método (ou nas justificativas metodológicas) a questão ontológica. Shotter (1987) problematiza com muita propriedade a questão do método em Vygotsky. Em suas palavras:

Vygotsky's dialectical approach means that strictly he does not so much have a theory as a theory-method a mode of study in which one's theories, if they are to have any currency at all, must be embedded in the practical sociohistorical context of the day. Thus, not only must "all higher functions originate as actual relations between human individuals." (Vygotsky, 1978:57) - a comment upon his now famous "general law of cultural development", but also that is where all our accounts and theories of such processes must originate. For our purpose is not just to study people's higher functions as they currently are, but to understand how they may be changed. His method thus is his

theory (p.18).

Qual a concepção de desenvolvimento que Vygotsky apresenta na caracterização de seu método, que ele chama "Método funcional de estimulação dupla"? Em suas palavras:

Dominados pela noção de mudança evolucionária, a maioria dos pesquisadores em psicologia da criança ignora aqueles pontos de viragem, aquelas mudanças convulsivas e revolucionárias que são tão frequentes no desenvolvimento da criança. Para a mente ingênua, evolução e revolução parecem incompatíveis e o desenvolvimento histórico só está ocorrendo enquanto segue uma linha reta. Onde ocorrem distúrbios, onde a trama histórica é rompida, a mente ingênua vê somente catástrofe, interrupção e descontinuidade (1930/1984:83-4).

2. Devemos indagar a razão pela qual Vygotsky toma o significado da palavra (no lugar onde se poderia empregar sentido) como a ponte entre linguagem e pensamento (e entre LE e LI). Não tenho condições - no momento - de definir a relação dos planos internos com a noção de FR. Mas é possível esboçar suas preocupações básicas em 2 pontos:

- a) o interesse em atestar o papel que a linguagem desempenha frente à cognição (interno, constitutivo, na acepção de Dascal, 1983).
- b) a noção (word meaning) seria uma espécie de paradigma dos processos sócio-históricos, como sugere Shotter (1987), e

isso graças ao papel mediador e transformador tributário da linguagem.

Tomemos apenas o primeiro ponto. Por meio do método genético, Vygotsky aponta o papel regulador da linguagem frente ao pensamento ressaltando as mudanças que provoca no processo de internalização, a partir do desenvolvimento das capacidades de categorização, representação, abstração. Segundo ele, as experiências significativas com a linguagem levam a uma reflexão categorizada da realidade. E não podemos, no caso de Vygotsky, tomar categorização como uma instância prévia e superior às relações do sujeito com o real. O mesmo vale para a representação, derivada da mediação simbólica com uma exterioridade que não pode ser acessível a não ser representada, transformada. Levada a sério, a concepção da linguagem como o "protótipo do sistema mediador" (nos termos de Vygotsky) depende da extensão de sua ação simbólica (lembro aqui o desenvolvimento apontado por Vygotsky na cognição infantil em que o signo - relação signo a signo - preenche o lugar originário da ação).

A categorização do real (e não o acesso a ele) depende da generalização, que tem por base a regulação, a abstração de propriedades dos referentes. Para Vygotsky, o desenvolvimento do significado das palavras torna-se quase um sinônimo de generalização, da "convenção tácita de representação da realidade", capaz de unir linguagem e pensamento:

In essence, generalization and word meaning are synonyms. Any generalization - any formation of a concept - is unquestionably a specific and true act of thought. Thus, word meaning is also a phenomenon of thinking (...) word meaning, then, is a phenomenon of verbal thought or the meaningful word (1934/1987:244).

Assim a linguagem, de acordo com Vygotsky, cria o sistema de categorização sobre o qual opera o pensamento.

3. Vale a pena citar um trecho de Peirce em "Consciência e Linguagem" (1866-7/1977:307-8):

Quanto mais não significa hoje o termo planeta do que ao tempo de Hiparco? Esta palavra adquiriu informação, tal como o faz o pensamento de um homem através de uma percepção ulterior. Mas não há aqui uma diferença, dado que um homem faz a palavra, e a palavra nada significa senão aquilo que algum homem a fez significar e isso apenas para esse homem? Isso é verdade; porém, dado que o homem pode pensar apenas por intermédio das palavras ou outros símbolos externos, as palavras poderiam replicar dizendo: Você nada significa senão aquilo que lhe ensinamos e isto apenas na medida em que você se dirige a alguma palavra como o interpretante de seu pensamento. Portanto, de fato, os homens e as palavras educam-se reciprocamente uns aos outros; todo aumento de informação do homem é ao mesmo tempo o aumento de informação de uma palavra e vice-versa. De modo que, mesmo aqui, não existe diferença entre ambos (palavra e homem).

CAPÍTULO III

A QUESTÃO LEVADA AO PARADOXO:

EXISTE A FUNÇÃO REGULADORA DA LINGUAGEM?

"E há questões que concernem à produção do sentido que permanecem sempre muito vivas para quem pensa que o sentido deve ser apreendido, ao mesmo tempo, na língua e na sociedade"

(F. Gadet, 1990)

A) A FUNÇÃO COMUNICATIVA E ESTRUTURANTE DA LINGUAGEM

é pelo processo de internalização da linguagem que Vygotsky coaduna as referências do mundo biológico com as do mundo social (histórico-cultural). Este processo marca mudanças na relação do sujeito com a linguagem, marca as impressões culturais nos processos cognitivos, dando-lhes uma dimensão humana, estruturando a consciência e a cognição infantil. A criança tem o outro como mediador de tais referências: o funcionamento discursivo, longe de ser uma simples instrumentalidade verbal derivada do aparato lógico-cognitivo só é possível pela diferenciação dos papéis discursivos próprios à

interação, que tem na interlocução o protótipo do sistema mediador.

O próprio locus de existência da linguagem, o discurso (o dialogismo, nos termos de Bakhtin, op.cit.), bem como a consideração e a interpretação dos processos de objetivação da linguagem, mencionados anteriormente, têm sido tratados, em *Aquisição de Linguagem*, por De Lemos (1990a, 1990b) que pôde reconhecer, num momento de sua reflexão (1980/1981:30), que para Vygotsky a linguagem é uma atividade constitutiva.

A respeito do estudo das mudanças na relação do sujeito com o outro e com a linguagem no desenvolvimento linguístico, De Lemos (1990b), diz:

Em trabalhos anteriores tentei formular a questão que orienta a minha busca de entendimento da aquisição de linguagem como da compreensão da trajetória pela qual a criança passa de interpretado pelo outro a intérprete do outro, de si próprio e de estados de coisas no mundo. Recentemente tenho-me dado conta de forma mais aguda que a essa questão se vincula à da conversão do discurso do outro em discurso próprio (...). Seria a conversão do discurso do outro em discurso próprio uma condição para a conversão do discurso próprio em discurso do outro? (p.2).

Se a especificidade do diálogo é definida a partir do dialogismo do próprio discurso, elevado por Bakhtin (1929/1981) à condição de princípio, é justo sugerir que intervém nas formas do discurso interior (a rigor, a LI).

Ao referir-se aos dois loci do dialogismo - termo amplo usado por Bakhtin para reportar-se à relação entre enunciados, bem como à própria condição de seu acontecimento - Todorov propõe dois tipos de relações dialógicas, a interlocução e a intertextualidade:

(...) there can be a variation in the locus where the discourse of the other can be "encountered": it may be the object of which we speak or the addressee we direct our remarks to (1984:71-2).

O conceito de diálogo em Bakhtin ainda pode ser articulado em termos de um "duplo dialogismo" de que fala Authier-Révuz, que prefere falar em interdiscurso no lugar de intertextualidade, termo usado por Todorov:

C'est un double dialogisme - non par addition, mais en interdependance - qui est posé dans la parole: l'orientation, dialogique, de tout discours parmi "les autres discours" est elle - même dialogiquement orientée, déterminée par "cet autre discours" spécifique du récepteur, tel qu'il est imaginé par locuter, come condition de compréhension du premier. La prise en compte de l'interlocution come facteur constitutif du discours ajoute ainsi un paramètre à la production du discours dans le champ de l'interdiscours(...) (1982:118-9).

Se levarmos em conta o que Vygotsky pensava sobre a linguagem veremos que, embora não tivesse feito nenhuma

referência à obra de Bakhtin e nem haja qualquer evidência de algum tipo de contacto com este autor, a interação entre LE e LI é central em suas reflexões, bem como a hipótese de que o diálogo seja a forma universal da existência da consciência. Vejamos a interessante sugestão de Wertsch, citado por Emerson, e que encontra eco na opinião de Ivanov (1974):

(...) that Vygotsky's ideas about dialogue are less influenced by Bakhtin than by the formalist linguist Lev Yakubinsky, whose 1923 essay "On Dialogic Speech" Vygotsky does cite. In this essay, Yakubinsky advises those who study "practical language" to investigate first the seminal distinction between monologic and dialogic speech (or, better, dialogic processes). Dialogue, he claims, is the prior and more natural form, while monologue requires an artificial structure. Yakubinsky also argues (as Bakhtin does) that dialogue does not depend solely on words: shared context, intonation, visual stimuli are all also power carriers of a message (1983:262).

Esta interpretação de Bakhtin é, no entanto, limitada, por dois motivos, pelo menos: não há, para este autor, distinção definida entre LE e LI e, o que é mais importante, apesar de os processos discursivos serem diversos no monólogo e no diálogo, a natureza intertextual e interlocutiva da linguagem (aqui estou usando as duas possibilidades do dialogismo, de Todorov, 1984, e lembrando as que Authier-Révuz expressa em 1985:55 e 1982:140) sugere que as duas são estruturas muito próximas ou, dito de outra forma, não distintas. A dicotomia monologia/dialogia tem

mais a ver com o esforço da Retórica do que propriamente com o caráter intrínseco da atividade discursiva, externa e interna, ou do pensamento, se se preferir. Mesmo no interior do procedimento classificatório da Retórica esta é uma questão não resolvida (ver, sobre esta questão, Villela-Petit, 1986:77-8).

A FR não é uma idéia de Vygotsky. Parafraseando Fernando Pessoa, a sua idéia de FR é que é uma idéia sua, bastante importante para as consequências teóricas de sua concepção histórico-cultural da atividade mental.

A dialética da auto-regulação em seu todo não é senão a exposição do movimento de duas dimensões: uma aponta para a cisão (inter-mental) e outra para a fusão (intra-mental). No processo de internalização a linguagem auto-reflexiva e reguladora permite que a consciência, trazida pela experiência social da criança, saia - novamente, e de outra maneira - para fora de si. E as coisas do mundo, pelo discurso (interdiscurso), se humanizam. Assim se apaga a contradição entre as referências do mundo psíquico (cognitivo, mental) e as do mundo externo (a coisalidade), para Vygotsky.

Aqueles que se interessam pelo processo de internalização descrito por Vygotsky e, em especial, pela ação reguladora e auto-reguladora da linguagem, se deparam com uma situação teoricamente confusa. À parte os achados originais de Piaget e Vygotsky, a maneira como o fenômeno é concebido, teórica e experimentalmente, tem gerado uma situação em que a controvérsia é transmutada em contradição, a crítica em polemismo e a história das idéias simplesmente reprisada, como se fosse

possível. O considerável número de discípulos corrobora a confusão conceitual entre fala egocêntrica, "private speech" e auto-regulação num primeiro plano; num segundo, entre FR, linguagem interna e pensamento. Tratarei desta questão no quarto capítulo, mas por ora acho importante ressaltar um ponto de vista que considera qualquer tentativa de tomar a FR como uma categoria definida e incontesteável pouco esclarecedora, tanto da obra de Vygotsky quanto ao que se pretenda com sua leitura.

A maneira como Piaget e Vygotsky concebem o fenômeno, e os seus desacordos, parecem ser o pivô de tal polémica. Falariam os dois da mesma coisa? Zivin (1979), por exemplo, acredita que ambos não se referem ao mesmo fenômeno, o que se pode apurar pela escolha dos argumentos, tidos como revelantes para um e marginalmente relevantes para outro. O segundo equívoco que pode ter gerado tantas diferenças de interpretação é o fato de Luria ter sido tomado como o porta-voz de Vygotsky, ou de suas posições. Segundo Zivin (op.cit.p.31), "there is more than a mere difference in methodology that separates the speech phenomena of Vygotsky and Luria". Creio que a diferença entre ambos tem sido tratada com alguma paráfrase que, à parte justificada pelo fato de Luria ter oportunizado a tradução de Vygotsky para o (então) mundo ocidental e reconhecido em inúmeros textos a contribuição essencial que teve em sua própria pesquisa, dá a impressão de que o leitor de Luria não conhece os textos de Vygotsky, ou prescinde deles. Analisarei essa questão com maior atenção no capítulo

Quais os problemas mais recorrentes com os quais se depara quem se dedica ao tema FR? Resumidamente, poderíamos elencar os que dizem respeito à Vygotskij:

1. devido à ausência de uma teoria explícita de linguagem, a psicofisiologia e o dualismo ontológico (corpo/alma) derivando no epistemológico (sujeito/objeto/realidade) são os dois fantasmas que mais assombram os escritos Vygotskianos; o autor parece não se decidir entre uma teoria comunicativa ou significativa de linguagem.

2. levando em conta que sua preocupação teórica teve alterações substanciais, podendo ser identificadas 3 fases distintas (ver Minick, 1987) em sua obra, não considerá-las e deixar de verificar os termos das mudanças conceituais (em perspectiva teórica e tempo) é incorrer em grave erro de análise. Por exemplo, a influência de Pavlov, que pode ser vista em suas ideias sobre os sistemas funcionais complexos (tipicos das duas primeiras fases, como resalta Minick, op.cit.), não se encontra no cerne de suas preocupações finais, dedicadas mais às questões de linguagem (tomemos, como exemplo, os capítulos 6 e 7 de "Thinking and Speech" (1933/1934), ou mesmo seu último artigo, inacabado, "The Theory of Emotions").

3. ao considerar que a estrutura da atividade mental é tão social quanto o da objetivação exterior, Vygotskij não forneceu maiores especificações sobre como isso é possível, embora

aponte para uma formulação linguística da consciência no processo de internalização (indicando um duplo movimento da linguagem, inter-mental - que envolve as relações entre o sujeito e o mundo social - e intra-mental - que envolve as relações da linguagem com outros processos cognitivos, como a memória, a atenção, etc.). Vejo em Vygotsky, entretanto, um esforço teórico que escapa de psicólogos e linguistas de sua época, no que diz respeito à linguagem. A propósito, dizia Jakobson em 1968 sobre o interesse pelo discurso interior:

Quando dizemos que a linguagem ou qualquer outro sistema de signos serve de meio de comunicação, devemos acautelar-nos ao mesmo tempo contra qualquer concepção restritiva dos meios e fins comunicativos. Em particular, negligenciou-se amide o fato de que, ao lado da face mais palpável, interpessoal, da comunicação, o seu aspecto intrapessoal é igualmente importante. Assim, por exemplo, a fala interior, penetrantemente concebida por Peirce como um "diálogo interno", é um fator de conexão com o passado e o futuro da pessoa (1968/1970:21).

A formulação linguística da FR repercute como critério para a sua própria veracidade. Afirmar que a regulação inter e intra-cognitiva é linguística, sendo responsável pela relação entre discurso e cognição, é um tipo de assunção vygotkiana. Mas não basta dizer que ela é uma propriedade complexa da vida mental que guarda as características da vida social. Não basta, ainda, afirmar que ela tem uma realidade cognitiva, neurofisiológica e

neuroanatômica. É necessário postular como ela emerge e como se
[forma possível].

Qual o papel da linguagem nisso, e como se manifesta?
Como se apresenta e se constitui, na organização da "função
mediadora e reguladora" da linguagem e lugar do outro? Como a
linguagem se torna auto-reflexiva e o que estabelece de novo,
para o sujeito, esta nova relação com ela? A linguagem interna é
acessível à análise linguística? São duas coisas distintas,
linguagem externa e interna, com estruturas e funções diferentes,
como diz Vygotsky (1934/1987:257)? Como a apropriação social da
linguagem transforma os processos intra-cognitivos? Como a
criança torna-se um ser social pelos outros? E como se torna
social por si mesma? Como é possível a comunicação para uma
criança que não objetiva o outro e nem a si mesma, já que para
Vygotsky a função social antecederia a FR? A linguagem, uma vez
"interiorizada", nunca "volta à tona"? As perguntas são inúmeras.

Foderíamos elencar pelo menos três tipos de abordagens
da FR: ora ela é concebida como o modo de existência da linguagem
(na medida em que a restrição ou a regulação da significação é
fundamental) no processo de aquisição da linguagem), ora ela se
configura como passagem necessária do processo de interiorização
(na medida em que a FR possibilita a mudança da função
comunicativa para a significativa, ou seja, quando o adulto e seu
mundo "colocam" a criança no funcionamento da linguagem), ora a
FR é concebida como uma das propriedades da LI (na medida em que
ela garante certas especificidades da LI).

Caso Vygotsky fosse um linguista de nosso tempo, certamente poderia sofisticar a sua análise e descobrir processos discursivos distintos (ou pelo menos, não subsumidos) dos semânticos ou dos pragmáticos, ou descrever melhor a estrutura semântica e diferenças outras entre linguagem interna e linguagem externa, além de analisar melhor o momento em que, pela fala egocêntrica - tal como ele a vê - se articula e se constrói o discurso interior, mental, sob o exterior, social. Mas o que ele realmente faz é servir-se de processos hermenêuticos complementares, sobretudo para fazer a mediação entre o seu modelo teórico e as práticas pedagógicas e clínicas, cuja presença procurava atender. Isso num tempo, para voltar ao comentário de Jakobson, em que os psicólogos perpetravam reduções epistemológicas que os distanciavam das interpretações linguísticas explícitas. Em suas palavras:

O antipsicologismo reinante na época somou forças à pouca importância dada aos fatos da linguagem pelos psicólogos de então. O próprio Saussure, desejoso da inter-relação entre a Linguística e a Psicologia, advertia seus discípulos contra a excessiva dependência da primeira em relação à segunda. Não foi de uma hora para outra que os psicólogos, ao falarem sobre linguagem, perceberam que operações mentais ligadas à linguagem ou à significação são essencialmente diversas de quaisquer outros fenômenos psicológicos (1973:31).

Quando Vygotsky, a partir de Piaget, descreve o processo de internalização (1929, 1932, 1934/1987), encontrando em seu interior uma nova função para a linguagem, de mediação ou regulação da atividade mental contextualizada sócio-culturalmente, faz-nos lembrar Saussure, quando este afirma que o "ponto de vista cria o objeto" (1916/1974). A internalização para Vygotsky está ligada diretamente à questão das funções da linguagem, tanto pelo seu interesse pelas interfaces psicológica e linguística como pela concepção que elabora sobre o funcionamento mental. As teorias de então privilegiavam a função intelectual, representativa ou descritiva da linguagem (ver Bühler e Peirce e sua influência sobre os formalistas russos, como Jakubinsky e Jakobson; ver Humboldt e sua influência sobre Potbenia, e este sobre Vygotsky). As outras funções, mesmo consideradas, não estavam inscritas na língua, sendo explicadas por elementos extra-linguísticos.

Como se dá, nessas circunstâncias, a construção do sentido, ou da significação? Por razões internas, representativas, psicológicas, enfim, para outros domínios fora da linguagem (e da Linguística): externas ao sujeito. No âmbito da antropologia, da psicologia, da sociologia, etc.

Vygotsky se aproxima das teorias comunicativas (devido à influência dos formalistas) quando incorpora outras significações que não as internas, cognitivas. Em sua descrição da linguagem externa e fala egocêntrica (das quais deriva a LI) pode-se observar a consideração das formas dialógicas da interação social. Até aí poderíamos interpretá-lo como um teórico

da Pragmática, sem necessariamente levá-lo a uma teoria do discurso, compatível com seus postulados. Entretanto, o discurso, além de abranger todos os processos enunciativos (ou mesmo pragmáticos, em outro quadro conceitual), guarda em seu construto epistemológico outros aspectos que, se não são explicitados por Vygotsky, estão presentes em seus textos, são constitutivos de sua ontologia histórico-cultural. Em especial, lembremos sua descrição da consciência como social e dialógica por natureza, além da concepção de linguagem como atividade significativa, mediadora.

Autores como Bruner (1987) indicam o estruturalismo de Vygotsky por sua aproximação com os formalistas russos. Embora seja inegável a influência, eu não diria que ele seja um estruturalista, stricto sensu. Primeiro porque, para ele, a linguagem não é comparável a outros sistemas semióticos ou redutível à concepção de mundo; em segundo, porque tampouco sujeito e história (ou linguagem e realidade) podem ser abstraídos da interpretação do dado linguístico (tome-se seu comentário sobre a anedota dos três surdos que não se entendem ou a explicação de não coincidência entre sujeito psicológico e gramatical, além da assimilação da noção de subtexto, de Stanislavsky). O último exemplo, aliás, poderia ser uma recorrência compatível com a noção de implícito de Ducrot (1972), ou mesmo de implicatura, como concebem Grice (1968/1982) e Dascal (1982). Poderia ser compatível, ainda, com a noção de heterogeneidade ou intertextualidade (Authier-Révuz, 1982; Maingueneau, 1989) ou interdiscurso (Pêcheux, 1983/1990b) ou

dialogismo (Bakhtin, 1929/1981)¹.

Sua consideração sobre as diversas possibilidades interpretativas a partir de quantos contextos, intenções e subtextos existirem, caracteriza a linguagem como polissêmica e a questão da significação como discursiva.

Como lembra Piaget (1968/1979), "na psicologia, o estruturalismo combateu por mais tempo as tendências atomísticas, que procuravam reduzir as totalidades às associações entre elementos prévios" (p.8). Entretanto, como reconhece o próprio Piaget, recusou-se a tomar o sujeito humano em geral, postulando que a estrutura se basta a si própria e não requer, para ser apreendida, "o recurso a todas as espécies de elementos estranhos à sua natureza" (op.cit.p.9). O primado da estrutura em relação à gênese ou à história coloca o estruturalismo em confronto direto com as tendências do pensamento dialético.

De outro lado, não se pode deixar de reconhecer que o estruturalismo, em algumas versões, esteve solidário ao construtivismo ou ao "estruturalismo sem estruturas" de Foucault, que o considera não um método novo, mas "a consciência viva e inquieta do saber moderno" (1966:221, apud Piaget, op.cit.).

Ao não considerar Vygotsky um estruturalista de primeira ordem, não se tem como derivação um empirista ensandecido: ele sabe que não estuda fenômenos (naturais) ao transformá-los em dados. Só a partir do que ocorre no mundo, o que faz de posse de uma perspectiva histórica, ele concebe os dados e os correlaciona. Isso significa que para ele o marxismo, por exemplo, não é um modelo explicativo para todas as coisas do

mundo, mas um lugar de onde olha os dados e os constitui teoricamente.

Qual o tipo de influência estruturalista identificável em Vygotsky? Podemos dizer que sua concepção de língua como um sistema dinâmico está mais para Jakobson do que para Saussure, além do fato de que, para ambos (Vygotsky e Jakobson), a comunicação não pode estar acima (ou à frente, digamos) das outras "funções da linguagem". Jakobson nos diz em "Linguística e Poética" (1960/1973) que há, entre as várias funções da linguagem, função dominante, e não predominante². A situação discursiva, então, demandaria uma articulação das "funções" da linguagem. A FR, assim, seria considerada uma das atividades do funcionamento discursivo. Isso quer dizer, por um lado, que a língua não é mero instrumento (externo) de comunicação. E, por outro, o que se diz não é administrado apenas pelo falante e seu cérebro. Sua definição de comunicação pode ser entendida a partir não do fato de que as pessoas se utilizam de um "código" comum, mas do reconhecimento de intenções em meio a contingências discursivas. Seria, assim, próxima à idéia que Maingueneau apresenta de comunicação:

L'habitude seule nous empêche de réaliser à quel point il est remarquable que deux individus puissent communiquer alors qu'ils ne partagent pas nécessairement les mêmes domaines d'expérience. Cela n'est possible que parce qu'énonciateur et interlocuteur obéissent à un certain nombre de règles en fonction du rôle qu'ils jouent dans l'échange linguistique (1981:10).

Que idéia deveria ter Vygotsky sobre a linguagem para que seu quadro conceitual fosse minimamente coerente com sua concepção sócio-histórica da atividade mental? Tomar a linguagem como atividade e como trabalho o aproxima dos teóricos da Enunciação e do Discurso, desde que suas análises não prescindem dos interlocutores ou das condições de produção dos enunciados. Isso implica que tanto em termos cognitivos como linguísticos a significação é indeterminada e são necessários muitos aspectos para a interpretação.

Como compatibilizar a idéia de regulação com a idéia de indeterminação implica a relativização da precisão e da intenção manifesta, Vygotsky não resolve o dilema que significa para ele a incompletude do dizer. Ele aceita, por um lado, que nem tudo é passível de precisão:

The direct transition from thought to word is impossible. This is what underlies the complaint of the word's incompleteness, the lamentation that the thought is inexpressible:

How can the hearth express it self,

How can the other understand...³

(1934/1987:281)

Por outro, uma visada mais funcionalista deixa escapar o desejo incontido (lembramos que Vygotsky compartilhou um sentimento entusiástico que envolvia o "mito do homem novo", cooperativo e solidário) de ver a linguagem irreduzivelmente

voltada para a comunicação:

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do ambiente da criança

(1930/1984:33)

As formulações linguísticas de Vygotsky (que podem ser vistas especialmente no último capítulo de "Thinking and Speech") indicam que ele entendia que os processos semânticos ultrapassam os limites de uma semântica lógica e apriorística, e estão longe de ser universais.

A tarefa constitutiva e estruturante da linguagem, contínua e descontínua, coloca os falantes sempre numa relação da língua com determinado sistema de referências (cf. Franchi, 1977), "aumentando a potencialidade significativa dos recursos expressivos, ao mesmo tempo que, se necessário, estes também são ampliados ou modificados" (cf. Possenti, 1988:69).

Porque é o próprio da linguagem, a função estruturante, como podemos ver em Lahud e Franchi (1975, 1973/1979, 1976, 1977), o ponto de partida e de chegada de outras funções, como a comunicativa. Explico melhor: se é nas relações sociais e culturais que se dá a comunicação humana, o mínimo que se pode pretender é que a comunicação não prescindir da regulação e vice-versa. Em se tratando da perspectiva discursiva da linguagem, "a função comunicativa é vista a partir da estruturante como base

explicativa", como lembra Possenti (1988). Nas teorias funcionalistas ou na teoria dos atos da fala (como se pode ver em Halliday, Grice ou Austin, entre outros) a função comunicativa é francamente privilegiada.

As teorias enunciativas e as discursivas, por sua vez, já destacam a relevância da função estruturante. Os trabalhos de Benveniste e Ducrot (por exemplo), e com maior ênfase, os de Fêcheux, Maingueneau, Authier-Révuz (e em nosso meio Franchi, Orlandi, Lahud, Possenti, Geraldí, Villaça-Koch e Coudry, entre outros) concebem a linguagem como estruturante do mundo que, ao mesmo tempo, a organiza, a estrutura. Como diz Possenti, "a linguagem não é parcialmente estruturante porque é parcialmente estruturada, mas é parcialmente estruturante e parcialmente estruturada" (1988:72).

Eis porque não é incompatível a FR e a função comunicativa em Vygotsky. O que põe as duas em uma relação? Uma visão discursiva da constituição dos processos mentais. As críticas feitas a Vygotsky devido à precedência da função comunicativa em relação à regulativa na ontogênese, vistas a partir dessas considerações, me parecem uma falsa polêmica. Sua contribuição radical foi pôr em pé de igualdade a função comunicativa e reguladora, cabendo, ainda, à linguagem, a mediação entre o social e o cognitivo na constituição da ação humana. A sedimentação entre ambos é clara para Vygotsky: só a linguagem (ou especialmente ela) põe tal relação em evidência. Lembro, a favor desta minha argumentação, o último capítulo de "Thinking and Speech" (Thought and Word), em que função

referencial (representativa para Bühler, e conativa para Jakobson) e comunicativa se associam para que os interlocutores dêem cabo da significação.

No ponto em que estamos alguns aspectos devem ser esclarecidos. Em primeiro lugar, é preciso considerar se toda atividade linguística é estruturante, e o que é mais interessante, se a atividade estruturante tem por escopo o sujeito, a linguagem ou o mundo social. Esta questão levanta uma outra, que se refere à afirmação feita por Franchi (1971:17, apud Lahud, 1973/1979) sobre o fato de a linguagem ser mais uma atividade estruturante do que estruturada.

O caminho que conduz a uma resposta não é obviamente único, mas ilumina-se se tomamos a FR como via explicativa da atividade discursiva ou como uma categoria que explicita certos fatos linguístico-cognitivos. Se escolhermos a primeira hipótese, esvazia-se a pertinência da segunda. A FR simplesmente não teria mais razão qualquer: sendo o próprio modo de existência da linguagem, por que valeria a pena falar em "função" reguladora?

Vimos que para Vygotsky a noção de FR está vinculada à emergência da consciência no processo de interação social, mediada especialmente pela linguagem. E nisto ele se aproxima de Bakhtin, ainda que este relacione o semiótico com o ideológico, enquanto Vygotsky se preocupa mais com o psicológico. Em todo caso, o argumento é basicamente o mesmo: a consciência individual é um fato histórico-cultural, não sendo derivada da natureza; é impregnada de signos (o que lhe confere a materialidade linguística, comunicativa e significativa), ainda que as raízes

da significação impliquem o não linguístico, isto é, que o "desenho" da realidade (uma dada realidade) já é possível numa dimensão semântico-perceptiva que não está à margem do processo de significação linguística; ao contrário, também está na base da representação e no recorte da realidade, na dependência das práticas sociais e intersubjetivas.

Se a linguagem é ou não a "grande matriz semiótica", como diz Benveniste, não constitui um dilema para Vygotsky. De certo modo, ao separar as raízes genéticas de pensamento e linguagem, ele também tentava escapar de uma solução tipo "ou o ovo ou a galinha". Sim, a linguagem é para ele a grande matriz semiótica, mas não está desvinculada da cognição (aqui usada num sentido de "padrões perceptivos"), pela correlação (dialética, não formal) que ele mantém entre o evento da significação e a prática social. Tal é a derivação que lhe convém fazer da filogênese: sem praxis não há significação. O processo de internalização desenvolve-se como mental e discursivo por uma praxis linguística.

Em suma, a linguagem como atividade reguladora vincula-se à emergência da consciência na medida em que esta é ligada ao desenvolvimento da linguagem. Não é uma propriedade da cognição nem é administrada pelo sujeito pré-constituído e portador de representações. Vimos que a noção de FR está muito próxima da atividade constitutiva e da concepção de linguagem enquanto trabalho. Pois bem, como, "na prática", isso se dá? Ou, para lembrar Humboldt, como "se dá a forma"? Para associar essas noções com o construto vygotkiano e com seus processos de

regulação é preciso que entendamos melhor a relação que esses termos mantêm entre si.

Parece-me que uma boa elaboração disso a faz Geraldi no primeiro capítulo de seu "Portos de Passagem"(1991), intitulado justamente "Linguagem e trabalho linguístico", onde recupera (dos estudos sobre "a tomada de consciência dos objetos linguísticos") a distinção das ações linguísticas (a propósito das ações que se fazem com, sobre e da linguagem; atividades linguística, epilinguística e metalinguística, integradas no processo verbal, ainda que apresentem níveis distintos de reflexões, cf.p.20).

Assim como sugerimos anteriormente (Coudry & Morato, 1988), Geraldi(1991) também aponta na interlocução e nas atividades epilinguística e metalinguística o lugar mais evidente da ação reguladora da linguagem sobre outros processos cognitivos e sobre as relações de sentido. Lembrando a impossibilidade de qualquer critério rígido a separá-las, as ações com a linguagem e as ações sobre a linguagem "vão produzindo as possibilidades de ultrapassagem destes limites (estabelecimento de formas de raciocínio e formas de compreensão do mundo, a partir das ações da linguagem), de modo que se repete aqui a oscilação entre a estabilidade e a mudança. Em ambas, o trabalho linguístico que constrói uma e outra: as possibilidades de raciocínios lógico-linguísticos e os sistemas de referências. E, obviamente, não só o trabalho linguístico"(op.cit.pp.57-58).

Voltemos à Vygotsky. Na distinção que ele estabelece entre sujeito psicológico e gramatical (tópico e comentário?) o sentido só é capturável no contexto interacional. Nem a sintaxe é

defetora de qualquer interpretação determinada. É preciso, além de mobilizar aspectos pragmáticos para a identificação da referência, observar os pressupostos interpretativos que estão em jogo. No exemplo mencionado anteriormente, o da anedota dos três surdos, e da análise de um trecho de Ana Karenina (parte IV, capítulo 13, de Tolstói, apud Vygotsky, 1934/1987:268), ainda é preciso mobilizar as intenções dos interlocutores (ou o reconhecimento de intenções, no sentido de Sperber & Wilson, 1986)⁴, a consideração de discursos prévios, a representação recíproca dos interlocutores, a partilha de um quadro cultural, a intertextualidade.

Resta saber se Vygotsky dá relevância em seu construto teórico ao papel dos interlocutores. Se de um lado isso pode ser um argumento que o aproxima das teorias enunciativas e discursivas da linguagem, de outro poderia indicar um paradoxo previsto pelo fato de ele atribuir uma atenuação da dialogia no monólogo e na escrita, bem como na LI. Não se pode negar, contudo, apenas como um primeiro e mais fraco argumento, a menor presença de indicadores de situação no discurso oral do que no escrito ou no monológico. A autonomia enunciativa no monólogo e na escrita, bem como na LI, torna-se um produto da determinação semântica mais explícita para o locutor/enunciador. E por que? Vygotsky dá justificativas que levam em conta as condições de produção desses discursos: o papel restritor da linguagem e do outro é que confere diversas possibilidades de construção da significação em meio ao fluxo enunciativo. Primeiro o outro (o adulto, a criança mais velha) é quem convoca e organiza o efeito

do sentido; a seguir, este trabalho é possível pela própria linguagem (momento em que, como lembra De Lemos (1990a), a criança passa da condição de interpretada para intérprete das coisas do mundo).

À maneira de Bakhtin, para quem a forma interior do discurso (discurso mental) "assemelha-se mais às réplicas de um diálogo" (1929/1981:6), Vygotsky também postula uma dialogia interna para a LI. Ora, como esta é constituída a partir de sua objetivação exterior, é possível estabelecer uma analogia que assume o papel que o outro representa na construção da significação ressaltando as condições de produção dos enunciados internos. Como diz Vygotsky (1934/1987), a incompletude e a abreviação sintática, a omissão do tópico (sujeito psicológico, em seus termos) e a predicacão na LI se dão porque conhecemos o tópico e a situação, os discursos prévios e o reconhecimento de intenções (subtexto e intenção, em seus termos). É a instância discursiva, em última análise, que atribui uma forma mais "monológica" à LI. A concepção de escrita de Vygotsky permite que ele apresente argumentos comuns para associar LI e linguagem escrita às formas mais monológicas que dialógicas.

Vale apontar, todavia, que as instâncias discursivas é que convocam a ação reguladora, mediadora, significativa, da linguagem. Nem sujeito, nem linguagem são agentes independentes e autônomos. Lembremos a explicação de Vygotsky (1930/1978) para a internalização do signo indicativo (o gesto de apontar). Para ele, a interpretação materna é que transforma (digamos assim) uma simples ação iminente ("um movimento de pegar fracoessado",

como ele diz) num movimento impregnado de significação, dirigido ao objeto, dirigido aos outros, comunicativo e significativo. Nas palavras de Vygotsky:

(...) a criança, deste modo, é a última a ser consciente de seus gestos. A significação e as funções do gesto são criadas, no princípio, pela situação objetiva e, depois, pelas pessoas que cercam a criança (Vygotsky, 1930, apud Rojo, 1991)

Em suma, o que permite associar Vygotsky à visão enunciativo-discursiva é que, para ele, os recursos sintáticos e semânticos, além dos cognitivos, não são suficientes para dar conta da significação, sendo sempre necessária a consideração da instância de produção dos enunciados, ou seja, a consideração de processos discursivos. A atribuição de sentido ou a interpretação ativa (nos termos de Bakhtin, 1929/1981) se refere a processos cognitivos linguísticos e não-linguísticos, já que para ele nenhuma forma de atividade cognitiva mais ou menos completa transcorre sem a participação direta ou indireta da linguagem (1930/1984; 1930/1981).

B) O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO E A FR DA LINGUAGEM

Um tema central em Vygotsky é a questão da transformação de processos biológicos em funções psicológicas

(cognitivas) superiores, em que pese o caráter social dessa mudança. Seus conceitos e as poucas categorias encontram-se imersos nessa passagem: o conceito de zona potencial de desenvolvimento (ZPD), a formação de conceitos, a mediação semiótica da vida mental, o processo de internalização da linguagem e sua ação reguladora e auto-reflexiva são os temas em destaque. A interação social e o processo educacional são o motor da transformação qualitativa da cognição humana, como ele diz no primeiro capítulo de "Thinking and Speech" ("The Problem and the Method of Investigation").

A criança, dotada naturalmente (e por natural Vygotsky entende a premissa biológica que compartilhamos com os animais, reservando "natureza humana" para o conjunto das relações sociais, históricas) de capacidade de percepção, atenção, memória, etc., tem transformadas tais capacidades em funções psicológicas superiores - formas únicas da cognição humana (1934/1987). Esta transformação - em termos de uma abordagem enunciativo-discursiva - é uma reformulação na qual intervém o discurso, isto é, que se realiza nas contingências discursivas.

A "transformação" do biológico em social se dá através da auto-regulação dos processos cognitivos, em função do papel desempenhado pela linguagem na mediação inter-mental. Tal é a explicação que Vygotsky dá a essa passagem, faltando dar conta, contudo, do que acontece com a linguagem nesse ponto.

A criança, ele diz, passa a selecionar a sua atenção e a sua memória, reorganizando seu campo perceptual e a capacidade de resolver problemas. Na passagem, ele acentua o papel do adulto

na qualidade da interação com a criança, mediante "instrumentos e símbolos" constituídos culturalmente. O outro surge como mediador e restritor da significação: a regulação das ações da criança, por parte do adulto, pode ser interpretada como mediação e organização do trabalho linguístico-cognitivo, o qual ela passa a fazer por si - e dirigir ao outro. Após este período (que Vygotsky estabelece por volta dos sete anos, coincidindo com o início da escolaridade) os processos de regulação estarão internalizados. Esta afirmação representa, talvez, o maior problema da descrição vygotskiana: como, afinal, se internaliza a linguagem?

Em se tratando da FR como um dos aspectos da atividade constitutiva e estruturante da linguagem, a criança não pode simplesmente atingir uma estabilidade tal durante o processo de internalização que a faz prescindir das estratégias de gestão social que organiza, na prática discursiva, o que pode ou não ter propósito e sentido. Regulação ou organização não seria, assim, uma "passagem" ou uma fase linear e estável do desenvolvimento infantil. Embora tenha apontado o papel da linguagem nesse percurso, Vygotsky não procedeu a uma investigação mais detalhada.

Podemos distinguir quatro aspectos básicos na transformação de processos biológicos em cognitivos, segundo Vygotsky:

1. a regulação e auto-regulação emerge da e na prática social, não sendo reduzida a um conjunto de estímulos imediatos;

2. os processos cognitivos têm uma gênese sócio-cultural, não simplesmente biológica, pré-determinada;
3. os processos cognitivos são objeto da consciência;
4. os processos cognitivos são mediados por instrumentos culturais e simbólicos.

Meu trabalho se dirige basicamente às duas primeiras propriedades da atividade mental, isto é, a sociogênese da ação reguladora e auto-reguladora da linguagem.

Como surge a auto-regulação dos processos cognitivos? Vygotsky acentua o desenvolvimento psicológico mediante às interações com o meio social, evidenciando as diversas funções da linguagem. Entretanto, permanecem obscuros os termos linguísticos do "papel fundamental" da linguagem. Como veremos no quarto capítulo, a literatura dedicada às suas reflexões iniciais pouca atenção tem dado a essa questão. Ou seja, a grande maioria dos trabalhos não está centrada na formulação linguística da FR, ainda que muitos deles venham se interessando pelo desenvolvimento da auto-regulação do "sistema cognitivo".

Até chegar ao argumento da fala egocêntrica como a passagem do discurso social para o mental - e ao fator de integração entre ambos, o significado da palavra, Vygotsky elabora, em linhas gerais, um modelo de desenvolvimento do processo de regulação e auto-regulação da ação humana como um todo. Mudanças conceituais em seu quadro teórico são dignas de nota: nos primeiros trabalhos (como "The instrumental Method in Psychology", "The Developmental of the Higher Mental Functions",

"El método de investigación reflexológica y psicológica", de 1924 a 1926) ele ainda se preocupa em estruturar estágios ou fases do desenvolvimento cognitivo e a linguagem, tratada no interior da mediação semiótica, não recebe a ênfase que lhe é dedicada nas reflexões posteriores, cuja mudança teve como pivô o capítulo 4 de "Thinking and Speech", "The genetic roots of thinking and speech", com questões retomadas de "The history of the development of the Higher mental functions", de 1929.

Os últimos textos de Vygotsky sobre linguagem e pensamento apresentam uma análise menos funcionalista da atividade mental; as questões de linguagem surgem com maior evidência, como se pode observar em "Lectures on Psychology", de 1932 (dedicadas aos temas percepção, memória, pensamento, emoção, imaginação e vontade, no desenvolvimento da criança) e nos capítulos 2 e 7 de "Thinking and Speech", especialmente.

O que diz Vygotsky em "The genesis of Higher Mental functions"? Ele, basicamente, descreve as fases do desenvolvimento cognitivo da auto-regulação, descrevendo também as mudanças que ocorrem na relação com seu meio "concreto", especialmente o domínio de ações imediatas e impulsivas. É importante lembrar que Vygotsky já anuncia que isso é possível graças à diversidade de experiências da criança com o uso de signos, em especial, o linguístico. Em suas palavras:

(as crianças) no longer operate superficially with signs: rather, they know that the presence of such signs helps them carry out the operation (1925/1981).

Esse momento se dá depois de dois estágios iniciais, o primeiro de respostas ditas primitivas e biológicas, em que o comportamento da criança é controlado pelo meio circundante. Vygotsky não leva em consideração, nesse texto, a qualidade das interações nem a presença do outro (que aparece mais como fator de excitação da ação da criança). O que se vê aqui é uma espécie de condicionamento na base de estímulo-resposta que acaba derivando num condicionamento linguístico, já que no segundo estágio a criança torna-se capaz de iniciar a mediação por meio de controle de "signos externos" como uma espécie de auxílio de suas respostas. A linguagem surge, dessa maneira, como um signo auxiliar, que tem por função libertar a criança do campo de estímulos concretos.

A criança segue para o quarto estágio quando é capaz de regular "apropriadamente" seu próprio comportamento, organizando ativamente seu campo de estímulo. Entretanto, a auto-regulação ainda depende da organização do estímulo externo. Na última fase o desenvolvimento da auto-regulação caracteriza-se pela internalização das relações externas entre comportamento, signos e estímulos. Em suas palavras:

We can see what has happened: any external operation has, so to speak, its internal representation. What does this mean? We make a certain movement and rearrange certain stimuli in various contexts. All of this corresponds to some kind of inner brain process. As a result of several such experiences in the transition

from an external operation to an internal one, all the intermediate stimuli turn out to be no longer necessary, and the operation begins to be carried out in the absence of mediating stimuli (op.cit.p.183).

O que me parece importante observar é que a internalização, como podemos ver em seus últimos escritos, não se refere a uma imagem mental da relação externa. É surpreendente como os textos iniciais de Vygotsky são ainda bastante considerados por psicólogos experimentais, que tentam repetir em laboratório as suas conclusões de observações teóricas, relacionando diretamente (pela noção de reflexo imediato) a linguagem e a coisalidade, além de conceber o sujeito como um agente cognitivo independente.

Ainda que com um forte colorido funcionalista, Vygotsky já postula, nos primeiros textos, que um processo inter-pessoal torna-se internalizado pela experiência social mediada simbolicamente, passando a ser intra-pessoal, guarda a impressão signica em sua textura. Segundo Vygotsky, desde muito cedo(?) os signos trazem a criança ao mundo social e organizam a sua experiência e a sua conduta; a criança por sua vez, torna-se capaz de manipular linguística e cognitivamente esse mundo, atuando sobre ele.

A linguagem torna-se a maior expressão de tal interação (foge a ele, nessa etapa, que ela é o "protótipo do sistema mediador", afirmação que fará no primeiro capítulo de "Thinking and Speech", de 1934, "The problem and the Method of

Investigation": "Human speech, a system that emerged with the need to interact socially in the labor process, has always been and will always be the prototype of this kind means", p.50). Mas por enquanto, o que ele diz é que a mesma linguagem que é mediação social é o meio principal de mediação da atividade cognitiva. Caberia lhe perguntar sobre o que seria essa mesma linguagem e como caracterizá-la. Como pode a mesma linguagem que serve para comunicar, regular a atividade mental?

Vygotsky apontará um esboço de resposta em seus últimos textos, quando descreve a fala egocêntrica como o vínculo (genético) entre LE e LI, estabelecendo as duas formas de regulação. A fala egocêntrica é que torna possível a relação entre discurso e cognição (linguagem e pensamento em seus termos). A mudança que se opera na atividade cognitiva configura o que ele chama de "forma especificamente humana de inteligência". Em suas palavras:

By means of words children single out separate elements, thereby overcoming the natural structure of the sensory field and forming new (artificially introduced and dynamic) structural centers. The child begins to perceive the world not only through his eyes but also through his speech. As a result, the immediacy of "natural" perception is supplanted by a complex mediated process; as much, speech becomes an essential part of the child's cognitive development (1930/1978:32)

Embora Vygotsky chame a atenção, desde os trabalhos iniciais, para o fato de que o papel regulador da linguagem desenvolve-se em meio à diversidade do trabalho com a linguagem (diferentes experiências, em seus termos), não examina as "estratégias" linguísticas que promovem a regulação e a autorregulação. Vejamos, a partir dos últimos textos, como ele vê a questão da regulação da linguagem.

O processo de internalização implica operações que envolvem a construção do sentido; indica "tomada de consciência" dos fatos linguísticos e a organização dos objetos e estados de coisas do mundo. Não se resume ao acesso categorial ao real, como pretendem os autores que julgam que a regulação se dá apenas no plano interno, configurando-se como estritamente cognitiva, confundindo-se com o pensamento "em estado puro".

Se lembrarmos que para Vygotsky a estrutura da atividade mental é tão social (dialógica) quanto a da sua objetivação exterior, encontraremos algo que nos autorize a concluir que a cognição humana, inclusive a linguagem interna, tem uma natureza sócio-sígnica e, mais do que isto, impregnada do signo linguístico, a "matriz semiótica principal" de que fala Benveniste (1974/1989). Se por social Vygotsky depreende (e não pressupõe, como faz Bakhtin, por exemplo) o dialógico, podemos considerar que esta é a função linguística prototípica da atividade discursiva e cognitiva. Não rompemos com o construto vygotkiano ao apontarmos a questão dessa maneira.

Segundo Vygotsky, a passagem da LE para a LI, mediada pela fala egocêntrica (por volta dos 3 aos 7 anos de idade)

constitui o processo de internalização da linguagem e concorre para a regulação e a organização da atividade humana, a partir de processos sociais que vão se complexificando (sujeito-realidade/sujeito-linguagem), e se configurando em formas internas de regulação verbal.

Em meu trabalho tento dar maior força argumentativa à fragilidade de Vygotsky em dissociar - estruturalmente - as duas formas, LE e LI. Minha observação dirige-se à descrição da LI como derivada da LE, uma verdadeira aporia vygotyskiana. Embora haja muitas afirmações ainda nebulosas em seu texto, Vygotsky atribui também à face interna da linguagem os motivos e as intenções dos interlocutores, a partilha e a disputa dos pressupostos de conhecimento, os subentendidos (o subtexto, em seus termos, algo que empresta de Stanislavsky), o tópico discursivo (o sujeito psicológico, em seus termos) e as leis conversacionais (e os mal-entendidos decorrentes de sua transgressão).

Embora a intenção de Vygotsky seja eliminar as características da fala egocêntrica que a aproximam da fala social (LE), atribuindo sua estrutura e sua função à fala interna (LI), é possível identificar em seus argumentos (contra-argumentos?) semelhanças de recursos discursivos, comuns à LE e LI. Vygotsky tenta, talvez por um compromisso metodológico que assumira, distingui-los claramente. O que consegue, afinal, é alertar para o fato de que, tomados discursivamente não são absolutamente dissociáveis.

NOTAS

1. Embora esteja considerando estes termos como correlatos, ressalto que não são sinônimos, especialmente se considerarmos as diferentes posturas teóricas dos autores que os utilizam.

2. Em suas palavras:

Embora distingamos seis aspectos básicos da linguagem, dificilmente lograríamos, contudo, encontrar mensagens verbais que preenchessem uma única função. A diversidade reside não no monopólio de alguma dessas funções, mas numa diferente ordem hierárquica. A estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função dominante (...) A participação adicional de outras funções deve ser levada em conta pelo linguista atento"
(1966/1973:123)

3. Segundo as notas da edição russa de "Thinking and Speech" (1987), esta citação do poema de A.A. Feta é um exemplo de citação secundária do livro de M.Bakhtin, "Marxismo e Filosofia da Linguagem" (1929/1981).

4. Aqui não interessa tanto as intenções do locutor, como nas teorias dos atos de fala ou na Pragmática griceana, mas os

efeitos do reconhecimento de intenções por parte dos interlocutores. Considerando o conhecimento mútuo e acerca do referente, a comunicação se constrói no reconhecimento da intenção.

CAPÍTULO IV

DAS INTERPRETAÇÕES DA FUNÇÃO REGULADORA DA LINGUAGEM

"Imaginer est le premier devoir; le second c'est de
vérifier la légitimité de ses imaginations"

(H. Wallon)

Onde melhor Vygotsky explorou suas idéias sobre a linguagem foi quando da descrição de seu papel na atividade cognitiva no processo de internalização, além da noção do que seria a "zona de desenvolvimento proximal (ZPD). Embora sofrendo influência de vários autores de seu tempo, creio que ele encontrou em algumas raízes russas o leit-motiv de seu percurso teórico, a julgar que seus estudos na área da linguagem (quer em literatura quer em linguística), marcados pelos formalistas, antecederam suas incursões pela pedagogia e pela psicologia (sobre isso, ver Ivanov e Leontiev, 1971; Wertsch, 1985; Bruner, 1981; Zazzo, 1989; entre outros).

Tanto um tema quanto o outro devem ser concebidos levando em conta tais influências; abstrai-las significaria perda de razoável componente explicativo. Apenas como exemplo, a noção de sistema e do caráter primordial do diálogo sobre outras

funções linguísticas, é fundamental naquela tradição linguística. O veio da literatura russa também é importante ser considerado em seus desdobramentos teóricos: a dimensão polifônica dos romances de Dostoievsky e Tolstoi, por exemplo, e a noção de subtexto, de Stanislavsky, não são menos importantes do que a remissão à Jakubinsky (1923), feita por Vygotsky para acerrar-se do papel do diálogo na linguagem e na consciência.

Bruner (1987) considera a noção de ZPD a melhor composição de suas idéias linguísticas:

The idea of the "ZPD" focuses attention on the role of dialogue as a precursor to inner speech, in this case the dialogue between a more expert teacher and a less expert learner. Once a concept is explicated in dialogue, the learner is enable to reflect on the dialogue, to use its distinctions and connections to reformulate his own thought. Thought, then, is both an individual achievement and a social one (p.4).

Para Bruner, como para outros autores, os dois temas, FR e ZPD, deveriam ser tomados em conjunto para que se possa entender a dimensão constitutiva dada à relação interpessoal, em especial à interlocução, no processo de internalização linguístico-cognitiva: é da fala para o outro que emerge a fala para si, é da organização/regulação inter-pessoal que emerge a organização/regulação intra-pessoal. A mediação é, portanto, condição e interpretação da vida mental dos indivíduos, desde que para Vygotsky (citando Jakubinsky e Stanislavsky), a linguagem

natural é polissêmica, sendo o contexto e as relações intersubjetivas condições absolutamente indispensáveis para que processos cognitivos sejam relacionados aos fatos da linguagem.

Toda ação humana, sendo mediada por linguagem, requer interpretação. O que Vygotsky entende por interpretação bem pode ser explicado nessa passagem, em que ele associa a comunicação e a compreensão (num percurso semelhante ao de Bakhtin, 1929/1981) ao jogo de interpretação teatral: "O pensamento é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por detrás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último "porquê" de nossa análise do pensamento. Uma compreensão plena do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva (...) Para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras (ênfase minha) - temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isto é suficiente - também é preciso que conheçamos a sua motivação" (cf. 1934/1987:129).

Ao servir-se do modelo de interpretação de Stanislavsky, Vygotsky acentua a "intenção comunicativa", o efeito de sentido que as palavras produzem, os pressupostos interpretativos, a referência como algo construído em meio à atividade discursiva. Ele toma a interação verbal como o próprio drama do pensamento discursivo (verbal thinking). Tal consideração sugere uma visão mais interpretativa do que comunicativa sobre a linguagem. A maneira como o interlocutor deve "extrair" e construir o sentido - em conjunto e em disputa

e em negociação com o locutor - o afasta das teorias pragmáticas e comunicativas (informativas) da linguagem, como pretende Bruner (1987).

Uma das consequências das considerações acima é que "thought does not immediately coincide with verbal expression" (1934/1987). Vygotsky compara o pensamento a uma nuvem descarregando uma chuva de palavras para afirmar que a transição do pensamento para a palavra passa pelo significado, e é por este que se estabelece a mediação entre o sujeito e seus interlocutores e o mundo social.

Ora, a noção de subtexto, tal como em Stanislavsky (1983), pressupõe que em nossa fala há sempre o pensamento "oculto", implicando ao mesmo tempo a inexpressibilidade do pensamento e a opacidade dos sentidos. Isto quer dizer que é impossível que a comunicação esteja assentada sobre princípios de cooperação absoluta. Antes, ela estaria em meio a uma complexa rede de intenções, representações, significações. Aqui, contudo, Vygotsky entre em choque com a harmonia, um princípio estético, também identificável em sua análise do desenvolvimento infantil (como observam Florenskaya, 1986; Smolka, 1990) através da descrição linear e estável dos estágios por que passam as crianças, "auxiliadas" por adultos e outras crianças mais competentes.

O entusiasmo de Bruner pela idéia de ZPD encontra eco em muitos outros autores que investigam a aquisição de linguagem e o processo de aprendizado escolar (ver, por exemplo, Wertsch, 1978, 1989; Cole, 1984; McLane, 1987, entre outros). A ZPD,

entendida como o produto da diferença entre o desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial alcançado pela criança com a ajuda de adultos e crianças mais velhas (1933/34/1987:209-214), é possível pelo aprendizado e pela construção do conhecimento. Novamente, assim como na descrição da fala egocêntrica e no processo de internalização, Vygotsky difere de Piaget pois sublinha, na determinação dos dois níveis de conhecimento, a qualidade das interações e das sanções sociais na construção do conhecimento.

Alguns autores (Valsiner, 1984; Cole, 1984; McLane, 1987; Reeve, 1987; Rogoff & Gardiner, 1984, entre outros) tomam a ZPD como algo conceitualmente muito próximo do que Bruner (1983) chamou "scaffolding", em que o adulto facilita e ajuda o aprendizado até que sua necessidade tenda a desaparecer. A idéia de "scaffolding" também aparece muito marcadamente nas terapêuticas de afasia, quando se descreve a tarefa instrucional e facilitadora do clínico em função da do professor que, no ato educativo, proporciona ao sujeito o objeto de conhecimento (ver, como exemplo desta postura, Saron, 1979; Tsvétkova, 1977; Taylor, 1965; Basso, 1977).

Creio que o interesse de Vygotsky pela ZPD era mais circunscrito do que parece, ao contrário do que se vê nos trabalhos que a tomam como um conceito ou que a elevam à condição de princípio. Parece-me que ele apenas queria dizer (como em "Interação entre Aprendizado e Desenvolvimento" 1935/1984, extraído de uma coletânea de ensaios publicados na URSS postumamente, em 1935), através da idéia de ZPD, que as práticas

de ensino devem levar em conta as formas decisivas das interações, que correlacionam desenvolvimento e aprendizagem. Um de seus últimos textos, dedicado ao tema das deficiências mentais, "The problem of Mental Retardation - A tentative working Hypothesis", ressalta, através da idéia de ZPD, as possibilidades de aprendizagem que se abrem, mesmo em crianças com lesões cerebrais difusas, quando se leva em conta que o neo-córtex (ou área terciária, de associação, de Luria), configurado pelos processos cognitivos superiores, não pode prescindir das experiências sociais da criança, sobre as quais se funda a atividade significativa.

Quero com isso dizer duas coisas: a primeira é que a noção de ZPD tem, primordialmente e sobretudo uma preocupação pedagógica; a segunda é que, em contraposição aos autores que, como Bruner, colocam em pé de igualdade ZPD e FR, creio que esta última seja um instrumental teórico capaz de abordar mais amplamente as relações entre cognição e discurso.

Vejamos como se constroem algumas das ressalvas aos postulados vygotskianos. Embora a autora não se dedique sistematicamente aos temas de Vygotsky, o ponderado livro de Eleonora Albano (1990) contém posições críticas referentes a eles, asseguradas por um paradigma construtivista que tem por objetivo estabelecer "uma espécie de ponte conceitual entre o potencial inato e a conduta simbólica especializada dependente de contexto cultural" (p.91). É preciso lembrar que esta tese fundamenta-se na insatisfação da autora tanto pelas explicações inatistas quanto "sociologistas" (em seus termos, cf.p.61) do conhecimento humano.

Suas críticas se dirigem tanto ao cognitivismo mais exacerbado quanto ao interacionismo, que dão conta apenas parcialmente do problema da aquisição. A indiferença da última vertente quanto à sensoriomotricidade pré-estruturada na criança e à concepção da linguagem como sistema simbólico específico contribuem, segundo Albano (op.cit.) para "mergulhar o simbólico numa estagnante aura de mistério" (p.34).

Embora suas críticas atinjam acertadamente os flancos teóricos das duas vertentes, tampouco são suficientes para dar conta das "condições internas da produção da constituição da conduta simbólica". Contra o exagero de subjetividade e as amarras da situação, o modelo piagetiano de desenvolvimento cognitivo, através da atividade estruturante do sujeito, é o que melhor dá conta dos graus de abstração, ou de abstração progressiva, segundo ela. Aponto, entretanto, que a autora se distancia de Piaget em outros aspectos (e aqui remeto a leitura dos capítulos 1 e 3 do seu livro).

O que pretendo ressaltar é que no interior desse debate é que ela critica Vygotsky em dois termos. Um refere-se a sua já mencionada recusa de uma visão "sociologista" do conhecimento humano: Vygotsky ora é considerado um neo-behaviorista (cf. p.44), ora um construtivista (aparentado a Piaget e a psicologistas interacionistas, cf.p.48), que incorre num erro ao atribuir a competência cognitiva à atividade comunicativa e não à instrumental. Outro refere-se ao fato de Vygotsky considerar que temos apenas uma linguagem interiorizada e não outros comportamentos simbólicos além dela (cf.p.43).

Ora, em primeiro lugar, Vygotsky não vê uma transição clara da ação exterior para a interior; ao contrário, todo o seu empenho pode ser resumido na tentativa de capturar regularidades linguístico-cognitivas da atividade mental. Ele refere-se não a graus mas a planos de abstração¹ (que se desenvolvem no processo de internalização da linguagem e que articulam a relação entre linguagem e pensamento, cf. "Thought and word") alcançados no decurso do desenvolvimento infantil: não se pode depreender daí que ele não tenha nada a dizer sobre as condições internas do processamento cognitivo. Além disso, é preciso considerar que ele mantém linguagem e pensamento numa relação interna (mais que meramente instrumental, numa relação constitutiva, cf. Dascal, 1983).

Em segundo lugar, o ponto de partida sócio-interacionista, de Vygotsky e outros, não está fadado a reiterar com bonomia o mistério da conduta simbólica. É certo que Vygotsky não dá conta do processamento cognitivo, mas isso não invalida toda a estrutura de sua argumentação. Cabe aos que se interessam por ela expandir ou rever seus pontos cegos.

Iniciei esta resenha com dois autores que não podem ser chamados vygotskianos, Bruner e Albano, porque seus comentários me parecem teoricamente contundentes e sérios, capazes de abranger os problemas menos evidentes nas afirmações do psicólogo soviético. Passo agora aos autores cujos trabalhos se pautam pela crítica, revisão ou adesão a alguns dos temas de Vygotsky, em especial a FR.

São muitos os trabalhos de inspiração vygotskiana, e não pretendo mais do que esboçar um panorama geral que possibilite vislumbrar o perfil da discussão sobre seus postulados teóricos, levados a cabo especialmente pela Psicologia da Educação e pela Psicolinguística.

Há um enorme contingente de trabalhos que se dedicam à revisão de alguns de seus conceitos entremeado por um gosto pela historiografia, e sua profundidade é bastante variada e idiossincrática. é o caso, por exemplo, de Blanck (1984), Zazzo (1989), Davidov & Radzikhovsky (1985), Ivanov (1971), Leontiev (1972), Carpintero (1987), Bronckart (1985), Siguán (1987), Kozulin (1984), entre muitos outros. Em termos de contextualização histórica da obra de Vygotsky, os trabalhos mais detalhados e analíticos a que tive acesso são os de Bruner (1987), Minick (1987) e, de maneira mais sistemática, Wertsch, responsável juntamente com Scribner e Cole pela expansão do interesse por Vygotsky, através da tradução e divulgação de seus escritos.

Há um menor contingente de trabalhos que repetem seus experimentos (como os de Beaudichon e colaboradores, 1973, 1990; Diaz e colaboradores, 1988; ou Bronckart, 1970; Silverstein, 1985, por exemplo). Os estudiosos se dedicam mais à fala egocêntrica, reinterpretando ou revendo o conceito, como fazem Fuson, 1979; Kolhberg, 1968, 1979; Roberts, 1979; Wertsch, 1979, 1985, 1989, 1990; Smolka, 1991, entre outros, ou às aproximações entre Vygotsky e Piaget, como fazem Wertsch, 1990; Bruner, 1962, 1987; Kolhberg, 1979; Wertsch & Kolhberg, 1986, entre outros. As

aproximações teóricas entre Vygotsky e Bakhtin também são fonte inspiradora para os trabalhos de Emerson, 1983; Holquist, 1981; Radzikhovsky, 1985; Wertsch, 1980, 1985, 1990; Wertsch & Smolka, 1990; Smolka, 1991; Ivanov, 1971, 1974, etc.

Zivin (1979) organizou talvez a mais abrangente publicação sobre os processos de regulação e auto-regulação. Wertsch também vem se dedicando ao tema com regular periodicidade (1978, 1979, 1980, 1985, 1989, 1990). John-Steiner e Panofsky (1985), Diaz e colaboradores (1988) e Rivière (1985) tentam rever a concepção sociogênica da FR analisando sua emergência em meio à comunicação verbal. Há, em profusão, trabalhos de cunho nitidamente comportamentalista, como os que tomam a FR como auto-controle, como os de Berk, 1989; Carvier & Scheier, 1981; Bivens, 1989; Flavell, 1968; Kopp, 1982; Meichenbaum e Goodman, 1971, ou auto-instrução (Cole & Kozulin, 1980; Roberts, 1979; por exemplo).

Entre os soviéticos, Galperin (1966), Akhutina (1978) e Elkhonin (1958) estão entre os que se dedicaram mais ao processo de internalização.

A LI, ao lado da fala egocêntrica, é um dos temas responsáveis pelo incessante debate sobre as relações entre cognição e discurso. Numa visada mais psicofisiológica temos os trabalhos de Ushakova (1985), Leontiev (1972/1979) e Sokolov (1972/1975), por exemplo. Wertsch (1979, especialmente) e Siguan (1985) também se dedicam ao estudo da LI, ao lado de Emerson (1983), Zivin (1979) ou Levina (1981). Em menor número de publicações encontramos as aproximações teóricas entre Vygotsky e

Jakubinsky (Wertsch & Kolhberg, 1986) e Vygotsky e Lotman (Wertsch & Smolka, 1991) e as relações entre monologia/dialogia estabelecidas por Vygotsky (como em Nelson, 1989 ou Wertsch, 1990), além dos estudos sobre processos coesivos e referenciais no processo de aquisição da linguagem, como os de Hickmann, 1983, 1987 ou Silverstein, 1985.

Segundo Zivin (1979), o primeiro esforço de quem pretende estudar a FR em meio a tantas interpretações variadas é de remover a confusão conceitual entre fala egocêntrica, "private speech"², FR e LI. Esta confusão deriva de muitos aspectos, sem dúvida, mas há um mais importante, que deriva da perspectiva que toma o desenvolvimento da auto-regulação através da fala egocêntrica.

Quais as perguntas que os diferentes trabalhos sobre a FR se colocam tanto em termos teóricos quanto experimentais? Resumidamente poderíamos elencar algumas delas, capazes de nos indicar o tipo de reflexão que trazem sobre o fenômeno linguístico:

- o sujeito deve estar isolado para demonstrar auto-regulação através da fala egocêntrica?
- a auto-regulação deve ser esperada no adulto?
- que "forma" verbal pode ser encontrada para dar conta da auto-regulação?
- a auto-regulação, começando com a fala egocêntrica, cessa no período escolar?
- a FR é central para a concepção de fala egocêntrica em Vygotsky?

- a FR e fala egocêntrica são a mesma coisa para Vygotsky, Piaget e Luria?, etc.

Comecemos por ver como alguns autores tentam resolver essas questões. Zivin (1979) afirma que a FR é concebida como fenômeno diferente para Vygotsky, Piaget e Luria. Ela estabelece doze itens para caracterizar a concepção da fala egocêntrica (acommunicative speech, nos seus termos) para os três autores. Nos itens fala "autodirigida" e "FR" por exemplo, Vygotsky e Luria estariam distanciados de Piaget, pois para ambos a fala é sempre dirigida a alguém e a si mesmo, desenvolvendo antes do que supõe Piaget planos de abstração; além disso, a fala egocêntrica é sempre reguladora. Nos itens "isolamento e transitoriedade", já há outras variações, segundo Zivin. Os estágios firmemente marcados seriam mais presentes em Piaget e Luria, mas não em Vygotsky, desde que para este a fala egocêntrica não seria exatamente um estágio mas uma espécie de rito de passagem para a LI; além disso, ocorreria na presença de outras pessoas ou não, para os dois primeiros autores, enquanto que para o último, a presença de pessoas é fator de motivação para a fala egocêntrica (cf. os experimentos de Vygotsky sobre as condições de emergência da fala egocêntrica, mencionados no capítulo 7 de "Thinking and Speech").

Em mais dois itens as observações de Zivin são interessantes. Para ela, ao contrário de Vygotsky, a fala egocêntrica para Piaget é diagnóstico do nível de desenvolvimento da criança. A posição de Luria quanto a este tema é bem apreendida pela autora: a falta do efeito regulador da fala

egocêntrica, mais que sua presença, seria indicativa do nível de desenvolvimento cognitivo (cf.op.cit.p.34). Finalmente, se para Piaget o aspecto sensório-motor prevalece como ponto de partida da fala egocêntrica, é o semântico que prevalecerá para Vygotsky. E, novamente, como nota Zivin, Luria tentará integrar as duas posições (para observar melhor esta afirmação, remeto as conclusões lurianas num livro em co-autoria com Yudovich, "Linguagem e desenvolvimento Intelectual na criança", 1959/1985).

Toda a argumentação de Zivin dirige-se à hipótese de que os três autores estariam, de fato, estudando fenômenos diferentes, e não tendo pontos de vistas diferentes sobre a fala egocêntrica e a FR. Será que pelo fato de Luria pretender que o planejamento verbal silencioso, ao descrever o sistema motor da fala através de seus testes (Luria, 1959, 1961, por exemplo), vem antes do aspecto semântico o faz enfatizar um fenômeno diferente? Creio que não. Se Luria em seus testes induz a fala da criança, enquanto Vygotsky estuda a exibição da fala egocêntrica em seu "uso espontâneo", ele não o faz porque concebe um outro fenômeno qualquer, mas porque seus pressupostos teóricos olham especialmente para os aspectos sensórios e motores da fala, algo não relevante para a hipótese de Vygotsky. O mesmo acontece com Piaget em seu estudo do desenvolvimento cognitivo da criança: a "egocentricidade" é a característica de uma inteligência ainda imatura.

A sobredeterminação da FR em relação à fala egocêntrica ("private speech" nos termos de Flavel, 1964/1966, acompanhado em sua terminologia por outros autores como Wertsch, 1979 ou Fuson,

1979) tem feito com que muitos não considerem que para Vygotsky todo o pensamento verbal é reflexivo, regulador e auto-regulador. O pensamento verbal ou discursivo, como visto nos capítulos anteriores, não pode ser reduzido a uma das dimensões da linguagem, externa ou interna; seu percurso é necessariamente relacional. Este é um aspecto praticamente desprezado por muitos autores vygotkianos. Talvez seja esta a razão mais plausível para a confusão apontada por Zivin, em relação aos termos fala egocêntrica, private speech, auto-regulação e LI.

As reflexões de Bruner e Albano, rapidamente apontadas aqui, constituem um núcleo de questões linguísticas importantes que se poderia colocar à Vygotsky, no tocante ao papel que ele atribui à linguagem no processo de internalização.

Quais, a propósito, os problemas mais evidentes da descrição do processo de internalização? Smolka (1991) aponta, por exemplo:

1. a linearidade do desenvolvimento cognitivo
2. a estabilização e a diferenciação estrutural entre LE - fala egocêntrica - LI
3. a dicotomia dialogia/monologia no estudo da escrita, considerada por ele tão monológica quanto a LI
4. a concepção da fala egocêntrica como "intermediária" em relação à LI
5. a vinculação da emergência da LI e do desaparecimento da fala egocêntrica no início do período escolar

A esses problemas poderiam juntar-se outros tão importantes quanto a separabilidade em termos funcionais e "estruturais" entre a LE e a LI, e o descompasso da semântica utilizada para o estudo da internalização com o tipo de argumentação que acaba apresentado, mais afinada com seus pressupostos teóricos.

O estudo da FR tem sido feito, como pode verificar, em função de um argumento de oposição: FR é ou não é auto-controle (como pretende, por exemplo, Koep, 1982), uma espécie de organização do comportamento emergente durante os anos pré-escolares (em que a escola serviria para "facilitar" a capacidade de auto-controle). Um resultado mais imediato desses estudos é o incremento de estratégias de ensino pré-escolar e o treino da FR, que pode ou não (essa é a indagação desse tipo de estudo) ser facilitada no contexto de interação verbal.

Um outro exemplo dos rumos dessas investigações seriam os estudos das estratégias de ensino (cópia, leitura em voz alta, gratificação, etc.) que facilitam e promovem o comportamento auto-regulador das crianças no contexto de interações entre mãe-criança (como os de Diaz e colaboradores, 1988). As questões da FR são tomadas no interior de um debate que estuda auto-controle ou auto-regulação do comportamento. A diferença entre ambos os termos, aliás, é apenas aparente: em ambas as concepções a criança "internaliza" meramente os comandos verbais do adulto (como no primeiro caso) ou "toma para si" o papel efetivo da regulação (como no segundo caso). Autores que assumem as duas concepções estabelecem que a auto-regulação seria uma forma "mais

flexível" de auto-controle, como afirma Diaz, 1988, a respeito do modelo de auto-controle proposto por Kopp, 1982, em que a autora concebe o auto-controle como uma fase prévia da auto-regulação sem, entretanto, postular como prossegue seu desenvolvimento.

Os estudos sobre o papel do "caregiver" (do adulto ou do clínico, interlocutores privilegiados da criança ou do paciente) e sobre o treino da fala egocêntrica como excitador da LI são sustentados pela tese da origem comunicacional da FR, numa leitura bastante afinada com o behaviorismo. Trata-se dos trabalhos que vão justificar o treino da fala egocêntrica em escolas, com crianças com "distúrbio de atenção" ou "hiperativas" (como fazem, por exemplo, Berk & Potts, 1988; Berk, Bivens & Potts, 1989).

A simplificação das questões da linguagem e seu funcionamento aí transformadas em algum "modelo" é flagrante em tais estudos, que associam diretamente linguagem e comportamento. O que concluem esses estudos? Que modelar auto-regulação através de um "procedimento" interativo pode modificar impulsos e criar um modelo reflexivo de resposta (ver, por exemplo, Meichenbaum & Goodman, 1971). O que vai caracterizar a auto-regulação é o grau de flexibilidade e ajustamento a circunstâncias diferentes.

O problema todo é conceitual, como se vê. Transformado em conceito, o processo de internalização da linguagem dá margens a perspectivas bastante diferentes. Algo mais exemplar acontece com a fala egocêntrica, também identificada, como acontece com a LI, com a FR. é grande o número de trabalhos que, como Padilla & Diaz, 1986, por exemplo, investigam os efeitos do treino da fala

egocêntrica sobre o "sistema auto-regulador", tendo como variantes situações eliciadas ou espontâneas, o desempenho pré e pós treino, crianças em idade pré-escolar e crianças em idade escolar. Seu objetivo é, através da promoção do uso espontâneo da fala egocêntrica ("private speech", em seus termos) modelar auto-verbalizações. As finalidades variam desde a diminuição da impulsividade e de comportamentos agressivos até o estímulo das funções auto-reguladoras da atividade consciente e voluntária.

Como lembram Wertsch & Stone (1985), o conceito de internalização parece ter um significado muito amplo. De qualquer maneira, uma leitura tão bisonha das idéias de Vygotsky seria surpreendente não fosse o desejo incontido de muitos pesquisadores de forçarem questões que determinado construto não se colocou. Não há indicação nos textos de Vygotsky de que o treino promova o uso espontâneo da linguagem para a auto-regulação dos processos cognitivos. Como não há também de que a fala egocêntrica seja o estágio final da formação e consolidação do sistema auto-regulador. Talvez o seu objetivo principal fosse apenas apontar a linguagem como o elemento de intercâmbio entre o plano social e o plano individual. Em suas palavras:

Any higher mental function necessarily goes through an external stage in its development because it is initially a social function. This is the center of the whole problem of internal and external behavior (...). When we speak of a process, external means social. Any higher mental function was external because it was social at some point before becoming an internal, truly mental function

(1929/1981:162).

Outro tipo de estudo que evidencia uma generalização do conceito de FR da linguagem é aquele que investiga auto-instruções e observação de seus efeitos sobre respostas motoras (tal como pressionar uma pera, como fez Luria em 1959): a atividade motora antecede ou não a fala egocêntrica? As ações verbais e motoras estão ou não relacionadas, questiona (e responde afirmativamente) Galperin (1966)?

Ao considerar a fala egocêntrica uma função cognitiva auto-orientadora, Vygotsky pensava em termos processuais, no sentido em que todo o processo verbal seria orientador e auto-orientador, e não apenas alguma de suas faces (externa ou interna). Por que sujeitos afásicos, quando sozinhos a resolver um problema qualquer (verbal ou não verbal), geralmente não falam sozinhos, e tampouco lêem em voz alta, quando na mesma situação, mas que o fazem na presença de outras pessoas, a quem muitas vezes destinam os seus comentários? Parece-me que isso aponta um problema para a suposição de que a fala egocêntrica seja a detentora da FR.

A psicologia behaviorista, que mesmo antes de Vygotsky já se interessava pela "regulação do comportamento", encontrou um prato cheio na recuperação dos temas vygotekianos, elaborando uma leitura à sua maneira, embalada pela psicofisiologização da atividade humana via Psicologia soviética, corrente nos anos posteriores à sua morte. A FR, nesse contexto, tem um estatuto de "mecanismo compensatório". E aí ficamos.

A psicologia, por outro lado, assinalou com propriedade o que parece ser um problema de "ordem lógica" no processo de internalização. A passagem inter para intra-mental encontraria sua síntese através de um trabalho cognitivo da experiência social absorvida e internalizada? Fora do paradigma cognitivista, a questão também se coloca com pertinência, como vimos em Albano (1990). Sinha (1988) ilustra bem o problema:

This quotation emphasizes the importance of the concept of internalization as the fundamental mechanism by means of which "general history" enters into ontogenic processes. This mechanism, however, suffers from a serious logical problem. If the individual cognitive subject is seen as being an internalized product of social life and organization, and not a product of biology, then what is the nature of the subject (or proto-subject) which is initially responsible for the act(s) of internalization? (...) Such considerations lead to the conclusion that, despite its interactionist and dialectal impulses, the Vygotskyan theory of internalization reproduces in its internal logic the very divisions between the natural and the cultural, and the social, which it strives to overcome (p.102).

Para entender porque as teorias cognitivistas reduzem a FR tanto a um aspecto mneumotécnico do pensamento quanto a um aspecto psicotécnico (em que a FR seria uma propriedade da LI, na forma de representação internalizada da linguagem) é importante acompanhar a mudança conceitual que ocorreu com a LI na

Afasiologia, de forma implícita ou explícita (e aqui indico a leitura da tese de doutoramento de Francozo, 1987, em que o autor faz uma verdadeira arqueologia da noção, central na investigação das afasias).

Geralmente, a FR tem sido estudada no contexto das preocupações teóricas com a LI. Parece-me que há duas maneiras de se estudar a FR via LI (e Vygotsky poderia ser incluído na segunda):

1. Uma que estuda a LI a partir da participação dos estereótipos motores verbais, como as aferência proprioceptivas dos músculos fono-articulatórios (ver, por exemplo, os trabalhos de Sokolov ou de Leontiev, numa orientação neuro-psicofisiológica). O estudo seria dirigido à mobilização das conexões verbais (isto é, suas bases psico-neurofisiológicas) que ajudam a resolver um problema de difícil solução. Este enfoque prestigia a tese pavloviana, de que a auto-regulação é uma peculiaridade essencial da "atividade nervosa superior" (isto é, o comportamento humano), importante para a teoria dos analisadores e da localização das funções cerebrais que se faz a partir do método dos reflexos condicionados. A FR, assim, serviria de critério de veracidade da teoria fisiológica.

2. Uma que considera que a LE constitui a LI; os processos cognitivos deixam de ser propriedades mentais simples e passam a ser entendidos como formas sociais complexas: a concepção de mediação simbólica implica que a linguagem deva estar ligada a

praticamente todas as formas de atividade humana.

Até a sua explicação nas obras de Vygotsky, a FR parece-me ter sido verificada mesmo quando o conceito não era utilizado, a exemplo do que ocorre com a noção de LI. Os estudos de Françoze mostram que desde a primeira distinção entre LI e LE, nos estudos da afasia, feita por Bouillaud (1825) e em seguida por Jackson (1874), o fenómeno mental era vinculado ao biológico, postulação que vai se firmando na Afasiologia quando se leva em conta as contribuições de Ballet (1888) e Broca (1861), para os quais também a LI é uma faculdade mental específica e tem um papel instrumental (no sentido psicotécnico) frente ao pensamento. A idéia de que a fala organiza o pensamento também se apresentava em trabalhos de Binet (1903) e Egger (1881), como observa Sokolov (1972:40). Até aqui a afasia, grosso modo, pode ser entendida como um distúrbio da LI, isto é, um comprometimento da representação interna da linguagem. Observo que alguns trabalhos recentes, dedicados à LI, são reiteraões desta concepção, desde que acabam por reafirmar as idéias de Pierre-Marie (1906), para quem a afasia é um problema apenas de compreensão (e, portanto, de LI) e a anartria, um problema de produção da linguagem.

A superação do período fortemente localizacionista e globalista (duas correntes de pensamento que coexistiram no século passado) a respeito do funcionamento da atividade cerebral (ou seja, a partir do surgimento das visões integrativas e associacionistas do começo do século XX) proporcionou outros

enfoques sobre as relações entre o pensamento e a linguagem, e sobre a atividade cognitiva como um todo.

A concepção sistêmica da atividade cerebral, contrária à tese inatista da modularidade da mente, torna-se compatível com as idéias de Vygotsky sobre a contextualização sócio-histórica dos processos cognitivos. Ainda que influenciados por Vygotsky, alguns investigadores como Goldstein e Luria (e ainda, Head) vão ocupar-se de maneira diferente da dupla natureza da linguagem (inter e intra-mental), embora todos concordem que a linguagem desempenha um importante papel frente ao pensamento e a afasia seja considerada um problema de ordem central (o que os faz desconsiderar qualquer paralelismo entre produção e compreensão). Para Luria, por exemplo, toda forma de comportamento inteligente (e não apenas algumas ações voluntárias, como queria Head) é mediada pela linguagem (Francozo, 1987:161). Porém, não fica claro, na obra de Luria, como a LI regula o comportamento inteligente. Goldstein (1948), por sua vez, inspirado pela teoria de Gestalt, estabelece a relação entre o pensamento e a fala (a rigor, a LE) postulando um papel intermediário para a LI. Porém, também não fica claro como a LI, com estrutura própria (distinta da LE), concebida em termos de "conceito de palavras" (abstratas e concretas), relaciona-se às instrumentalidades da fala e à atitude categorial e as orienta.

Dentre os discípulos de Vygotsky, Luria foi o que mais se ocupou da LI e da FR (ao lado de Akhutina, Galperin, Khomskaya, entre outros), estudando-as sistematicamente na investigação das afasias e obtendo grandes avanços em termos

neuropsicológicos. Assim sendo, é importante determo-nos um pouco mais em suas posições quanto ao tema.

Creio que Luria, por se ocupar mais de aspectos clínicos e metodológicos, apresenta não raras vezes uma leitura de Vygotsky por demais prescritiva e, como em suas explicações sobre o "desdobramento da LI em LE", simplificada.

Enquanto Vygotsky privilegia as relações entre os processos cognitivos e a vida social dos indivíduos, Luria parece privilegiar as relações entre os processos cognitivos e o cérebro. Por isso sua ênfase nas bases neurofisiológicas da FR em detrimento dos processos psicolinguísticos esboçados por Vygotsky. A regulação da atividade consciente se dá em função de uma das "características estruturais" da LI, segundo ele (1982/1987). A FR confunde-se com a própria LI: a forma interior da linguagem é o principal instrumento de regulação.

É comum, como diz Vocate (1987), numa revisão ao mesmo tempo didática e crítica da jornada intelectual de Alexander Romanovich Luria (1902-1977), não incluir entre suas inúmeras preocupações teórico-clínicas, a questão da linguagem. Dos primeiros trabalhos, contudo, como "The Nature of Human Conflicts" (1932) até os últimos, como "Language and Cognition" (1982/1987), passando por aqueles que, através de pesquisas experimentais, buscam estudar a FR a partir do diagnóstico diferencial entre lesões corticais e sub-corticais, centrais e periféricas, focais e difusas (1959; 1961, por exemplo), Luria tem investigado a FR em meio às preocupações diagnósticas e análise de indivíduos cérebro-lesados.

Até onde pude verificar, os estudos da FR são bem mais populares na Psicologia, na Psicolinguística e na Psicologia da Educação, principalmente. Como lembra Luria (1976:30) desde Vygotsky muito pouco foi feito para esclarecer a ação dos mecanismos linguísticos responsáveis pela regulação da atividade consciente e voluntária. Talvez ele próprio seja o que mais se preocupou com a ampliação e o desenvolvimento dos trabalhos iniciais de Vygotsky.

Vocate (1987), e ainda Radzikhovsky e Khomskaya (1981), sugerem que há dois tipos de distinção entre Vygotsky e Luria. Uma seria de ordem pessoal, explicada pela aproximação que o segundo estabeleceu com o primeiro: ainda que Luria já fosse bastante conhecido na URSS quando Vygotsky surge no panorama da psicologia local (1924), é comum encontrar referências que o tomam apenas como aluno e continuador (a esse respeito, ver Zazzo, 1989). Segundo Radzikhovsky & Khomskaya (op.cit.), a base da colaboração entre ambos se dá pelo fato de que as idéias de Vygotsky, justamente por serem diferentes em termos de reflexão e estilo, mostraram-se crucialmente necessárias para Luria, um cientista prático e metódico.

Uma segunda distinção refere-se ao rumo do projeto científico de ambos. Enquanto Vygotsky privilegia as relações entre os processos cognitivos e a vida social dos indivíduos, Luria parece ter privilegiado mais as relações entre os processos cognitivos e o cérebro, daí sua ênfase nas bases neurofisiológicas da FR. No entanto, é a partir dos postulados vygotskianos que Luria, através do conceito de sistemas

funcionais complexos, estuda as estruturas cognitivas dos processos verbais e as condições fisiológicas para a sua realização (cf. Luria, 1974:306).

Tanto a concepção de linguagem de Luria quanto a sua semiologia e classificação das afasias podem ser criticadas a partir de vários pontos de vista, ainda que sua contribuição aos estudos neuropsicológicos e neurolinguísticos seja incontestável.

O objetivo de correlacionar os processos de fala com sistemas cerebrais específicos tem como pressuposta uma concepção de linguagem como "objetivo sistema de código" (cf. 1976) ou "sistema sintático culturalmente determinado" (cf. 1969), e por derivação, a associação da FR com áreas bastante especializadas do córtex. Em decorrência de suas posições sobre a linguagem e sobre o funcionamento cortical, as descrições de alguns tipos de afasia (como a afasia semântica, a afasia dinâmica ou mesmo a afasia amnésica) e da caracterização semiológica da Síndrome Frontal tornam-se particularmente problemáticas. De qualquer maneira, como ele próprio reconhece (1974b), as relações entre a linguagem e os processos mentais ainda carecem de muitas explicações.

O fato de Luria ter sido tomado como uma espécie de porta-voz de Vygotsky para o então chamado mundo ocidental não contribui muito para os estudos da FR ou para compreender o espírito intelectual do segundo. Num estudo em que compara as posições de ambos em relação à FR e os trabalhos que inspiraram, Zivin (1979) afirma que o leitor de Luria comumente prescinde da leitura de Vygotsky. Entre as implicações desta afirmação está a

de que Luria, afinal, não é tão vygotkiano assim. Ou pelo menos, não tanto o quanto julga ser. A contribuição original (e essencial) de Luria ao campo da Neuropsicologia, de qualquer maneira, é assegurada por sua vasta obra, a despeito das diferenças ou semelhanças que venha a ter com Vygotsky.

O estudo comparativo, no entanto, pode mostrar-se um importante instrumento teórico na medida em que, no que se refere à FR, Luria estendeu as reflexões de Vygotsky em direção aos estudos neurofisiológicos e neuropsicológicos, algo que este apenas deixou indicado. Resta saber se os dois acabam se referindo ao mesmo fenômeno, ou não.

Os trabalhos de Luria têm mostrado que existe uma base fisiológica para a reorganização das funções corticais lesadas: os dados por ele obtidos de pacientes com lesões focais no cérebro mostram que os lobos frontais possuem uma importância decisiva na garantia da FR da linguagem. Além disso, os mecanismos cerebrais da FR, segundo ele (1980b), não coincidem com os mecanismos cerebrais que asseguram os aspectos acústico-articulatórios, fonológicos, sintáticos ou semânticos dos processos verbais. Em suas palavras:

Podemos formular a hipótese de que entre as diferentes áreas do córtex cerebral possam existir algumas em que as lesões deixam totalmente intacta a FR da linguagem e outras que, pelo contrário, tais lesões impliquem notáveis problemas, precisamente da FR? As investigações destinadas a esclarecer este problema, têm dado resultados precisos que, de certo

modo, são surpreendentes. Têm revelado que as lesões de certas zonas da linguagem, em particular a área temporal do hemisfério esquerdo, alteram a análise e a síntese auditiva e provocam transtornos na estrutura acústica da linguagem; não obstante, esse tipo de lesão não implica uma alteração apreciável de uma função reguladora (...). Por outro lado, lesões graves dos lobos frontais do cérebro, que não estão acompanhadas externamente por fenómenos afásicos, conduzem a uma alteração bastante marcada da função reguladora da linguagem. (1959/1980b:134).

Antes de lançarmos uma pergunta inevitável, sobre se é possível formular a hipótese de que determinadas áreas do córtex cerebral sejam responsáveis pela FR - para mim, uma questão plausível - Lúria lança duas questões desconcertantes: uma que formula a hipótese de que entre as diferentes áreas do córtex existem algumas nas quais as lesões deixam "totalmente intacta" a FR da linguagem; outra, decorrente da primeira, postula que tais lesões impliquem alterações substanciais precisamente da FR.

Ora, é preciso observar aqui qual a concepção de linguagem levada em conta por Lúria, além de procurar as implicações que sua análise dos "sistemas funcionais complexos" trazem à questão da FR. Embora não caiba neste trabalho proceder a tal estudo, aponto para o fato de que por esta noção é possível rever as consequências das assunções lurianas na semiologia neurolinguística e sobretudo no diagnóstico de algumas entidades nosológicas (além de apreender melhor a natureza linguístico-

cognitiva da FR).

A descrição da Síndrome Frontal³, por exemplo, que decorre de lesões uni ou bilaterais dos lobos frontais, constitui um dos maiores argumentos de Luria para vincular a FR a zonas cerebrais circunscritas. No entanto, em sua já clássica descrição da Síndrome Frontal, ele exclui do quadro sindrômico problemas especificamente afásicos, atribuindo a perturbação ao comportamento do indivíduo, acrítico e adinâmico. O que é, afinal, a linguagem para Luria? Por que vale a pena - teórica e clinicamente - distinguir tão marcadamente afasia e síndrome frontal?

Temos observado na clínica problemas de FR da linguagem em sujeitos com lesões cerebrais em outras zonas do córtex que não apenas os lobos frontais. Além disso, observamos que sujeitos diagnosticados como acometidos de Síndrome Frontal apresentam - com variada gravidade - perturbações afásicas. Tal fato nos faz questionar, a princípio, a veracidade clínico-semiológica desta entidade nosológica.

Em suma, ou torna-se necessária uma revisão da correlação anátomo-clínica dos problemas de FR, ou Luria e Vygotsky, utilizando a mesma noção, referem-se a fenômenos diferentes.

NOTAS

1. Vygotsky estabelece os seguintes planos ou estágios no percurso linguagem-pensamento:

We have come to the end of our analysis. Let us survey its results. Verbal thought appeared to us to be a complex, dynamic entity, and the relation of thought to word within it, a movement through a series of planes. Our analysis followed the process from the outermost to the innermost plane. In reality, the development of verbal thought takes the opposite course: from the motive that engenders a thought to the formulation of the thought, first in inner speech, then in the meaning of words, and, finally, in words (Vygotsky, 1956:380-381, apud Akhutina, 1978:17-18)

2. De acordo com Wertsch (1989:79) o termo "private speech" tem sido usado para dissolver a confusão que "fala egocêntrica" acarreta, justamente quando referida a um tipo de fala dirigida a outra pessoa. Como é vocalizada, "private speech" também não pode ser tomada como LI.
3. A Síndrome Frontal se refere aos distúrbios observados nas lesões pré-frontais e foi descrita e investigada sobretudo por

Luria e colaboradores. Para Luria, a "falta de espontaneidade da fala que usualmente surge em lesões maciças do lobo frontal ainda não pode ser encarada como uma desordem "afásica"; ela seria mais uma forma especial da falta de espontaneidade geral (1974a/1981:286).

CAPÍTULO V

DAS FUNÇÕES E DO FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM
(CONCLUSÕES E APONTAMENTOS)

"A linguagem é certamente um instrumento de regularização e de normalidade, mas não se limita nisso a sua extraordinária vitalidade"

(Carlos Franchi, 1976:48)

Vimos nos capítulos antecedentes que o estatuto mediador conferido ao simbólico implica, nesta leitura de Vygotsky, um mediador que é também transformador, e não simplesmente um organizador cuja função é determinar padrões regulativos.

Vimos também que, a despeito da visada fisiológica ou neurofuncional de suas idéias, para Vygotsky, a linguagem não pode ser vista como meio ou instrumento, mas é a própria essência da vida mental. Vimos, ainda, que o conceito de mediação simbólica não é apenas um ornamento em seu construto teórico: por ele, Vygotsky relaciona a linguagem com a atividade e descobre a História, por assim dizer. Tal concepção de linguagem tenta dar conta não apenas de seus aspectos interativos e discursivos, mas

também de sua natureza cognitiva, levando em conta aquilo que não é marcado linguisticamente.

Há dois aspectos a serem considerados aqui, e que determinam uma revisão das afirmações de Vygotsky:

1. Vygotsky afirma que a fala egocêntrica cessa quando se internaliza, surge quando a criança apresenta dificuldades em certas tarefas e desaparece quando as "linguagens" são separadas (por volta dos 7 anos, segundo as suas pesquisas e de colaboradores, quando a fala egocêntrica transforma-se em LI). Parece-me que essas "linguagens" continuam a coexistir, mesmo depois; elas não se manifestam apenas na aquisição e nas patologias, consideradas situações limite, digamos assim: evidentemente não se trata mais de fala egocêntrica, mas de uma atividade epilinguística que perdura porque integra o processo verbal⁴. Creio que elas integram a construção do sentido e a própria atividade discursiva, explicitando-se em dadas circunstâncias como, por exemplo: nas soluções de problemas de toda ordem (como preparar uma aula, ensaiar um texto teatral), no caso de densidade emocional, na aquisição de uma segunda língua, na reconstrução da linguagem por sujeitos afásicos, nas vociferações, nos solilóquios, nas implicaturas e nas digressões (como mostram Dascal e Katriel, 1979), etc.

2. Por que Vygotsky se refere a diferenças funcionais entre LE e LI?

Vejamos como ele chega a identificar as razões da abreviação, da omissão do sujeito psicológico, do fluxo de palavras, e do aspecto fragmentário da LI: ela aparece desconexa e incompleta porque sabemos o que estamos pensando, conhecemos o tópico e a situação - havendo, então, uma percepção mútua, a semântica passa cada vez mais para o primeiro plano (e por isso Vygotsky afirma que a relação de sentido se faz de maneira diferente da LE). Os exemplos oferecidos por Vygotsky podem ser uma pista de que suas reflexões iam além de delimitar estruturalmente LE e LI: tomemos, como exemplos, a anedota sobre os três surdos e a análise da abreviação da linguagem entre dois amantes que muito se conhecem (Ana Karenina, de Tolstói). Vejamos o que diz Vygotsky quando destes exemplos:

A conversa de Kitty com Liévin e o julgamento dos surdos são casos extremos: na verdade são os dois polos da fala exterior. Um deles exemplifica o entendimento mútuo que pode ser obtido por meio de uma fala completamente abreviada, quando duas mentes ocupam-se do mesmo sujeito psicológico: o outro exemplifica a falta total de entendimento, mesmo com uma fala integral, quando os pensamentos das pessoas seguem trajetórias diferentes. Não são apenas os surdos que não conseguem se entender, mas quaisquer pessoas que atribuem um significado diferente à mesma palavra, ou que sustentam pontos de vista diferentes (1934/1987b) (...)

(o exemplo do romance Ana Karenina)

tem um interesse psicológico extraordinário, porque, como todo episódio entre Kitty e Liêvin, Tolstoi foi buscá-lo em sua própria vida. Foi exatamente assim que Tolstoi comunicou à sua futura esposa que a amava. Esses exemplos mostram claramente que, quando os pensamentos dos interlocutores são os mesmos, a função da fala se reduz ao mínimo (op.cit.121).

E continua:

O diálogo sempre pressupõe que os interlocutores tenham um conhecimento suficiente do assunto, para tornar possíveis a fala abreviada e, em certas condições, as frases exclusivamente predicativas (p.123).

Vygotsky afirma que é possível identificar as características estruturais e funcionais específicas da LI em virtude da linguagem egocêntrica, por sua vez decorrente da linguagem externa. E aqui deparamos novamente com outra questão bastante problemática, ainda que seja possível concordar com a possibilidade de se formular linguisticamente a LI a partir das características da fala egocêntrica.

A partir do quê Vygotsky estabeleça as diferenças estruturais e funcionais entre a LI e a LE? O que ele tem em mente quando afirma que as estruturas da LI e da LE são diferentes (ou, pelo menos, as da fala egocêntrica e da LI), desde que a característica sintática funcional da predicção (omissão do sujeito psicológico ou do tópico, na medida em que

este é supostamente conhecido pelos interlocutores) e as características semânticas advêm do fato de que na LI o sentido é mais importante do que o significado?

Vimos que ele caracteriza a estrutura da LI pela aproximação e pelo distanciamento em relação à LE, referindo-se as suas propriedades em termos enunciativo-discursivos, ainda que a partir da distinção entre sentido e referência de palavras. Mesmo usando metodologicamente a oposição fregeana Vygotsky parece-me estar atento, de acordo com as análises feitas no último capítulo de "Thinking and Speech", tanto à importância da determinação do significado quanto a de sua radical indeterminação.

Ele diz que a primeira propriedade da LI é sua sintaxe particularmente abreviada, fragmentária, descrevendo-a em termos de predicação. A segunda propriedade, semântica, mostra uma prevalência do sentido sobre o significado, uma tendência à aglutinação e ao fluxo de sentidos (remissão de uma palavra a outra). Mesmo a aglutinação, a que poderíamos atribuir uma caracterização mais concernente à LI², obedece a parâmetros contextuais, não tendo uma existência prévia a qualquer uso.

A separação metodológica entre LE e LI tem provocado, como vimos, certos impasses nas reflexões de investigadores vygotkianos (observe a reiteração do binômio LE-LI em termos extra e intra-linguísticos, produção e compreensão, etc.

Depois de considerar as reflexões de Vygotsky sobre a linguagem e sobre a FR no quadro das tendências enunciativo-discursivas é preciso, antes de comentar suas implicações para os

estudos neurolinguísticos, explicitar os contornos conceituais da FR.

Tentei indicar - nos capítulos antecedentes - que a FR é uma explicitação da atividade constitutiva da linguagem (nos termos de Franchi, 1976, 1977). Resta saber que tipo de aproximação ela teria com a atividade estruturante (ou quasi-estruturante, nos termos de Lahud, 1973/1979), já que indiquei que FR poderia ser compreendida como um de seus aspectos (entre outros aspectos da significação ou dos processos simbólicos), mas não se confundiria com ela (da mesma maneira que há outras formas de atividade constitutiva que não poderiam ser sumariamente explicadas ou totalizadas pela FR, como as representações ou o caráter icônico da linguagem).

Além disso, é preciso considerar que na descrição da atividade estruturante, segundo Lahud e Franchi, há uma contraparte psicológica construtivista piagetiana em que a linguagem é apenas uma derivação da mediação simbólica capaz de manter uma relação do tipo interna entre linguagem e cognição, mas não constitutiva. Vygotsky e Piaget não partem de uma mesma ontologia psicolinguística, como inumeráveis estudos têm mostrado. Entretanto, como podemos notar, os postulados vygotkianos atendem (talvez com maiores afinidades ontológicas) as exigências do modelo de Lahud no tocante às questões cognitivas, e mesmo linguísticas.

Outras indagações sobre os contornos teóricos da FR se fazem presentes pela sua pertinência: FR é uma das funções da linguagem, identificável, sob outras terminologias em outros

autores? Ou seria um movimento de efeito das outras funções da linguagem (no sentido em que a consideramos uma praxis linguística, capaz de guardar o diálogo permanente entre LE e LI)?

A FR é aquela que surge momentaneamente, quando a indeterminação ou o efeito de sentidos fazem com que a regulação vacile? Ou se dá justamente o contrário: é por que a FR vacila que irrompe o "introuvable", a indeterminação, a necessidade de um ajuste - em instâncias discursivas - para que qualquer comunicação aconteça (ou não aconteça)?

Que tipo de articulação está mantida nesse evento, e quais as condições para que se mantenha? Em outras palavras, o que faz com que LE e LI venham - em dadas circunstâncias (como as patologias) - dissociarem-se aparentemente?

Tendo feito um estudo das reflexões de Vygotsky sobre a linguagem no quadro de seus temas básicos para buscar uma pertinência teórico-metodológica da noção de FR para a Neurolinguística, cabe agora apontar para algumas de suas consequências ou implicações.

Vimos que a inseparabilidade entre LE e LI não é axiomática; antes, deriva da concepção vygotkiana do funcionamento da vida mental, assumida no contexto deste trabalho.

Os pontos de partida de Vygotsky - enquanto tais - não podem fornecer comprovações. Tentei, com o estudo de suas reflexões sobre a FR (e com a indicação da necessidade de se proceder a uma análise dos dados neurolinguísticos), oferecer não

apenas argumentos para a relação de constitutividade entre cognição e discurso, mas expandir os termos que a mantêm.

A FR, enquanto instrumental teórico capaz de guardar tal relação, mostrou ser bem mais que uma das categorias empregadas por Vygotsky na explicação do processo de internalização. Redimensionada no contexto de uma teoria linguística do Discurso (no quadro das preocupações da AD2 e da AD3, no sentido de Pêcheux, 1983/1990b) a FR, contudo, também exige maiores especificações para certas questões que o presente trabalho deixa apenas indicadas, como seus aspectos internos (as operações de memória, as analogias, o trabalho inferencial, o raciocínio intelectual, as interpretações, etc). Não sendo comportamentos previsíveis, as operações mentais, neste contexto, configuram-se como padrões regulativos enquanto significam e regulam a ação simbólica.

A FR da linguagem, atuando por um lado com as operações mentais, e de outro com as significações (as réplicas, as contrapalavras, no sentido de Bakhtin; os processos simbólicos, etc), exerce precisamente uma função reguladora fluida, que se exibe no funcionamento da linguagem (e não através de suas "funções"). FR, assim concebida, é marcada pela objetividade do material linguístico e pela indeterminação do sentido deste objeto. Regulação com fluidez, ao que parece, só não permanece como um paradoxo na perspectiva discursiva.

Como pudemos observar nos dados neurolinguísticos (Coudry & Morato, 1988, 1990, 1991; Morato & Coudry 1991a, 1991b), a ocorrência de alteração nas relações linguístico-

cognitivas em sujeitos afásicos e com Doença de Alzheimer indica a necessidade dessa "regulação" que, construída discursivamente, só pode ser fluida.

Podemos dizer que essas entidades nosológicas provocam problemas de FR, sem levar em conta o modelo luriano, ou prescindir dos modelos de organização mental?

Ou as questões da FR devem ser vistas apenas como compatíveis mas não necessariamente decorrentes das teorias da atividade mental? De fato, as reflexões elaboradas por Luria afinam-se com as exigências da construção teórica de Vygotsky, e constituem-se como base para uma alternativa frente às teses inatistas e modularistas. Essas questões, parece-me, indicam uma tarefa ainda por fazer.

Apontar a compatibilidade de uma teoria linguística do Discurso com uma concepção mediacionista da atividade mental, objetivo deste trabalho, seria apenas um esboço de resposta para tais indagações, cujo desdobramento só se justificaria se pudesse responder às exigências do conjunto de temas concernentes às pesquisas da Cognição, como a modularidade, a representação, a categorização, etc, deixados de lado (ou pelo menos, não tratados com a devida atenção, pelas teorias mediacionistas ou interacionistas da linguagem, como bem notam Franchi, 1986; Françaço, 1976 e Albano, 1990).

Se já não bastassem tantas perguntas num capítulo onde esperaria-se uma conclusão, concluo (portanto) que o projeto a que me propõe está incompleto sob vários aspectos.

Relendo o percurso teórico feito até aqui, noto que chamei a atenção para alguns problemas de natureza conceitual da FR e a considereei um instrumental teórico relevante para os estudos neurolinguísticos.

Se é possível articular a FR nos termos de Vygotsky com uma teoria linguística do discurso, então será possível também conceber uma construção teórica referente à Neurolinguística numa relação de constitutividade entre discurso e cognição. Isso não quer dizer que possamos ignorar a variação conceitual da FR em Neuropsicologia, por exemplo.

Mas quer dizer que, independentemente desta variação, ela é um objeto de investigação tão importante quanto outros nas pesquisas sobre a cognição.

Um trabalho subsequente a este diria respeito a questões de ordem metodológica. Não apenas no sentido de corroborar as reflexões, mas no de buscar, num estudo mais orientado aos procedimentos teórico-clínicos das principais tendências atuais da Neuropsicologia e da Neurolinguística, o confronto com as hipóteses aqui alcançadas, de maneira a explicitar ainda mais os contornos de um problema: A Função Reguladora da Linguagem.

Ao final de tudo, qual seria a maior relevância da trajetória de Vygotsky? Diria, em suma, que é a passagem de seu interesse pelas funções que a linguagem tem para o funcionamento que ela é.

A respeito do construto teórico vygotkiano e o modo como o autor trata as relações entre cognição e discurso, lembro

as palavras de Henry no livro sobre a obra de Michel Pêcheux (1990:36): "Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões". Que suas idéias careciam de experimentação e maiores especificações Vygotsky bem o sabia(cf.1934/1987). Que elas possuem bases estimulantes para a reflexão atual sobre cognição e discurso os inúmeros estudos - entre os quais o meu - atestam.

NOTAS

1. É desta maneira que entendo a seguinte passagem de Franchi (1976):

Por um lado, esse aspecto fundamental da linguagem a torna um instrumento dúctil e eficaz de contínua retificação de todo o anteriormente organizado, remanejando o que se poderia supor como imanente, fixo, definitivo. Por outro lado, a atividade linguística supõe ela mesma esse retorno sobre si mesma, uma progressiva atividade epilinguística (p.54).

2. Como o faz Françoze (1977), que a analisa em termos de propriedade estrutural da LI, ao contrário de outras propriedades, que seriam funcionais, ou "semântico-pragmáticas" em seus termos. Ou seja, a abreviação, outra característica "estrutural" da LI, segundo Vygotsky, não pode ser vista num contexto puramente cognitivo, e sim sob os mesmos parâmetros da prevalência do sentido e do "influxo" de sentido, que é como Vygotsky concebe a questão da polissemia: o sentido de uma palavra estaria "infundido" pelos sentidos das outras. Como bem notou Françoze, "não se pode falar aqui em uma propriedade da linguagem interna, mas sim em uma decorrência da postulação de um contexto transparente na linguagem interna" (op.cit.p.193).

Faltaria dizer, entretanto, que não se pode falar em "transparência", no caso de Vygotsky. Isso implica a busca de suas justificativas para as diferenças "funcionais" em relação à linguagem externa, em que posições discursivas e expedientes enunciativos configuram o que ele acabou chamando diferenças "estruturais".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akhutina, T.V. (1978) "The role of inner speech in the construction of an utterance", in SOVIET PSYCHOLOGY, XVI 3:3-31.
- Albano, E.C. (1987) "Emergindo da ilusão reducionista em psicolinguística", in CADERNOS DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 12:4-14.
- (1990) DA FALA À LINGUAGEM TOCANDO DE OUVIDO, São Paulo: Martins Fontes.
- Authier-Révuz, J. (1982) "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre le discours" in DRLAV, 26:91-151.
- (1985) "Dialogisme et vulgarisation scientifique" in DISCOSS, 117-122.
- Bakhtin, M. (1981) MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM, São Paulo: Mucitec.
- Basso, A. (1977) IL PAZIENTE AFASICO: GUIDA PRATICA ALLA RIABILITAZIONE, Milano: Feltrineli Editore.
- Benton, A.L. & R.J. Joint (1960) "Early descriptions of aphasia" in ARCHIVES OF NEUROLOGY, 3:205-22.
- Beaudichon, J.; Legros, S.; Oleron, P. (1973) "Les debuts de l'auto-regulation verbale du comportement. Nouveau controle experimental des theses de A.R. Luria", in NEUROPSYCHOLOGIA, 11:337-341.
- ; Legros, S.; Magnusson, M. (1990) "Organization des régulations inter et intrapersonnelles dans la transmission d'informations complexes organisées", in BULLETIN DE PSYCHOLOGIE, tome XLIV, 399:110-120.
- Benveniste, é (1989) PROBLEMAS DE LINGUÍSTICA GERAL I, Campinas: Fontes.
- Berk, L.E. & Potts, M. (1988) "Development and Functional Significance of Private Speech among Attention-Deficit Hyperactivity Disordered Children" (mimeo).
- ; Bivens, J.A.; Potts, M. (1989) "Relationship of Children's Private Speech to Self - control and Task Performance" (mimeo).

- Blanck, G. (1984) VIGOTSKI - MEMORIA Y VIGENCIA, Buenos Aires: Ediciones Cultura y Cognición.
- Bouton, C.P. (1984) DISCOURS PHYSIQUE DU LANGUAGE - GENÈSE ET HISTOIRE DE LA NEUROLINGUISTIQUE, Paris: Klincksieck.
- Bronckart, J.P. (1970) "Le role regulateur du language chez l'enfant: Critique expérimentale des travaux d' A.R. Luria, in NEUROPSYCHOLOGIA, 8:451-463.
- Bruner, J. (1983) CHID'S TALK, Oxford: Oxford University Press.
- Carver, C.S. & Scheier, M.F. (1981) ATTENTION AND SELF-REGULATION: A CONTROL-THEORY APPROACH TO HUMAN BEHAVIOR. SPRINGER SERIES IN SOCIAL PSUCHOLOGY, New York: Springer-Verlag.
- Cole, M. (1984) "La zona de desarrollo próximo: donde cultura y conocimiento se generam mutuamente", in INFANCIA Y APRENDIZAJE, 25:3-17.
- Coudry, M.I.H. (1988) DIÁRIO DE NARCISO: DISCURSO E AFASIA, São Paulo: Martins Fontes.
- & Morato, E.M. (1988) "A ação reguladora da interlocução e de operações epilinguísticas sobre objetos linguísticos", in CADERNOS DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 15:117-135.
- (1990) "Aspectos discursivos da afasia", in CADERNOS DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 19:127-145.
- (1991) "Processos de significação: a visão neurolinguística" (mimeo - texto apresentado na 43ª Reunião da SRPC, Rio de Janeiro).
- & Possenti, S. (1991) "De que riem os afásicos" (mimeo).
- Cox, M.I.P. (1989) JE est un mot d'ordre: Escritos en torno de sujeito e linguagem e educação..., tese de doutoramento, UNICAMP, inédita.
- Dascal, M.; Katriel, T. (1979) "Digressions: A study in conversational Coherence", in PTL 4,8:76-95.
- (1982) "Relevância conversacional", in Marcelo Dascal (org.) FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA LINGUÍSTICA, Vol.IV (Pragmática), Campinas, Ed. do autor.
- (1983) PRAGMATICS AND THE PHILOSOPHY OF MIND, Amsterdam: John Benjamins.

- Davydov, V.V. & L.A. Radzikhovsky (1985) "Vygotsky's theory and the activity-oriented approach in psychology", in Wertsch, J. (ed.) **CULTURE, COMMUNICATION AND COGNITION: VYGOTSKIAN PERSPECTIVES**, New York: Cambridge University Press.
- De Lemos, C.T.G. (1981) "Universais linguísticos ou língua original?", in **CADERNOS PUC**, 9:15-41.
- (1986) "Interacionismo e Aquisição de linguagem", in **DELTA**, Vol 2, nº 2: 231-48.
- (1990a) "Uma abordagem sócio-construtivista da aquisição da linguagem: um percurso e muitas questões". (mimeo).
- (1990b) "A função e o destino da palavra alheia: três momentos da reflexão de Bakhtin", in **ANAIS DO V ENCONTRO DA AMPOLL**.
- (1990c) "Aquisição da linguagem: Um lugar de reflexão sobre Processos de Subjetivação e Objetivação (conferência proferida por ocasião do I Simpósio de Neuropsicologia, UNICAMP, Campinas).
- (1991) "Construção e Teleologia em Aquisição de Linguagem" (Seminário apresentado no IEL, UNICAMP).
- Diaz, R.M.; Neal, C.J.; Williams, M. (1988) "The social origins of self-regulation", in **VYGOTSKY AND EDUCATION**: Cambridge University Press (in press).
- Ducrot, O. (1984) **O DIZER E O DITO**, Campinas: Pontes.
- Elkhonin, D. (1966) "Symbolics and its functions in the play of children", in **SOVIET PSYCHOLOGY**, (8) - 7: 35-41.
- Emersonn, C. (1983) "The outer word and inner speech: Bakhtin, Vygotsky and the internalization of language", in **CRITICAL INQUIRY**, 10,2:245-264.
- Florenskaya, T.A. (1986) "Psychological Problems of Dialogue in Light of the Ideas of M.M. Bakhtin and A.A. Ukhtomsky", in **SOVIET PSYCHOLOGY** (s/n).
- Franchi, C. (1976) **HIPÓTESES PARA UMA TEORIA FUNCIONAL DA LINGUAGEM**, Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, inédita.
- (1977) "LINGUAGEM - Atividade Constitutiva", in **ALMANAQUE**, 5:9-27.
- (1986) "Reflexões sobre a hipótese da modularidade da mente", in **ABRALIN**, 8:17-35.

- Francozo, E. (1986) "Afasia e Modularidade da Mente", in ABRALIN, 8:63-76.
- (1987) LINGUAGEM INTERNA E AFASIA, UNICAMP, Tese de Doutorado, inédita.
- Fuson, K.C. (1979) "The development of self-regulations aspects of speech: a review", in THE DEVELOPMENT OF SELF-REGULATION THROUGH PRIVATE SPEECH, New York: Wiley.
- Gadet, F. Pêcheux, M. (1981) LA LANGUE INTROUVABLE, Paris: Maspéro.
- (1990) "prefácio", in F. Gadet & T. Hank (orgs), in POR UMA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO - UMA INTRODUÇÃO À OBRA DE MICHEL PÊCHEUX, Campinas: editora da UNICAMP.
- Galperin, P.Y. (1966) "On the notion of internalization", in SOVIET PSYCHOLOGY, 4,3:3-31.
- Geraldi, J.W.; Guimarães, E.; Ilari, R. (1985) "Operadores de argumentação e diálogo", in CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS 9:143-157.
- (1991) PORTOS DE PASSAGEM, São Paulo: Martins Fontes.
- Goldstein, K. (1948) LANGUAGE AND LANGUAGE DISTURBANCES, New York: Stratton.
- Gramsci, A. (1978) A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA, São Paulo: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.
- Granger, G.G. (1971) "Langue et systèmes formels", in LANGAGES, 21:71-87.
- Grice, H.P. (1982) "Lógica e Conversação", in Marcelo Dascal (org.) FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA LINGÜÍSTICA, vol.IV (Pragmática). Campinas: Ed. do autor.
- Guilhaumou, J.; Maldidier, D. (1989) "Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise do Discurso", in Guimarães, E. (org.), HISTÓRIA E SENTIDO DA LINGUAGEM, Campinas: Pontes Editores.
- Guindaste, R. M. G. (1991) PROBLEMAS SINTÁTICOS E SOLUÇÕES FRAGMÁTICAS (Tese de Doutorado, em preparação).
- Hécaen, H. & J. Dubois (eds) (1969) LA NAISSANCE de la NEUROPSYCHOLOGIE du LANGAGE (1825-1865), Paris: Flammarion.
- Henry, P. (1990) "Os fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969)", in Gadet, F. e Hak, T. (orgs), POR UMA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO, Campinas: editora da UNICAMP.

- Hickmann, M. (1985) "Metapragmatics in child language", in SEMIOTIC MEDIATION, New York: Academic Press.
- (1987) "The development of discourse cohesion some functional and cross-linguistic issues", in FROM BASIC LANGUAGE TO DISCOURSE BASES, Amsterdam: John Benjamins.
- Holquist, M. (1981) "The Politics of Representation", in ALLEGORY IN REPRESENTATION SELECTED PAPERS FROM THE ENGLISH INSTITUTE, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Humboldt, W. (1972) LINGUISTIC VARIABILITY & INTELLECTUAL DEVELOPMENT, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Ivanov, V.V. (1974) "The significance of M.M. Bakhtin's ideas of sign, utterance and dialogue for modern semiotics", in Baran H. (Ed.), SEMIOTICS AND STRUCTURALISM: READINGS FROM THE UNION, New York: International Arts and Sciences Press.
- Jakobson, R. (1970) LINGUÍSTICA, POÉTICA, CINEMA, São Paulo: Perspectiva.
- (1973) LINGUÍSTICA E COMUNICAÇÃO, São Paulo: Cultrix.
- Koch, I.G.V.; Travaglia, L.C. (1989) TEXTO E COERÊNCIA, São Paulo: Cortez.
- Kohlberg, L.; Yaeger, J.; Hjertholm, E. (1968) "Private Speech: Four studies and a review of theories", in CHILD DEVELOPMENT, 39: 691-736.
- ; Wertsch, J.V. (1986) "Language and the development of thought", in DEVELOPMENT PSYCHOLOGY AND EARLY EDUCATION, New York: Lonman.
- Koop, C.F. (1982) "Antecedents of self-regulation: a developmental perspective", in DEVELOPMENTAL PSYCHOLOGY, 18(2) 199-214.
- Kozulin, A. (1984) PSYCHOLOGY IN UTOPIA: TOWARD A SOCIAL OF SOVIET PSYCHOLOGY, Cambridge: MIT Press.
- Lahud, M. (1975) "A semiologia segundo Granger, in DISCURSO, 6: 105-31.
- (1977) "Alguns mistérios da Linguística", in ALMANAQUE, 5:28-37.
- (1979) A PROPÓSITO DA NOÇÃO DE DÉIXIS, São Paulo: Ática.
- Leontiev, A. (1972) O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO, Lisboa: Horizonte Universitário.

- Levina, R.E. (1981) "L.S. Vygotsky's ideas about the planning function of speech in children", in Wertsch, J.V. (comp.) **THE CONCEPT OF ACTIVITY IN SOVIET PSYCHOLOGY**, Armonk, New York: Sharpe, M.E.
- Luria, A.R. (1959) "The directive function of speech in development and dissolution", in **WORD**, 15, 3:453-465.
- (1974a) **THE WORKING BRAIN**, London: Penguin.
- (1974b) **CEREBRO Y LENGUAJE. LA AFASIA TRAUMÁTICA: SINDROMES, EXPLORACIONES Y TRATAMIENTO**, Barcelona: Editorial Fontanella.
- (1976) **BASIC PROBLEMS OF NEUROLINGUISTICS**, The Hague: Mouton.
- (1978) **LES FONCTIONS CORTICALES SUPERIEURES DE L'HOMME**, Paris: Presses Universitaires de France.
- (1980a) **LENGUAJE Y PENSAMIENTO**, Barcelona: Editorial Fontanella.
- (1980b) **LENGUAJE Y COMPORTAMIENTO**, Madrid: Editorial Fundamentos.
- ; Yudovich (1985) **LINGUAGEM E DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL NA CRIANÇA**, Porto Alegre: Artes Médicas.
- (1987) **PENSAMENTO E LINGUAGEM - AS ÚLTIMAS CONFERÊNCIAS DE LURIA**, Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lyons, J. (1982) **LINGUAGEM E LINGÜÍSTICA - UMA INTRODUÇÃO**, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Maingueneau, D. (1981) **APPROCHE DE L'ÉNONCIATION EN LINGUISTIQUE FRANÇAISE**, Paris: Hachette.
- (1989) **NOVAS TENDÊNCIAS EM ANÁLISE DO DISCURSO**, Campinas: Pontes Editores.
- Marx, O.M. (1966) "Aphasia studies and language theory in the 19th century", in **Bulletin of the History of Medicine**, 40:328-49.
- McLane, J. (1987) "Interaction, context and the zone of proximal development", in Hickmann, M. (ed.), **SOCIAL AND FUNCTIONAL APPROACHES TO LANGUAGE AND THOUGHT**, Orlando: Academic Press.
- Meichenbaum, D.H. & Goodman, J. (1971) "Training impulsive children to talk to themselves: a means of developing self-control", in **JOURNAL OF ABNORMAL PSYCHOLOGY**, 2: 115-126.

- Merleau-Ponty, M. (1990) **KERLEAU-PONTY NA SORBONNE: RESUMO DE CURSOS "FILOSOFIA E LINGUAGEM"**, Campinas: Papirus.
- Minick, N.J. (1987) "The development of Vygotsky's Thoughts: an introduction", in Minick, N.J. (E.D.), **THE COLLECTED WORKS OF L.S. VYGOTSKY (VOL. I: PROBLEMS OF GENERAL PSYCHOLOGY)**, New York: Penguin.
- Morato, E.M. & Coudry, M.I.H. (1991a) "Processos enunciativo-discursivos e patologia da linguagem: algumas questões linguístico-cognitivas", in **CEDES**, 24:66-78.
- (1991b) "Confabulação e digressão nas afasias: as formas marginais do dizer" (a publicar nos anais do GEL).
- Novaes Pinto, R. (1991) **AGRAMATISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO PROCESSAMENTO NORMAL DE LINGUAGEM** (Dissertação de Mestrado, em preparação).
- Orlandi, E. (1987) **A LINGUAGEM E SEU FUNCIONAMENTO**, Campinas: Pontes.
- Osakabe, H. (1979) **ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO**, São Paulo: Kairós.
- Padilla, K.A. & Diaz, R.M. (1986) "The training of self-regulatory private speech" (mimeo).
- Paulus, J. (1969) **LA FONCTION SYMBOLIQUE ET LE LANGUAGE**, Bruxelles: Charles Dessart.
- Pêcheux, M. (1969) **ANALYSE AUTOMATIQUE DU DISCOURS**, Paris: Dunod.
- (1988) **SEMÂNTICA E DISCURSO: UMA CRÍTICA À AFIRMAÇÃO DO ÓBVIO**, Campinas: Editora da UNICAMP.
- (1990a) **O DISCURSO: ESTRUTURA OU ACONTECIMENTO**, Campinas: Pontes.
- (1990b) "A análise de discurso: Três épocas (1983)", in F. Gadet e T. Hak (Orgs), **POR UMA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO - UMA INTRODUÇÃO À OBRA DE MICHEL PÊCHEUX**, Campinas: Editora da UNICAMP.
- Peirce, C.S. (1977) **SEMIÓTICA**, São Paulo: Perspectiva.
- Piaget, J. (1976) **LE LANGAGE e LA PENSE'E CHEZ ENFANT**, PARIS: Delachans et Niestlé.
- (1979) **O ESTRUTURALISMO**, São Paulo: Difel.

- Popper, K.R. & J.C. Eccles (1991) *O EU E SEU CéREBRO*, Campinas: Papirus/UnB.
- Possenti, S. (1988) *DISCURSO, ESTILO E SUBJETIVIDADE*, São Paulo: Martins Fontes.
- Radzikhovsky, L.A. & E. Khomskaya (1981) "A.R.Luria & L.S. Vygotsky: Early years of their collaboration", in *SOVIET PSYCHOLOGY*, 20(1):3-21.
- (1985) "The dialogic quality of consciousness in the works of M.M. Bakhtin", in *PEDAGOGIKA*, 6: 103-116.
- Reeve, R.A. (1987) "The functional significance of parental scaffolding as a moderator of social influence on children's cognition" (mimeo).
- Riley, D. (1978) "Developmental psychology; Biology and Marxism", in *IDEOLOGY AND CONSCIOUSNESS*, 4: 73-91.
- Riviére, A. (1985) "El concepto de conciencia en Vigotski y el origen de la psicología historico-cultural, in Siguán, M. (Coord.) *ACTUALIDAD DE LEV.S. VYGOTSKI*, Barcelona: Anthropos.
- Roberts, R.N. (1979) "Private Speech in Academic Problem-Solving: A Naturalistic Perspective", in Zivin, G. (Ed.) *THE DEVELOPMENT OF SELF-REGULATION THROUGH PRIVATE SPEECH*, New York: Wiley
- Robin, R. (1977) *HISTÓRIA E LINGUÍSTICA*, São Paulo: Cultrix.
- Rogoff, B. & Gardiner, W. (1984) "Adult guidance of cognitive development", in Rogoff, B. & J. Lave (Eds), *EVERYDAY COGNITION: ITS DEVELOPMENT IN SOCIAL CONTEXT*, Cambridge: Harvard University Press.
- Rujo, R.H.R. (1991) "A consciência, esta replicante", in *DISTÚRBIOS DA COMUNICAÇÃO*, 4(1):59-71.
- Seron, X. (1979) *APHASIE ET NEUROPSYCHOLOGY - APPROACHES THÉRAPEUTIQUES*, Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur.
- Shotter, J. (1987) "Vygotsky's Psychology: Activity in the Developmental Zone", in *NEW IDEAS IN PSYCHOLOGY*, pp. 1-23.
- Siguán, M. (1987) *ACTUALIDAD DE LEV S. VYGOTSKY* (Coord.), Barcelona: Anthropos.
- Sinha, C. (1988) *LANGUAGE AND REPRESENTATION*, London: Harvester - Wheatsheaf.
- Smolka, A.L.B. (1990) "Oralidade, Escritura e Atividade Mental: um estudo de caso e muitas indagações" (mimeo).

- Sokolov, A.N. (1975) **INNER SPEECH AND THOUGHT**, New York: A Plenum/Rosetta Edition.
- Sperber, D. & D. Wilson (1986) **RELEVANCE: COMMUNICATION AND COGNITION**, Oxford: Basil Blackwell
- Stanislavsky, C. (1983) **A CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM**, São Paulo: Civilização Brasileira.
- Talzina, N. (1988) **PSICOLOGÍA DE LA ENSEÑANZA**, Moscou: Editoria Progreso.
- Taylor, M. (1965) "Measurement of functional communication in aphasia", in **ARCH. PSYS. MED. CHICAGO**, 46:101-107.
- Todorov, T. (1984) **MIKHAIL BAKHTIN: THE DIALOGICAL PRINCIPLE**, Manchester: University Press.
- & Ducrot, O. (1977) **DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**, São Paulo: Perspectiva.
- Ushakova, T.N. (1985) "Inner Speech", in **PEDAGOGIKA**, 2:39-51.
- Valsiner, J. (1984) "Construction of the zone of proximal development in adult-child joint action: The socialization of meals", Rogoff, B. e Wertsch, J.V. (comp.) **CHILDREN'S LEARNING IN THE "ZONE OF PROXIMAL DEVELOPMENT"** nº 23 in **NEW DIRECTIONS FOR CHILD DEVELOPMENT**, San Francisco: Jossey-Bass.
- Villela-Petit, M.da Penha (1986) Que significa "falar consigo mesmo?", in **CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, 11:199-217.
- Vocate, D. (1987) **THE THEORY OF A.R. LURIA. FUNCTIONS OF SPOKEN LANGUAGE IN THE DEVELOPMENT OF HIGHER MENTAL PROCESSES**, New Jersey: Lawrence Erlbaum ASS.
- Vygotsky, L.S. (1971) **The Psychology of art**, Cambridge: The M.I. T. Press.
- (1979) "Consciousness as a problem in the psychology of behavior", in **SOVIET PSYCHOLOGY**, 17(4): 3-35.
- (1981) "The genesis of Higher Mental Functions", in Wertsch, J. (org.), **CONCEPT OF ACTIVITY IN SOVIET PSYCHOLOGY**, New York: Sharpe.
- (1984a) **A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE**, São Paulo: Martins Fontes. [Tradução de "Mind in Society" (1978), The President and Fellows of Harvard College].
- (1984b) "El metodo de investigación reflexológica y psicológica", in **INFANCIA Y APRENDIZAJE**, 27/28: 87-104.

- (1987) THINKING AND SPEECH - THE COLLECTED WORKS OF L.S. VYGOTSKY (VOL I: PROBLEMS OF GENERAL PSYCHOLOGY), in Minick, N.J. (Ed.), New York: Penguin.
- (1987) LECTURES ON PSYCHOLOGY - THE COLLECTED WORKS OF L.S. VYGOTSKY (VOL I: PROBLEMS OF GENERAL PSYCHOLOGY), in Minick, N.J. (Ed.), New York: Penguin.
- (s/d) "The problem of Mental Retardation - A tentative working Hypothesis". Mimeo.
- (1987) PENSAMENTO E LINGUAGEM, São Paulo: Martins Fontes. [Tradução de "Thought and Language" (1962), Cambridge: M.I.T. Press].
- Wertsch, J.V. (1979) "The regulation of Human action and given new organization of private speech", in Zivin, G. (comp.), THE DEVELOPMENT OF SELF-REGULATION THROUGH PRIVATE SPEECH, New York: Wiley.
- (1980) "The significance of dialogue in Vygotsky's account of social, egocentric and inner speech", in CONTEMPORARY EDUCATIONAL PSYCHOLOGY, 5:150-162.
- (1985) "La médiation sémiotique de la vie mentale: L.S. Vygotsky et M.M. Bakhtin" in Bronckart, J.P. (org.), VYGOTSKY AUJOURD'HUI, Paris: Delachaux et Niestlé.
- & Stone, C.A. (1985) "The concept of internalization in Vygotsky's account of the genesis of higher mental functions", in Wertsch, J.V. (Ed.), CULTURE, COMMUNICATION AND COGNITION, New York: Cambridge University press.
- (1988) VYGOTSKY Y LA FORMACION SOCIAL DE LA MENTE, Barcelona: Ediciones Paidós.
- (1989) "Dialogue and Dialogism in a Sociocultural Approach to Mind", in MARKOVA, I, (ed.) Dynamics of Dialogue, (in press).
- & Smolka, A.L. (1991) "(Exploring) the Dialogic Function: Vygotsky, Bakhtin, and Lotman", in Daniels, H.R. (Ed.), CHARTING THE AGENDA: EDUCATIONAL ACTIVITY AFTER VYGOTSKY (in press).
- Yarochevsky, MG (1989) "L. Vygotsky: la recherche d'une nouvelle psychologie", in ENFANCE, 42:119-25.
- Zazzo, R. (1989) "Vygotsky (1896-1934)", in ENFANCE, 42:3-10.
- Zivin, G. (1979) "Removing common confusions about egocentric Speec, Private Speech and self-regulation", in Zivin, G. (Ed.), THE DEVELOPMENTAL OF SELF-REGULATION THROUGH PRIVATE SPEECH, New York: Wiley.